



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

Comissão Especial Externa criada com a finalidade Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ATA DA 13ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião, realizada em 27 de setembro de 2013, às nove horas e vinte e dois minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, que ocorreu sob a Presidência do **Ministro Luís Felipe Salomão** e com a presença dos Senhores Juristas: **Adacir Reis, Adriana Braghetta, André Chateaubriand Pereira Diniz Martins, Caio Cesar Rocha, Eduardo Arruda Alvim, Eleonora Coelho, Francisco Antunes Maciel Müssnich, Francisco Maia Neto, José Antônio Fichtner, José Roberto de Castro Neves, José Rogério Cruz e Tucci, Marcelo Rossi Nobre, Pedro Paulo Guerra Medeiros, Roberta Maria Rangel, Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski e Walton Alencar Rodrigues**. Deixaram de comparecer, justificadamente, **Carlos Alberto Carmona, Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira, Tatiana Lacerda Prazeres, Marco Maciel, e Ellen Gracie Northfleet**.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Bom dia a todos.

Todos nós recuperados de ontem.

Cumprindo o Regimento, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão destinada à elaboração do anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação.

Este tende a ser o nosso último encontro presencial, o que lamento bastante, mas a vida que segue, pelo menos em termos de Comissão. Mas nada será como antes depois desse período em que estivemos juntos.

Então, havendo número regimental, declaro aberta a reunião. Esta Comissão foi criada pelo Requerimento 702, aditado pelo 854, ambos de 2012, de autoria do Senador Renan Calheiros.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

Meus colegas, nós temos hoje que fechar a parte de arbitragem e caminhar para a deliberação na mediação, para concluirmos o nosso trabalho.

Bom dia.

Em primeiro lugar, vou colocar e deixar aqui à disposição de todos as atas relativas à 9ª, à 10ª e à 11ª Reuniões. Alguma oposição? Alguém quer consultar? (*Pausa.*)

Então, declaro aprovadas as atas.

Mais algum procedimento?

Nossos trabalhos de hoje estão sendo transmitidos pela Internet, há acompanhamento da imprensa. Provavelmente haverá hoje uma matéria no Jornal Nacional e na Globo News, eu havia dito ontem a alguns colegas. Hoje temos acompanhamento da imprensa para o nosso trabalho.

Também há hoje uma matéria no *site* do STJ que a Cristine – que é a jornalista do STJ e está aqui – colocou uma matéria boa no *site* do STJ, dando notícia no nosso trabalho, dos integrantes da Comissão. Há também um artigo que o Adacir enviou, publicado na *Folha*, assinado pelo Secretário Flávio Caetano e por mais dois colegas do STJ. Mais alguém assina o artigo? (*Pausa.*)

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI (*Fora do microfone.*) – E Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Bem, então, feitos esses esclarecimentos, convido a Silvia para vir à Mesa e continuar na secretaria dos trabalhos, porque ela vai depois produzir o resumo de tudo. Também convido os colegas que trabalharam mais de perto na parte da arbitragem. Pelo visto, não tenho ninguém aqui. Então, a Silvia vai fazer também o papel deles. Peço ao Leandro que coloque na tela de onde paramos aqui. A questão da arbitragem, Leandro.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Ministro, acabei de colocar em verde aquelas três sugestões... Na verdade, são duas sugestões, uma eu desdobrei, que o senhor havia me pedido. Parece-me que eram as últimas... Bom, fora a questão societária, eram as últimas pendências.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Chegaram a ver o documento que o Leandro enviou já com as modificações em vermelho? Chegaram a examinar? Deu tempo? Ele, inclusive, fez um borrão onde apontava o que modificou. Não foi isso, Leandro? O que modificamos para não haver erro.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Então, vamos direto para a parte da Adriana. Peço que a Adriana esclareça esse ponto.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – O art. 30, §1º, e o 32, V, que estão em verde. O que a gente comentou ontem de dar flexibilidade para as partes no protocolo de um pedido de esclarecimentos de um prazo superior a cinco dias. E aí eu pude ver ontem que a gente também não conversou. Então, a primeira sugestão do 30 é: No prazo de cinco dias, a contar do recebimento da notificação da ciência pessoal da sentença arbitral, salvo outro prazo acordado entre as partes, a parte interessada, mediante comunicação à outra, poderá solicitar ao árbitro ou ao tribunal arbitral que: [...]”. Essa é a primeira sugestão.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – A minha sugestão é: “Se outro prazo for acordado [...]”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Está bom! Pode ficar a expressão “se outro prazo for acordado”. Eu fiz um ajuste, e a gente não havia conversado sobre isso ontem. Então, peço a todos uma atenção especial.

Na lei, fala-se também que o árbitro, hoje, obrigatoriamente, tem de resolver isso em dez dias. É muito pouco tempo para os grandes casos. Então, da mesma forma, coloquei: “O árbitro ou o tribunal arbitral decidirá no prazo acordado com as partes”. Porque aí depende do acordo do tribunal com as partes.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu colocaria “conjuntamente com as partes”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Acho que é suficiente a expressão “com as partes”. Se as partes...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – É que ele tem a palavra final.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Na verdade, poderia ficar a expressão “acordado entre as partes”, porque, no termo, vai ficar “entre as partes”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não! Se colocar “entre as partes”, aí ficará parecendo que as partes é que vão decidir.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Na verdade, poderia ser escrito: “O tribunal arbitral decidirá no prazo acordado [...]”.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Conjuntamente com as partes!



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Pode ser “com as partes ou, na falta dele, em dez dias”.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Ou se pode colocar “em comum acordo com as partes”.

A SRª ELEONORA COELHO – Na falta ou na ausência de acordo...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não seria o contrário, Adriana? Não deveria ser estabelecido o prazo de dez dias – esse é o prazo –, salvo se se combinar com as partes outro prazo?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Pode ser!

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É o contrário, é o contrário!

A SRª ELEONORA COELHO – É a mesma coisa.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu quis colocar o acordo, em primeiro lugar. Sabe por quê? Algumas câmaras...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Mas essa não é uma técnica... Podemos até perguntar para o Dr. Hage, mas essa não me parece uma técnica legislativa interessante. Você deixa o prazo a ser estabelecido e, depois, diz que, se não for estabelecido o prazo, este fica sendo de dez dias? Não seria o contrário na técnica?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Marcelo, faço uma pequena ponderação: geralmente, os regulamentos tratam disso.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – As partes combinam os prazos. Se não combinarem, o prazo é de dez dias?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – É! É o da lei, não é? Se não combinar, é o da lei!

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Então, essa é a lei!

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – O termo da arbitragem não fixa prazo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Isso não é regulamento, essa é a lei! Por isso, estou dizendo: acredito que o prazo deveria ser de dez dias e que, se as partes decidirem, junto com o árbitro, que será outro prazo...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Também não vejo problema em se fazer a inversão.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – O que o Dr. Fábio nos diz?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Perdão, mas não estou vendo o prazo de dez dias ali. Eu não estou entendendo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Ele está ali, no parágrafo único: “[...] no prazo de dez dias [...]”. Está mais abaixo, no parágrafo único.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Ah, entendi!

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Entendeu a minha preocupação? Vamos estabelecer o prazo e, se não for...

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – O de dez dias, e, caso não seja...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A Eleonora tem uma sugestão boa.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Qual é?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – “O tribunal arbitral decidirá no prazo de dez dias, aditando a sentença arbitral e notificando as partes, salvo se [...].”

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Salvo outro acordo, outro prazo acordado pelas partes.

A SR^a ELEONORA COELHO – Acho que faz sentido. Se for mantido o *caput* como está, concordo que faz mais lógica seguir a mesma linha, ou seja, um prazo e o acordo em contrário. A rigor, para a arbitragem, seria melhor fazer prevalecer o acordo e, subsidiariamente, um prazo previsto na lei.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É, no *default*, fica o acordo.

A SR^a ELEONORA COELHO – Se a gente achasse que, de fato, deveria ser assim, acho que valeria a pena, inclusive, alterar o *caput* e esse outro. Aí há lógica.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Deixe-me só entender qual é a preocupação de vocês. Se houver um prazo de dez dias, vocês acham que, dificilmente, as partes vão concordar com um prazo maior?

A SR^a ELEONORA COELHO – Não!

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, o que acontece é que elas vão concordar ou com uma cláusula ou com os regulamentos. É possível que os regulamentos nacionais mudem depois dessa legislação, para dizer que o prazo é de 30 dias. Porque, num caso grande, Marcelo, é impossível você decidir.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É, concordo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – E, hoje em dia, na verdade, é impossível, num caso grande, fazer embargos, que são os pedidos de esclarecimento, em cinco dias.

A SR^a ELEONORA COELHO – É, é.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Então, a gente precisa dar conforto para as partes e para os árbitros no sentido de que o prazo será, muitas vezes, previsto no termo de arbitragem ou no próprio regulamento ou, em poucos casos, na própria cláusula. Então, na verdade, é a regra da ampla liberdade das partes. Aqui, na verdade, se não houver acordo, há um prazo, um *default* de dez dias.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu acho que, para a arbitragem, de fato, o acordo, a norma prevalente, na omissão do prazo de dez dias, é o que faz mais sentido (...)

A SR^a ELEONORA COELHO – Como fica, Adriana? O árbitro ou o tribunal decidirá no prazo acordado com as partes...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Pode ser. Só o acordado que a gente usou em cima, no prazo acordado de comum acordo com as partes. Isso pode ser no próprio regulamento.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Deixa eu ponderar aqui o seguinte: acho que normalmente a lei dá, a regra geral informa que ela é supletiva. Então acho que é mais...

Uma questão, normalmente como funciona. São dez dias, salvo se as partes concordarem de outra forma. Acho que é mais fácil a gente dizer como estava inicialmente, como é a lei original, que era de dez dias, salvo acordo entre as partes.

É só para uma questão legislativa. E é uma regra supletiva.

São dez dias, salvo acordo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Leandro, você pode fazer um favor? Você pode tirar essa parte em verde e colocar depois do 29.

O prazo já estava na lei. E põe no prazo de dez dias... No prazo faltou o de, antes de dez.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Lá em cima: o tribunal decidirá, no prazo de dez dias...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Depois do 29 vírgula, salvo...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Aí tira no prazo de dez dias daí. Salvo... De comum acordo com as partes. Aí tirou na falta...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – For acordado com as partes.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não ficou bom. Parece que o salvo se refere ao art. 29.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Salvo outro prazo. Por favor, Leandro, salvo outro prazo...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – O salvo tem que estar junto dos dez dias, porque, senão, parece que...

O salvo tem que estar junto dos dez dias porque ele está subordinando os dez dias e não o resto da frase. Dez dias, salvo outro prazo...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Volta, Leandro.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Mas tem que especificar que o outro prazo é acordado, porque pode ser outro prazo legal.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Então, está acordado. Leandro, põe acordado depois de dez dias.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O árbitro ou tribunal decidirá, no prazo de dez dias, salvo outro prazo acordado com as partes. E aí tira ou na falta. Depois de partes vírgula. Aditando a sentença arbitral e notificando as partes na forma do art. 29.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O árbitro ou tribunal decidirá no prazo de dez dias, ou em outro prazo...

A SRª ELEONORA COELHO – Eu acho que ou fica melhor do que salvo.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Está bom.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele decidirá o quê?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Os embargos que também seguem para baixo.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – José Roberto, ficou bom?

Esse é texto anterior. Está só ressaltando a possibilidade de as partes combinarem um outro prazo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele está falando do aditamento...



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Adriana, na redação original já está assim, que ele decidirá, não tem objeto aí?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, já está em cima. Que decidirá... Sobe um pouquinho, Leandro, por favor. Olha, nos próximos cinco dias, você pede isso. Que ele decide isso...

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Decidirá.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Todos de acordo? *(Pausa.)*

Marcelo, Walton, André, perfeito? Maia, de acordo? *(Pausa.)*

O 30 e o parágrafo único.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Ou em outro prazo.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Não, é em outro prazo.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Mas é isso. Sem o prazo, no prazo de 10 dias ou em outro acordado com as partes?

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Acho que a repetição não faz mal aí. Ou em outro prazo acordado com as partes.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Fale no microfone para a gente ouvir, por favor.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Não, não há problema nenhum em repetir o termo prazo e eu tiraria, na verdade, o termo outro, que acho que está sobrando aí.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Lá no parágrafo único mesmo.

Todo mundo de acordo com a redação do parágrafo único agora? *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – No prazo de 10 dias ou em prazo acordado com as partes, aditando a sentença e notificando as partes na forma do 29.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – E aí a gente desce também, a última coisa, no 32-5, que também sei que salvo, porque também está em cima, não decide todo o litígio submetido à arbitragem, salvo no caso de sentença parcial, que a gente comentou...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Isso, a gente tinha trazido disso ontem.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Acham desnecessário?
(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Adriana, deixa-me fazer uma ponderação. Estou de acordo em tese com isso, acho que é uma questão de ajuste fino de redação, porque não pode dar a entender que, no caso de uma sentença parcial, ele pode não decidir a parte da sentença parcial, a parte do litígio abrangido pela sentença parcial.

Não sei se vocês estão entendendo o que estou dizendo.
(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Sentença parcial também, tem que ser decidido todo. Isso está dando a ideia de que ele não precisaria. É só uma questão de ajuste fino.
(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu acho que não decidir todo o litígio já é suficiente. É a sentença *citra petita*, situação clássica.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Gente, vamos falar no microfone.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Na minha avaliação, também já está subentendido que todo litígio é aquele litígio naquele momento. Acho que não se precisa disso e também que vai trazer uma confusão.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – E se a gente colocasse não decidir todo o litígio, seja final ou parcial?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOLKI – Não sei.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Porque é uma coisa lógica. Todo litígio submetido é o litígio que naquele momento precisa ser submetido. Não pode ser outro.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É o que dá conteúdo. Acho que é o óbvio também, mas, como foi levantado...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Se for diferente disso, então eu não colocaria porque pode dar realmente margem a alguma dúvida.

A SR^a ELEONORA COELHO – Aliás, essa interpretação sempre prevaleceu até no momento em que se criticou a existência de sentença parcial e tudo, até o Carmona era um dos autores dessa crítica e usava isso. Depois, foi superado com a doutrina justamente com isso e hoje está pacificado.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É que é um horror esse inciso. Nós estamos num dos artigos mais delicados da lei, que é a intervenção do Judiciário. Aqui a gente tem que ser o mais restritivo possível para uma pessoa não tentar uma anulação com uma interpretação boba, que a gente não teria.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu diria mais, Adriana, acho que nós temos que ser cautelosos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas o problema é o seguinte. Nós estamos pensando aqui; aliás, talvez você esteja considerando as arbitragens feitas num padrão...

A SR^a ELEONORA COELHO – Masterplus.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – A arbitragem não é só isso, tem que ter elementos para tirar as coisas esdrúxulas do ordenamento também. Então tem que ter medida mesmo para ir ao Judiciário e tirar aquilo que for absolutamente inaceitável. Não dá para pensar só na arbitragem...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – A pergunta é: hoje a controvérsia ainda permanece? Vocês acham que isso é problema?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não só não permanece como é o colchão curto. Acho que a gente vai acabar, para salvar um problema, despertando outro.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Deixem-me fazer uma ponderação: estamos todos de acordo que essa redação tem sentido apenas até o término da arbitragem? Estou fazendo o paralelo dela com a sentença final. Até a sentença final você tem que terminar tudo, evidentemente.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não necessariamente. Se a matéria colocada para ser decidida for objeto de decisão parcial, o órgão arbitral tem que enfrentar também a matéria objeto da sentença parcial. Ele pode ser omissivo exatamente naquela matéria. Então tem que ficar a possibilidade para as duas...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – E se a gente só suprimisse a palavra “todo”. Esse é o problema que surgiu no passado, sabia?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – E se a gente mudasse? Em vez de arbitragem, submetido à decisão arbitral, seja ela parcial ou final?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas aí você vai, em decisão interlocutória, submeter também. É pior.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – *(Intervenção fora do microfone)* ...submetido à sentença arbitral, seja ela parcial ou final?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas, Adriana, por que o todo...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É o seguinte...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Nesse caso, se o tribunal exaurir a sua jurisdição, entrega uma sentença e deixa de resolver um litígio, um dos pedidos, aí sim ele vai incorrer nesse problema. Fora essa situação...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Na verdade...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – *(Intervenções simultâneas)* ...está pacificada.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho o seguinte: eu vou retirar a proposta, porque essa não é uma previsão da lei modelo, é péssima essa organização de 17 anos atrás, mas mudá-la, mudar qualquer coisa no 32 é ruim. Então prefiro também retirar. Eu tiraria o artigo como um todo.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Tire o “salvo” então, Adriana.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, não. O inciso...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – É, tiraria o inciso.

(Intervenções simultâneas. Inaudível)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª ELEONORA COELHO – Salvo no caso da sentença, isso.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Deixe como está.

A SRª ELEONORA COELHO – Isso, deixe como está. É isso que fica? É isso, Adriana?

Todos satisfeitos? Pronto, continuamos do mesmo jeito então.

Algum outro ponto?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos para a sociedade anônima?

A gente já havia avançado no resto, não é isso?

A SRª ELEONORA COELHO – Era o que faltava.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Só está faltando sociedade anônima

Chico, eu tinha pedido para fazer um estudo a alguns colegas que são professores de Direito. Pediram até para cumprimentá-lo, porque realmente define bastante a situação.

Eles fizeram algumas ponderações que eu vou ler em voz alta.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – *(Intervenção fora do microfone)* O senhor poderia dizer quem são...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não, eles pediram para manter a reserva. Eu troquei *e-mails* com alguns que dão aula de societária e tal e estão de acordo com a proposta.

A primeira ponderação deles é a seguinte, do que eu tirei do conjunto:

Topograficamente, o 136-A...

Eu acho até que a Adriana tinha sugerido isso.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Ficar o 137.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Marcelo Vilela sugeriu isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É porque o 136, como ele diz aqui: “Não acho que a inclusão no 136 seja a mais apropriada. Esse dispositivo fala sobre quórum qualificado enquanto o de retirada é assunto da seção seguinte?” Então ele passaria para o 137.

Você está de acordo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – (...) do 136. O próprio *caput* do dispositivo fala desse quórum.

O 137 só fala do recesso; não fala de quórum.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Espere aí. Eles complementam dizendo que acham que uma nova seção seria mais justificada, uma seção VIII no Capítulo X, Dos Acionistas, da Lei de Sociedade Anônima, que traria convenção de arbitragem, convenção estatutária de arbitragem.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas já tem o dispositivo?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Em três dispositivos: 120-A a 120-C.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas já tem esse dispositivo lá? Eu acho que a gente está tratando de recesso e reafirmando a maioria. Não estamos tratando de arbitragem. Estamos tratando que a deliberação da maioria qualificada, de metade do capital votante, continua prevalecendo.

Eu não vejo problema em botar no 137. Eu não faria uma nova seção. É tudo que a gente não quer. A gente quer descrição. Quer botar no 137, quer botar, quer botar no 136. Sistemáticamente, eu acho melhor no 136, mas, veja, eu estou querendo fazer um consenso. Se existem outros professores que acham...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então você acha que essa questão de abrir uma seção complicaria ainda mais.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Complicaria terrivelmente!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acham também a mesma coisa?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que eu poderia no 137.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu acho que daria uma mensagem pior. Estou com o Chico, porque eu acho que daria uma mensagem pior, parecendo que a intromissão à lei é maior do que deveria...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Jogaria para o 137 ou não, Zé?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Cento e trinta e seis ou 137?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Teria que voltar a lei agora...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Porque fala de quórum. Só botei no 136 porque fala de quórum.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – É porque o 136 realmente fala de quórum.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Aqui está o texto do 136. Ali na tela está aparecendo o texto que vigora hoje.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Olha, ele fala de quórum. “É necessária a aprovação [...] metade no mínimo das ações com direito de voto.” Aí o nosso artigo... Passe para o nosso artigo de arbitragem, o *caput*. “[...] observado o quórum do 136 [...]” Então, eu acho que é uma questão de quórum.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que não, é uma questão de cláusula e direito de recesso. Onde que está a provisão da cláusula estatutária?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – De quê? De arbitragem? Ela não tem na lei.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Ela tem a possibilidade.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Ela tem possibilidade quando você tem conflito, pelo art. 129, eu acho, quando as partes não chegam a um consenso você tem o direito de submeter a arbitragem ou ir ao Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É o 120.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não é aí, não, Adriana. Certamente não é aí.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não, não é o 120.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Você poderia voltar ao 136 da lei, por favor? O 136 está criando as hipóteses em que aquele quórum é estabelecido.

Eu estou tendendo a concordar com o Chico, porque, na verdade, o recesso é consequência da deliberação, e não é objeto principal da...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Exatamente. O Chico tem razão.

Bem, ainda as ponderações. Claro, a gente está trocando ideias e vendo qual é o melhor caminho. Então, ficamos no 136.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Ele está no 129.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Presidente, só para registrar que eu concordo com o Chico quando eu concordo com o Chico.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Ô Zé, a gente concordou várias vezes aqui. Inúmeras vezes e na vida temos concordado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Outra ponderação aqui, Chico. A admissão das... Eles ponderaram, apenas para reflexão, que não se deve mencionar o percentual de ações em circulação porque o regulamento do novo mercado pode mudar e tornar essa condição ineficaz.

Outra coisa: é preciso disciplinar a hipótese da sociedade que faz a mudança do estatuto, mas por qualquer razão acaba não migrando para o segmento diferenciado.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Aqui não está migrando para o segmento diferenciado, que tem 25%. Ela não está absolvida do recesso. Então, os acionistas têm direito de recesso nessa hipótese. Isso está claro na lei. Por que 25%? O objetivo do novo mercado é assegurar que você tenha liquidez. Entende a bolsa de valores que um percentual mínimo de liquidez de 25% é adequado para que você possa ter volume de negócio suficiente que permita aos acionistas desmobilizarem o seu patrimônio, as suas ações a qualquer momento. Menos do que isso, você cai numa regra muito ruim, que é a ausência de liquidez. Então, como a gente...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E se, em vez do percentual, fizéssemos referência a esse regulamento?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Esse é o problema que eu tive que mudar. Por quê? Porque aí eu vou dizer o seguinte: só não tem recesso no caso da Bovespa. Se houver a criação de uma outra bolsa que não tenha segmento diferenciado, mas que tenha liquidez, você vai ter recesso e é uma situação iníqua.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Na verdade, Presidente, qualquer situação que outorgue essa espécie de liquidez autoriza a solução que a gente está encontrando. Acho que a solução que o Chico trouxe, nesse ponto, é adequada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ótimo! Então eram essas basicamente... Há uma outra ponderação, mas já foi objeto da nossa deliberação, então está superada.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Então, ficou a percentagem, não é, Chico? Hein, Chico? Fica o percentual?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Isso. Tem que ficar o percentual para ser correto com a liquidez.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Agora, qual das duas...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – E se a Bovespa mudar esse percentual?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Olha, se mudar, Adriana, as pessoas... Eu acho impossível ela mudar, porque essa regra foi objeto de profunda reflexão, certo? Não dá para a gente dizer que é só Bovespa, porque aí a gente exclui as outras bolsas. As pessoas sabem que vão ter 25%. Se não houver 25%, vai dar recesso.

A SR^a ELEONORA COELHO (*Fora do microfone.*) – É o critério. É o critério que hoje é adotado...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Esse é o critério adotado hoje já há bastante tempo, desde 2000.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E é um critério razoável.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Super-razoável! Super-razoável!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Qual das duas redações, Chico?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – A de baixo, Ministro, porque a de cima é aquela que privilegia só a Bovespa.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, vamos lá em cima, por favor. Vamos voltar um pouquinho lá para o começo.

“A aprovação da inserção de conversão de arbitragem no estatuto, observado o quórum do art. 136, obriga a todos os acionistas da companhia, após o prazo de trinta dias, contados da publicação da ata da assembleia geral [...]” Considerar, em vez de dará, não é?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Dará. A lei está usando dará, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “[...] dará ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia mediante reembolso do valor de suas ações (art. 45).” O direito de retirada. Agora vem as exceções.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Uma ponderação. Mas “dará”, achei um pouco estranho estar numa lei. Talvez não seja o caso de pôr um ponto e dizer: “no caso, o dissidente...”

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não, Adriana. É assim que está na lei inclusive. Se você pegar o art. 137, você vai ver que eles usam exatamente essa redação. Eu copiei exatamente a redação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então as exceções. “O direito de retirada previsto acima não será aplicável [...]”

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – O primeiro está corretíssimo. Só que ele só se aplica a Bovespa. Se houver uma outra bolsa, ...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Caso a inclusão da convenção de arbitragem, no estatuto social, seja condição para que os valores mobiliários de emissão da companhia...” Mas o “seja” e “sejam” ali está...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI *(Fora do microfone.)* – “Caso a inclusão da convenção de arbitragem, no estatuto social, seja condição para que os valores mobiliários de emissão da companhia [...]”

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – “[...] para que se admitam”, talvez a gente possa virar, não? “[...] seja condição para que se admitam [trazer para cima] a negociação de segmentos...*(ininteligível)*... valores.”

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Chico, onde é que está isto: “mas dará”? Quando ele tem direito de recesso?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O 137 fala: “A aprovação das matérias dos incisos [tais e tais] do 136 dá ao acionista dissidente o direito de retirar-se”.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu só não gostei da redação “mas dará”. Eu só ajustaria um pouquinho essa redação. Eu sei que está dando direito. Eu poria um ponto no *caput*. Essa é a possibilidade: vale a cláusula. Ponto. “Na hipótese, o dissidente poderá...” Achei que a redação está ruim.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Leandro, põe no *caput* do 136. Isso.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A minha estranheza é em um lei estar: “mas dará o acionista [...]”

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – *(Fora do microfone.)* – Então tem que colocar: dando...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, eu poria um ponto. “Garantir ao acionista dissidente [...]”

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH *(Fora do microfone.)* – Não se usa isso na lei, ninguém usa garantias.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É que mata “mas dará” está ruim.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH *(Fora do microfone.)* – Dará ao acionista aprovação...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – “Obriga todos os acionistas da companhia.” Depois de geral, ponto. No caso, vírgula,...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Mas deixa eu ponderar o seguinte. Qual é o grande mérito, eu acho, dessa cláusula? A gente sabe da discussão que existe quando você insere uma cláusula arbitral no contrato porque vem sempre o sócio minoritário dizer: “Ah, isso é um absurdo. Eu estou sendo prejudicado, inseriram essa cláusula aqui e eu sou obrigado a ir a arbitragem”. Esse “mas”, essa adversativa, eu acho que vai ser o gancho para que o Judiciário entenda que ele está tendo um benefício. Olha, eu estou inserindo esta cláusula, mas eu estou te dando um benefício, qual seja, você pode se retirar. Essa adversativa é exatamente a vantagem que ele vai ter, que eu acho que é o avanço da lei em benefício da arbitragem.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Tudo bem, eu entendi. Mas eu acho que, assim, a redação melhor é: “garantido ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia”. O “mas dará” é que eu acho que não...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O que se pode fazer, Adriana, é substituir o “mas” por “e”, que tem a mesma função adversativa.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Está aqui no vernáculo, então, essa discussão.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Oi?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Colocar o “e”, em vez do “mas”. “[...] e dará ao acionista dissidente o direito de retirar-se.”



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
É aditiva.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É obrigatório ou facultativo? Facultativo, não é? (*Pausa.*)

É obrigatório ou facultativo? É facultativo. Ele pode, se ele quiser. Então, é “poderá”. “Poderá o acionista dissidente...”

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – E se a gente fizesse assim...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – ...retirar-se da companhia...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – ...um ponto...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Mas tem que saber quem pode?

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Chico? (*Pausa.*)

Se fosse “o acionista dissidente terá o direito...”

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – É.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Tira o “dará”.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Ter a faculdade.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – “O acionista dissidente terá o direito...”

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Então, você pode colocar “dando ao acionista dissidente a faculdade de retirar-se da companhia...”

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Isso.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Direito mesmo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – “Garantida” é a mesma coisa.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Essa solução do Caio eu achei boa.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – “Assegurada ou... Acho que “assegurado ao acionista”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – “Assegurada” é bom também.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Assegurada ao acionista dissidente... Está bom assim.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E a redação do inciso I. Vamos ver se ela está bem compreensível.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ele contempla a questão da Bovespa. *(Pausa.)*

A SR^a ELEONORA COELHO – Quero falar que essa opinião foi manifestada inclusive na própria Bovespa, naquele dia que eu comentei.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ELEONORA COELHO – A ideia na verdade não foi dele, ele estava lá, mas ele concordou com ela.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não tem um “de” no final? “Das ações de cada espécie”?

A SR^a ELEONORA COELHO – Foi até de um cara que foi Presidente da CVM por muito tempo.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Tem que fazer uma apineia para ler esse artigo. Tem que colocar uma vírgula no meio.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Começa a ler e... Nossa mãe!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Onde entra a vírgula?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Trabalhei uma vez com um juiz que virgulava tudo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Caso a inclusão da convenção de arbitragem no estatuto social represente condição para que se admita negociação... Em lugar de “seja”, “represente”.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Chico, tem que falar no microfone, porque senão perde o áudio para gravação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está ali já, Chico.

(Intervenções fora do microfone.)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Volta, Leandro. Conseguimos? *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “...para que os valores mobiliários de emissão da companhia...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, tem que entender isso como exceção. É uma exceção?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É uma exceção. Quer dizer, só não se admite direito de recesso, caso a inclusão da convenção represente condição para que os valores mobiliários...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – ...sejam admitidos à negociação, em segmento de listagem de bolsa de valores, desde que exijam 25% das ações.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Explica um pouco para a gente aqui a posição... Porque isso, claro, não tem nenhuma importância para quem já está no segmento especial. Ele já aderiu. Quem vai para o segmento especial, e como fica... Aí os minoritários ficam um pouco de certa... Não minoritários...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – O minoritário é protegido pelo recesso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas na ida?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Na ida, ele tem recesso.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Isso aqui para quem já está...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não, Adriana. Quem já está já correu o risco do recesso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Claro.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não tem tido história. Quem irá, se for para o novo mercado – vamos usar novo mercado –, não tem direito de recesso, por quê? Porque tem a obrigação de ter, pelo menos, dispersão acionária de 25% e de incluir no



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

seu estatuto social a convenção de arbitragem. Nesse caso, não haveria direito de recesso. Só pode ir para o novo mercado, quem tem só ações ordinárias.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Ele vai vender na bolsa.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – E vende na bolsa, como existe nos Estados Unidos, que não assegura direito de recesso para nada.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Tem histórico nos Estados Unidos de reclamação? Você sabe, Chico?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Nos Estados Unidos não tem direito de recesso como concebemos aqui.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não tem também arbitragem no mercado...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – É porque lá você tem a chance de corte, que tem outro desenvoltura. Lá, eu estava até explicando ao Ministro, um sujeito atua durante 20 anos como advogado societário e, só depois, entra para ser juiz de uma corte que só julga casos societários.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Os Estados Unidos não têm arbitragem para essa matéria.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não tem.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – A gente pode colocar uma vírgula depois de “balcão organizado”. O que vocês acham? Só para ele não morrer sem ar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Boa.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Passamos para vermelho...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Balcão organizado é quando você não tem visibilidade na negociação. Por exemplo, você vai em uma distribuidora ou em uma corretora e compra o título no balcão. Você não está negociando em bolsa, porque a bolsa é um recinto especializado. Por isso, chama-se balcão...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Quem autorizou dar esse microfone para o Chico? *(Risos.)*

Só para constar.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Hage.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Só uma dúvida. Há bolsa de valores ou mercado de balcão organizado que não exija dispersão acionária mínima? Se há, essa vírgula não é cabível.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Acho que também não é cabível aqui.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Não há problema em uma frase tão grande sem vírgula. Ela pode ficar sem vírgula.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tem razão.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Acho que o artigo ficou perfeito, mas vocês é que têm...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Alguma divergência, então? Podemos considerar esse o primeiro inciso da exceção?
(Pausa.)

Trocamos, então, Leandro. *(Pausa.)*

Vamos para o dois.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Pois não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Só uma coisa. Como ficou a questão do prazo que discutimos aqui para o exercício de...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Esse é o ponto que vou levantar. Nós aqui, na última reunião, por sugestão – acho que até, não sei, foi sua... O que aconteceu? Estávamos aqui dizendo o seguinte: como a gente faz – acho que você e o José Roberto –, durante aquele período onde teve aprovação, mas a ata não foi publicada, se houver uma disputa acionária que seja submetida à arbitragem? A gente aqui tinha decidido – não redigi para discutir aqui – que a eficácia desta operação só se dará após o prazo de 30 dias contados. Isso deveria ser, talvez, um parágrafo. A gente mudaria parágrafo único e colocaria §1º e §2º. A redação a gente pode sugerir. Eu diria “a eficácia da deliberação está suspensa...”

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Somente terá eficácia a deliberação após 30 dias contados da publicação”.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – “...após o prazo de 30 dias contados da publicação da ata da assembléia geral.”

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pronto. Aí você mata a questão.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Mata a questão.

Eu botaria isso, talvez... eu colocaria o parágrafo único atual como § 2º e o § 1º seria isso que a gente acabou de redigir.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Faria sentido a gente colocar que é eficácia contra o dissidente?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A eficácia é para todo mundo

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – É para todos os acionistas, inclusive para o controlador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Inclusive para o camarada que quiser contestar aquela deliberação.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – E não poderia ter uma eficácia diferente para o controlador e para os acionistas minoritários. A eficácia é para todos.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Imagine que um minoritário relevante, naquele período, resolveu uma pendência...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Ele espera os trinta dias.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Espera os trinta dias. Eu estou configurando aqui a hipótese.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu entendi, mas acho que não tem outro jeito.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Chico, e nas companhias com dificuldade para venda, como fica com a retirada?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Ele vai exercer a retirada.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não, mas ele não consegue. A companhia não tem e ele não consegue...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não. A companhia que não tem dinheiro para pagar a retirada não pode



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

pagar o estatuto; tem que voltar atrás. Ela volta atrás. Isso existe na lei. Há uma previsão que findo o prazo de trinta dias, existe o que a gente chama de decêndio, onde a administração da companhia pode convocar uma assembleia geral para voltar atrás na deliberação. É um direito.

O recesso é irrevogável em relação ao acionista, mas não o é em relação à companhia.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Então, no caso da empresa que não tiver liquidez, que não tiver interessado, não for vender e que não tiver dinheiro, convoca a extraordinária para esse fim?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Para se arrepender.

A SR^a ELEONORA COELHO – Ela volta atrás, Marcelo. Esse é o ponto. Quer dizer, eu coloco, tenho resistência e não tenho caixa para bancar, eu retiro a proposta e tudo continua como era antes.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não tem caixa para bancar, não tem liquidez. Como fico eu como (*ininteligível*)?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Essa lei é inteligentíssima. Quem fez é inteligentíssimo.

Vamos colocar um parágrafo?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho que fica melhor. Enquanto... Daqui a pouco a gente estará discutindo o próximo. Vamos só concluir com o inciso II, daí é só mudar ali e fica mais fácil.

Então, Chico, o inciso II.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – O inciso II é o seguinte, esse também foi fruto de uma discussão com vários advogados. A tendência mundial é que você diminua as hipóteses de recesso, está certo? A tendência mundial é isso, principalmente nos países da Europa Continental, onde o recesso é mais presente.

Nós estamos criando uma hipótese de recesso. Então, as companhias que têm liquidez, ou seja, que o cara tem facilidade para vender as suas ações, que são aquelas das letras a e b, ou seja, que exigem dispersão de pelo menos metade das ações do seu capital social, essas não deveriam ter recesso, porque já têm tanta liquidez que o mercado já reflete adequadamente o valor econômico da companhia. Por isso a própria lei – e acho que tem que ser igual aqui – suprime o direito de recesso quando se tem dispersão e liquidez.

(Intervenção fora do microfone.)



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – E quando forem títulos que não estão envolvidos?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não. E não tem direito se a companhia estiver dispersando liquidez. Ele vende na bolsa. Em vez de exercer o recesso e onerar a companhia...

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA Sim. Mas olha só, você está obrigando debenturistas aqui, também.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não. Não tem debenturista; ele não é acionista.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Agora, então se ele... mas por que então não garantir...

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – É um debenturista fora do que você está...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não. Isso aí não se aplica a debenturista. Isso aqui só se aplica...

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – A minha preocupação é o seguinte...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Debenturista é credor, ele não é acionista.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Tudo bem. Então, nós vamos com clareza, aqui, que outros títulos não negociados, os portadores de outros títulos não negociados...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Está. Mas eu só falo de ações. Eu só estou falando de ações, não estou falando de nenhum outro título. Não estou falando de bônus, substituição, parte beneficiária, sintético, derivativo. Não estou falando nada disso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu prefiro deixar para o dissidente essa opção. Se ele quiser exercer... Ou ele pode...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não, porque ele onera a companhia. Na companhia, quem paga o recesso é a companhia. Quando ele vende em bolsa é um terceiro que compra. Você pode estar descapitalizando a companhia.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Tudo bem. Mas o que a gente um pouco também discutiu é isso. É um pouco o *trade off* do cara...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não. A gente deu para ele.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – O direito de recesso é um pouco o *trade off* disso.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Não em todas as situações.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Qual o método de cálculo do recesso em comparação, por exemplo, ao valor das ações em bolsa?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Depende do que dispuser o estatuto.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Ele pode ter algum prejuízo em relação a isso?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Olha, o estatuto... Estamos fazendo aqui uma discussão muito ampla. O estatuto social da companhia quando é silente, o recesso é o valor patrimonial, o qual não mede nada. Então, normalmente, as companhias são negociadas por um valor diferente do patrimonial, pode ser para cima, pode ser para baixo. Companhia que é rentável, que tem dispersando liquidez, negocia um múltiplo diferente do valor do patrimônio dela.

A lei permite que você introduza no art. 45 da lei, por isso está mencionado ali, uma disposição no estatuto social da companhia que diga que o recesso será apurado de acordo com valor econômico. Como funciona isso? Você chama uma empresa especializada, apura o valor econômico da companhia e o recesso é baseado naquilo.

A maioria das companhias que vão para o novo mercado tem o seu recesso baseado no valor econômico, o que significa que ele deve estar próximo do valor de mercado. Obrigar a companhia, quando as ações são dotadas de dispersão e liquidez, a pagar o recesso, que é o que a Adriana está propondo, é descapitalizar a companhia. Então, eu sou contra.

A gente, aqui, está preservando a empresa.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas o que a gente combinou aqui não foi isso.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Foi exatamente isso que a gente combinou.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Nós falamos de fazer exceção para o novo mercado...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Não. A gente fez exceção para dispersão e liquidez e para o novo mercado, porque quem tem liquidez não precisa de exercer o recesso.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Mas precisa saber liquidez do quê! Eu paguei a ação a trinta, ela está valendo 0,20 no mercado. Isso não é liquidez! Eu estou sendo obrigada a perder 95%.

(Tumulto no recinto.)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não. Mas talvez o patrimonial seja outro valor.

(Tumulto no recinto.)

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Não seria uma avaliação da companhia. Então, vou ter que avaliar se terei de incluir uma cláusula estatutária.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Olha só, se a companhia... Olha só, hoje... Qual é o exemplo, o que cobre o inciso II? É uma companhia que tem ações ordinárias e preferenciais, portanto ela ainda não está no novo mercado, ela tem liquidez e dispersão, é líquida a companhia.

Ir para o novo mercado representa, normalmente, um ganho para o acionista, porque as ações de companhias que são negociadas no novo mercado historicamente são negociadas a melhores múltiplos do que as outras ações, já que você só tem ação ordinária. Então, o cara participa mais da gestão.

Mas estou me referindo a uma compra que ainda não foi para o novo mercado. A gente, quando quer colocar uma companhia que já tem dispersão, que quer, sem ir para o novo mercado, botar convenção de arbitragem, ela, pelo fato de já ter liquidez e o acionista poder sair a qualquer momento, já assegurou aquilo que é o mais importante, que é liquidez.

O recesso é a forma mais ingrata de descapitalização da companhia. Então, a gente não deve apoiar os recessos. Nós estamos visando ao recesso aqui como um *trade off* da discussão, se é maioria, se é um terço, se são dois terços, se são dez terços, seja lá o que for, entendeu?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Chico, deixe-me fazer-lhe uma pergunta, porque você vai ter que me convencer, porque não estou convencido do que nós estamos aqui debatendo, que é o seguinte: a companhia decidirá que a partir de então terá o mérito da arbitragem...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Que companhia, Marcelo?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – A companhia de que nós estamos tratando agora, do mercado novo, que...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Nós estamos tratando de uma companhia aberta... Não, não, não.

O inciso II.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – ...que ele não vai ter o direito de recesso, mas, sim, terá que procurar vender as suas ações porque tem liquidez. É desse que eu estou falando. E aí eu quero dizer que para minha tranquilidade, para poder decidir com tranquilidade eu quero perguntar o seguinte, a empresa está colocando para o acionista a arbitragem e está dizendo a ele: se você não concordar, você sai. Está certo?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Esta companhia...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É isso, ou não é?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Não.

Mais ou menos isso.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É. Porque tem o desdobramento.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Olha só, então, vou dizer. A hipótese do inciso II trata de uma companhia aberta que não está no novo mercado. É uma companhia que tem dispersão e liquidez. Ela não tem cláusula ainda de arbitragem. Dispersão e liquidez está na lei. Vamos pegar o conceito da lei...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Continua. Por favor, continua! Continua o raciocínio que eu preciso... Depois você vai...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Está no artigo 136, é só você pegar aí.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Adriana, ajude-me. Dá pra ficar no...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Então, essa companhia que é aberta, que integra índice de bolsa, ou seja, ela é tão bem avaliada que a própria direção da bolsa a colocou dentro do índice Ibovespa, ela tem vários acionistas de classe de ações ordinárias e de ações preferenciais, mas não tem no seu estatuto social a convenção de arbitragem. Neste caso, esta companhia, quando coloca a convenção de arbitragem, não dará ao acionista direito de recesso, porque suas ações já são dotadas de dispersão e liquidez, nos termos das letras “a” e “b” do art. 136, que exigem um número mínimo.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

Você pode ler para mim, Silvia, o que dizem as letras “a” e “Brasil”, para que a gente tenha uma discussão informada?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Art. 137, não é?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Art. 137.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – A empresa imputa ao acionista o negócio....

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – E ele vende no mercado!

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Letra a: “Liquidez: quando a espécie ou classe de ação ou certificado que a represente integre índice geral representativo de carteira de valores mobiliários, admitido à negociação no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, definido pela Comissão de Valores Mobiliários.”

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Que é a Ibovespa. Só tem a Ibovespa.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Isso.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – E letra “b”! Tem de ter os dois, senão dá recesso.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – A letra “a” é liquidez, e a letra “b”, dispersão.

“Dispersão: quando o acionista controlador, a sociedade controladora ou outra sociedade sob seu controle detiverem menos da metade da espécie ou classe de ação.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Ou seja, se eu tenho o capital dividido em 50%, eu tenho de ter menos de 50% na mão do controlador, ou seja, eu tenho mais de 50 negociadas. É uma enorme liquidez, é muito maior do que os 25% que a gente está botando no novo mercado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Chico, você está propondo uma alteração que só tem para o beneficiário, o controlador e, indiretamente, a companhia.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não é o acionista.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu acho o seguinte; se a situação do acionista está...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Não, não, não!

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Permita-me só falar primeiro. É o seguinte: nós temos uma situação em que a companhia hoje se rege pelas normas de outorgar a qualquer acionista o acesso ao judiciário e, se for interesse do minoritário, faz-se uma convenção de arbitragem para qualquer discussão. Se quer nessa proposta, que acho que amplia o que a gente discutiu aqui...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Não amplia.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Posso estar errado, mas acho que amplia o que a gente discutiu aqui.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Não amplia, não.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Permitir que se faça uma alteração substancial, suprimindo direitos das pessoas que teriam direitos...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Direitos?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Direito de ir a juízo. Essa convenção suprime o direito de ir a juízo, sem que haja um *upside* para o minoritário. Então, eu acho o seguinte, se nós estamos aqui – você concorda comigo que, no novo mercado, o acionista minoritário tem uma posição privilegiada em relação a uma empresa que não está no novo mercado...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Essa aí tem 50%!

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas eu acho que, se a nossa intenção aqui é criar condições e incentivos para que empresas migrem para o novo mercado, o.k; mas permitir uma simples alteração na situação de fato só porque a pessoa pode vender ações na Bolsa.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Zé, eu vou te responder de uma outra maneira. Espere só um minuto. Eu vou te responder.

Zé, hoje a lei já é assim. A lei já diz que quem tem dispersão e liquidez não tem direito de recesso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não tem direito de recesso.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Então, deixa como está.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Estou incluindo uma disposição de arbitragem que simplesmente dá direito de recesso, mas estou usando a regra geral para qualquer companhia que tenha dispersão e liquidez. Para mim, o recesso na arbitragem é igual a qualquer outro recesso.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Então, deixa como está. Mas se vai suprimir um direito do minoritário sem um *upside*.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não, eu tenho que fazer referência, porque eu criando um artigo novo. Se eu não fizer um artigo novo e não fizer essa referência, eu trato essa companhia pior do que as outras, e isso está errado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas é um direito muito importante. É o direito de ir ao Judiciário.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não, porque ela é assim hoje.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Como direito de ir ao Judiciário? Nos outros direitos é importante mudar o dividendo obrigatório. O recesso na arbitragem não é melhor do que o recesso na mudança do dividendo, na criação...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Chico, ele é constitucional.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não tem de constitucional, nada de constitucional.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – A grande discussão na cláusula compromissória estatutária é se a gente daria um direito para o acionista dissidente...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – De sair.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – De sair.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Nós demos.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Não, a lógica da S.A está muito clara. A ação tem dispersão e tem liquidez.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
Essa não tem recesso. Nenhuma companhia...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Agora, do ponto de vista do minoritário....

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
Nenhuma companhia que tem dispersão e liquidez dá direito de recesso.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu entendi isso. Agora, se ele não tiver esse direito, eu acho que a gente vai ter um grande problema...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
Como? Isso é uma exceção. Estou simplesmente equiparando a companhia aberta que está botando arbitragem igual a qualquer outra. Ela não é diferente na sua natureza.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Mas olha só: e se o direito de recesso... Sempre tem dispersão e liquidez; mesmo assim, você acha que o acionista vai querer exercer, se houver o direito, você acha que...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
Eu acho que a resposta não é essa.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – André, me permita dizer uma coisa.

Chico, eu acho que o acionista...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
O bem maior aqui a ser protegido é a companhia, não é o acionista...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não, não, não.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
... nesse caso de dispersão e liquidez.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nessa discussão, a gente tem de olhar para (*Inaudível.*) individual do acionista.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Essa é a sua agenda, Chico.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
Que minha agenda! Isso é lei.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Se você está falando que o nosso dever é proteger os minoritários...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
Não, eu estou dizendo o seguinte...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – ... os controladores, a companhia, e não ...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Você não entendeu, José Antônio. Eu disse o seguinte – eu vou pegar o gancho do André.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu sei, mas olha só, só para concluir...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu disse que, com dispersão e liquidez, a lei protege a companhia ...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Primeiro, você está de pé, numa posição que... Então, vamos manter...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Espera aí, Chico. Vamos voltar à ordem nos debates, certo?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu acho seguinte: se o acionista verificar que o valor de Bolsa das ações é o valor bom para ele, ele vai naturalmente vender; mas, se ele pegar os balanços da companhia e verificar que o valor de Bolsa é um que, para sair, ele vai tomar um prejuízo brutal, ele precisa ter um caminho para buscar esse prejuízo.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Desculpe-me. Então, é o seguinte...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Senão, nós estamos imputando um prejuízo a ele...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – A companhia é refém dele...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Chico, vamos organizar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não. A companhia é refém dos estatutos dela...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu vou cortar o seu microfone, Chico. Calma, calma!

Cadê aquele chazinho?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Que chazinho? É difícil pregar no deserto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Calma, calma.

Nós temos de debater. O debate é profícuo, porque só assim a gente à melhor solução. Calma.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Zé, nesse caso, acho eu – estou aqui pensando em voz alta, na qualidade de juiz, normalmente, que é a minha visão da história – que o minoritário aí, se ele não quiser vender, ele tem a ação judicial, em que ele contesta a forma ou a validade que a assembleia teve para tomar a decisão. Ele não vai poder contestar o mérito da decisão, porque a previsão está aí; porém ele vai poder, depois, em uma ação de responsabilidade civil...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER (*Fora do microfone.*) – Não vai contestar.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vai!

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Essa é a arbitragem, porque a cláusula vale contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Sim, tudo bem. Ele pode contestar na arbitragem e apresentar uma...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Então, é aí que a gente está falando. Se uma pessoa tem R\$30 mil...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Ministro, arbitragem é um absurdo de caro! O minoritário vai tomar um prejuízo brutal. Isso é desapropriação.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Deixe-me ponderar o seguinte: quando a gente começou a analisar essa história – e uma discussão que existe muito em foro é a inserção de cláusula arbitral em sociedade –, havia uma grande discussão que era a possibilidade ou não de dar o recesso. Qual é o grande argumento que esses caras têm? “Olha, o jogo é esse aqui. Eu entrei na sociedade, e não havia cláusula arbitral. Agora, você vai inserir. Não pode haver mudança. Quero recesso.” É uma grande discussão. Do que as sociedades não gostavam? Do recesso. Elas não gostam do recesso, porque o recesso para elas é ruim.

Essa nossa lei protege – Zé, eu queria dividir isso com você –, primeiramente, a arbitragem, porque ela vai permitir que mais pessoas ingressem para arbitragem; depois, os minoritários, porque vai dar a eles o recesso; e, em última análise, eu acho, nessa ordem, vai proteger as sociedades, porque senão eles vão ter, contra elas, uma arma, que é o recesso da junta. Elas vão ponderar muito se elas vão querer inserir, porque elas terão de fazer uma análise, vão ter de chamar o pessoal do Direito Comercial e perguntar se dá ou não para fazer. Então, essa norma, da forma como está, protege, em último lugar, na minha avaliação, a sociedade; e protege a arbitragem.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O que acontece? A gente tem de não ser muito duro com a sociedade, porque senão será um problema para elas.

O que eu acho ser a ideia do Chico? E estou de acordo e queria dizer por que...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH
(*Fora do microfone.*) – (*Inaudível.*)

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Eu sei, mas a ideia que você está encampando aqui – e você realmente conhece o sistema – eu acho que é boa, porque, se o cara tem liquidez de mercado, que é a melhor coisa, ele pode sair e dizer ao mercado... Não há melhor forma de precificar uma companhia do que o mercado.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Claro, o mercado!

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não tem, não existe!

Você chamar a Price, não sei quem, a KPMG, e vai ser dado um valor múltiplo que não tem; o valor do mercado é o melhor valor. E se essa companhia que liquidez, ótimo! Vai haver milhões. Aqui vai entrar um caro que vai explicar, a gente vai chegar a valores díspares. Estamos acostumados a valores de companhias que são uma maluquice. O valor de mercado é imbatível. Quanto vale? É quanto o mercado está pagando.

Então, com esse caminho, a gente tem essa solução, que não onera demais, porque – aqui não quero ser portador do apocalipse – acho que vai haver uma grita enorme de donos de companhias que irão dizer: “Recesso? Recesso é contra! Jabuticaba! No mundo inteiro não há recesso; só no Brasil!”

A gente está dando um grande ponto para o minoritário.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A gente está tratando...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vai haver também...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Nos Estados Unidos não tem arbitragem.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Perfeito. Nos Estados Unidos sequer tem arbitragem...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Então, não vamos falar em jabuticaba, porque nos Estados Unidos não tem arbitragem.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Eu não quero falar em jabuticaba. Estou só brincando, para dizer que esse vai ser um tema que vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quero só ordenar os debates.

Eu vou aceitar mais três inscrições para podermos votar.

Adriana. Quem mais quer mais debater? (*Pausa.*)

Adriana e a Eleonora.

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu quero colocar uma dúvida, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, Adriana e Eleonora. Depois, votaremos se manteremos a cláusula ou não.

Adriana.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – José Roberto, você acabou?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Nesse caso, acho que a gente está contemplando todos os interesses envolvidos e trazendo uma solução que me parece muito equilibrada, porque não vai prejudicar sobremodo a ninguém e vão conviver no mercado.

Então, eu queria confirmar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, José.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A minha dúvida, e na verdade é uma dúvida... Nós estamos tirando o direito de recesso nesses dois incisos, a verdade é essa. Nós não temos dúvida de que somos a favor de aumentar a arbitragem; ela já existe para o nível especial, nós já chegamos à conclusão de que o equilíbrio é dar o direito de recesso, só que nós estamos tirando. Nós estamos de acordo em tirar quando estiver no nível especial, que é o nível um.

Eu não consigo avaliar o nível dois; se estou tirando da grande maioria das companhias ou não. A verdade é que eu não consigo avaliar. Eu não consigo avaliar se na verdade o que a gente deu no *caput* é para inglês ver e se o que a gente está... A exceção, na grande maioria das companhias, o dissidente vai ser... na verdade, não vai ter o direito de recesso. Se o Chico puder explicar isso... Eu não consigo entender todos os grandes...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Me permita só uma... Eu acho o seguinte. Se o valor de bolsa da companhia refletir o valor, aí o cara vai vender.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA (*Fora do microfone.*) – E se não refletir?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Se não refletir, é desapropriação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aí tem ação indenizatória.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas não vai ter.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Mas o problema é que...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Só é arbitragem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Arbitragem.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Chico, só para concluir aqui o que o José Antônio falou, a companhia não está dando uma alternativa. A gente está dizendo que há uma alternativa de mercado. Mas se, por alguma circunstância, não for uma alternativa para o acionista? A gente incluiu uma cláusula compromissória e não está partindo da companhia que resolveu incluir essa cláusula uma alternativa de restituição do valor dessas ações.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Em primeiro lugar... (*Inaudível.*)... O cara que bota o dinheiro no bolso, ele sabe que ele está fazendo investimento de risco, independente de qualquer alteração estatutária (*Fora do microfone.*), a ação pode virar pó no dia seguinte – está aí o Grupo X para mostrar que isso é verdade. Então, começa aí. Ação não é renda fixa. É um título variável, sujeito a risco. Só entra em Bolsa quem tem algum tipo de *expertise*.

O que a gente está fazendo aqui? O primeiro artigo, como a gente deu recesso para as companhias fechadas, a gente foi lá e disse: “Se você sair de companhia fechada para ir para uma companhia do novo mercado, não tem recesso.” E, segundo, a gente tratou essa hipótese... Aliás, esse dispositivo aqui, o Nelson brigou muito para ter, por quê? Porque ele equipara as companhias que tem... Ele equipara o recesso na arbitragem ao recesso de qualquer outra situação. A companhia vai poder ganhar dinheiro em momentos que ela está bem e vai perder dinheiro. E se o cara mudar o estatuto na convenção de arbitragem no momento que a companhia está ganhando pouco, é risco do acionista. E se mudar quando



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

está ganhando muito, é lucro do acionista. É igual para ele, igual para o controlador. O controlador não tem nenhuma vantagem quando ele coloca a arbitragem ou deixa de colocar. Não muda nada para ele, porque ou todo mundo está ganhando ou todo mundo está perdendo. As ações são cotadas iguais para os acionistas.

Essa regra da dispersão, da liquidez é uma regra muito inteligente porque é exatamente aquilo que eu estava dizendo a todos vocês, ela é na esteira da tendência mundial de acabar com o recesso. Nós aqui estamos criando uma jabuticaba. Eu me convenci de que, para a gente ter um dispositivo que protege as companhias, tinha que haver uma jabuticaba aqui. Me convenci de topa fazer o direito de recesso porque eu, pessoalmente, nem acredito nisso. Mas eu topei.

Então, a gente tem que tratar essa companhia que está colocando no estatuto a arbitragem, no caso de não ir para o novo mercado, se ela tiver dispersão e liquidez, como uma companhia igual às outras.

Respondendo a sua pergunta agora. O índice de Ibovespa, que é o único índice que a gente tem hoje no Brasil para as ações, é composto de ações e tem uma série de critérios. O principal deles é que elas têm que ter um volume de negociação enorme. Então, fazem parte do Ibovespa Vale, Petrobras; Grupo X já fez. É muito difícil você chegar nesse índice e ter uma liquidez e dispersão. A maioria das companhias não integra... Gerdau também faz também, acho que Braskem faz. São companhias gigantes. A companhia pequena, que abriu capital faz 15 minutos, não tem dispersão e liquidez, ela não estará dentro desse índice. Esse é um índice que pressupõe... porque ele é a força da Bolsa. Inclusive, existem contratos que são negociados com base em índice da Bolsa.

São derivativos feitos através do índice da Bolsa. Então, só entram nesse índice companhias com grande volume de negociação. Não sei se a Silvia pode me ajudar nisso aqui, mas só entram companhias com essa característica, é absolutamente justo que as companhias que tenham liquidez e dispersão tenham o mesmo tratamento daquelas que estão inserindo convenção de arbitragem. É normal que seja assim. É absolutamente justo.

A SR^a ELEONORA COELHO – Deixa só eu colocar uma dúvida?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – O recesso é descapitalização da companhia.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Silvia quer falar alguma coisa? Eleonora? Depois Zé e Zé, para terminarmos e votarmos.

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu quero expor uma dúvida.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Tem uma diferença do (*Inaudível.*) investimento, Zé. O camarada que é acionista minoritário ou acionista numa companhia aberta como a limitada (*Fora do microfone.*) e o que vem abrir o capital, a situação é diferente. O recesso está garantido. A preocupação que a gente tinha de impor a um minoritário ou a alguém que estivesse na companhia e quisesse exercer seu direito de saída num negócio fechado, em que você conta nos dedos os acionistas ou as pessoas que estão lá certas e que participam, de certa forma, da própria gestão, é uma coisa.

Usando até o que os americanos citam, a velhinha do Illinois que compra ação da Coca-Cola, o camarada aqui do interior ou o acionista minoritariozinho, ele já entra num investimento que tem uma qualificação e uma modalidade diferente de minoritário. Então, quando eu compro uma ação numa companhia que tem realmente esse índice de dispersão, eu não posso ser tratado do mesmo jeito que o camarada que tem os 5% da empresa que vai abrir agora o capital. A situação é diferente, me parece.

A SR^a ELEONORA COELHO – Então, até na linha...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Me permita responder.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE (*Fora do microfone.*) – Não há essa distinção.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Onde não tem a distinção? É exatamente essa a distinção que a gente está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eleonora, coloque sua dúvida, depois eu passo para os dois Zés, para a gente votar.

A SR^a ELEONORA COELHO – Deixe-me completar, Zé. Na verdade, do ponto de vista da avaliação econômica, eu concordo com o José Roberto em que a melhor avaliação é a do mercado, e isso... A preocupação da Adriana, e a escolha de sofia, que até a Paula Forgioni nos falou, ou você vai para a arbitragem ou você vende, e vender pode ser uma expropriação em determinado momento, eu não me preocupo muito com



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

isso porque, de fato, a avaliação de mercado é a melhor possível, é um risco que, como a Silvia disse, assume quem compra isso.

Mas minha questão, Chico – e deixe-me lhe fazer uma pergunta, e para você também – é porque acho que o que a gente tem que se preocupar muito na arbitragem é, como ela afasta a prestação daquele litígio ao Poder Judiciário, a livre manifestação, que é uma pedra angular. Então, na hora que você está comprando uma ação para esse tipo, em que você não vai ter esse direito de recesso, onde estaria dito que existe a cláusula compromissória? Haveria forma... Entende? É só nesse momento da livre manifestação? Porque, do ponto de vista econômico, não me preocupa, mas é só de ter sido induzido em erro, de não ter livremente manifestado a vontade quanto à arbitragem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Chico.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –

Quando você compra uma ação, você nunca compra uma ação direta, você compra através de um intermediário financeiro ou uma corretora.

Quando você compra ação, você sabe, porque, para comprar uma ação, você vai receber ou vai entrar no *site*, porque as companhias abertas tem um *site* que tem um estatuto social, que tem todas as informações da companhia, tem o que se chama formulário de referência, que é aquilo que mantém atualizado todos os resultados da companhia, quanto ela ganhou, quem são seus acionistas, qual é o faturamento anual, qual é a receita de vendas, qual é o lucro bruto, qual é o lucro líquido, quanto a companhia paga para seus administradores, quanto a companhia paga a seus empregados. E vai constar a cláusula compromissória no estatuto social, mas ninguém, quando você compra uma ação, entrega a você o estatuto social, “assina aqui”. Ninguém faz isso. Isso é impraticável, são milhares de negócios que ocorrem todos os dias.

Então, você, que compra uma ação, sabe que isso é um título de renda variável, você pode ganhar muito, mas pode perder muito. Pode virar pó.

Então...

A SR^a ELEONORA COELHO – Do ponto de vista econômico, eu concordo. Estou preocupada mais com a livre manifestação de vontade quanto à adesão à cláusula compromissória, que é uma pedra angular dentro da arbitragem.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eleonora, o cara que compra uma companhia do novo mercado também



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

não sabe se tem arbitragem ou não se ele não estudar as regras do novo mercado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Zé e Zé.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu gostei muito quando foi mencionada a velhinha de Illinois como investidora, uma vez que a SEC americana nunca permitiu a inserção de convenção de arbitragem nas sociedades anônimas americanas porque lá, nos Estados Unidos, eles entendem que essa velhinha de Illinois poder ir ao Judiciário é uma forma de controle sobre as atividades do controlador da companhia fundamental para a filosofia das sociedades anônimas americanas: um mercado mais aberto e vitorioso em emissão de ações no mundo.

Lá, eles entendem que a possibilidade de um pequeno investidor ir a juízo é uma condição fundamental para o sucesso das sociedades anônimas.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Mas lá funciona, não é José?

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas aqui também funciona.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não é só isso. Não é por esta razão.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Espere aí. Deixe o José falar.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Estamos partindo do princípio que o Judiciário funciona aqui também. O Judiciário funciona aqui, e nós temos, nos últimos 30 anos aí, inúmeros de investidores pequenos que foram a juízo. Isso provoca um efeito psicológico sobre o controlador muito importante, porque ele cometer determinados abusos, determinadas irregularidades, porque sabe que é barato para o pequeno investidor, para qualquer investidor, ir a juízo e corrigir essas adversidades.

Acho que isso está diferente do que nós estamos combinando aqui. Estamos tirando um direito de corrigir barato.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Só uma explicação. Só um parêntese: nós votamos o *caput*. Nós vamos votar esses dois incisos. Agora, não há problema algum.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Está bem, retiro. Mas o que estou dizendo é o seguinte: nós estamos, na verdade, tirando um direito que acho essencial para um pequeno investidor. Acho que a forma correta de fazer isso é incentivar as empresas, se querem esse caminho,



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

irem a um novo mercado. Lá, sim, há uma proteção enorme para o pequeno investidor, mas aqui é realmente colocar nas mãos do controlador a possibilidade de encarecer muito o controle fundamental sobre as atividades dele. Acho que é dar poder demais ao controlador neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado.

José Roberto, para a gente finalizar e votar.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Só para votar, o que o José disse, o que ele nos ensinou agora, faz muito sentido. Então, o que temos de avaliar aqui é se realmente achamos que vale a pena inserir essa questão de arbitragem no mercado societário, porque se o argumento é esse – e é claro que ele não está errado de todo –, no fundo, estaremos privando essas pessoas do acesso ao Judiciário, porque, no Bovespa, agora, vai ser obrigatória a arbitragem.

Eu sou favorável a incluir a arbitragem aqui. Acho que é um ponto em que faz sentido o que ele me disse. É que, como estamos estipulando esses 30 dias, vamos dar a esse acionista o direito de ir ao Judiciário. Então, ele não vai ficar podado de pronto de ir à arbitragem e ter de jogar o jogo.

Na verdade, o que estamos discutindo é: mudou a regra. Bem, não quero aceitar essa regra. Quero poder discutir a regra da forma antiga: Judiciário, que é mais barato. Ele tem 30 dias para sair. Se depois disso, ele entra na sociedade já com a nova regra, é o que ele (*ininteligível*).

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Você não está dando direito de licença a ele.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não, José. É que ele tem direito a recesso no momento zero.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Deixe-me fazer um comentário final sobre essa ponderação do José Antonio, porque acho obrigatório eu fazer essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, vamos lá, mas deixa o José Roberto concluir.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – É porque eu fui atalhado, mas imagina, José, num momento zero, em que se vai inserir essa cláusula, ele vai ter direito a recesso sim e a ir ao Judiciário.

(Intervenção fora do microfone.)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não. Ele vai poder eventualmente ir ao Judiciário. Eu quero o valor da minha sociedade. Eu acho que isso não faz sentido; não quero participar dessa cláusula arbitral. Ele vai poder ir ao Judiciário e exercer o direito dele de uma forma barata e mais límpida.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que não. Estamos dizendo: a cláusula vai valer para ele. Queira ou não. O que ele vai poder dizer é o seguinte: a Assembleia é nula. Mas estamos tirando o direito de ele falar que não concorda com a cláusula e quero o dinheiro do meu investimento.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não. Ele tem 30 dias. A gente combinou isso na semana passada. Esse foi cuidado que tivemos. Ele vai ter 30 dias para que ele possa ir adiante.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está ali no texto.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Então, mas nós estamos tirando isso dele. Trinta dias são: se eu quiser exercer o meu direito de recesso e brigar pelo valor do meu direito de recesso é no Judiciário. Nós estamos tirando isso no inciso II.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não. Não. Olha só. No §1º, a Convenção somente terá eficácia...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Só na dispersão. Para finalizar,...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – José, você sempre fala da experiência americana, só que nossa experiência é outra. O Brasil, quando, em 2000, foi criado um novo mercado, ele já disse: vai ter arbitragem no novo mercado.

Então, já é diferente aqui. É autorregulação. A Bolsa topou. Então, isso é uma questão de fato. O que estou fazendo aqui é simplesmente dizer o seguinte: olha, tem recesso para tudo. Não tem em dois casos especiais. Primeiro, quando você vai direto para o novo mercado, protegendo a liquidez com 25%; segundo, como a sua companhia já é aberta, que tem tamanho volume de negociação, que você, a rigor, não precisa onerar a companhia. Isso vem de bolsa. O preço já está adequadamente fixado. É absolutamente arrazoado. São casos pequenos, pontuais. Ninguém está roubando ninguém.

Você está protegendo a sobrevivência da companhia, porque, afinal de contas, é quem gera os empregos, é quem faz os investimentos.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Eu diria a você que não vai ser nenhuma regra comum essas companhias adotarem a arbitragem, quando elas não forem direto para o novo mercado, porque este exige.

Então, o cara está convivendo com aquilo há anos. Uma Vale do Rio Doce, se botar no Estatuto Social, já que ela tem ações ordinárias e preferenciais, acho que vai ser remoto, remotíssimo; ou a Petrobras fizer isso, também vai ser remoto, mas há outras companhias que vão poder fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos à votação agora.

Vou encaminhar a votação no seguinte sentido: no 136-A, no *caput*, nós já tínhamos deliberado isso, que se vai estabelecer a Convenção de Arbitragem, é permitida, assegurado o direito de retirada.

No §1º, que agora desdobramos, ela só vai ter eficácia após 30 dias da Assembleia...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Decurso do prazo de 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O §2º diz respeito ao prazo posterior aos 30 dias, porque ele diz assim: o direito de recesso, quer dizer, o sujeito que quiser ter o direito de recesso, não será aplicável no seguinte caso. Ele vai ter o direito, sim, de ir ao Judiciário nos 30 dias.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não. Não. Não!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tem. Claro está no §1º. Diz respeito ao *caput*.

Ele tem direito aos trinta dias. Agora, não é garantido que ele vá preferir ao Judiciário. Eu, se for minoritário, não vou.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Mas depende pra quê. Lá em cima, a gente está dizendo o seguinte: vale a cláusula arbitral. Nós nos reunimos aqui: vale a cláusula. O que estamos dizendo é o seguinte: quando definirmos isso, você, que não concorda, pode pegar o seu dinheiro na companhia. É isso que estamos deferindo: o direito de recesso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Sem dúvida, mas o que estamos dizendo, no §2º, é que ele vai poder – no Item II, que é exceção – ter o direito de recesso. Não vai ter!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não. No §2º, não, mas ele tem os 30 dias, onde ele vai poder dizer “olha, isso aqui não



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

vale. Está nulo”. Ele vai poder fazer o que ele quiser. Agora, naquelas hipóteses dos incisos...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas não vai ter o direito de recesso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não. Ele não terá. Por quê? Por causa da dispersão.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Vai prevalecer provavelmente a cláusula...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, a votação aqui é: quem concorda com a manutenção dos dois incisos, no caso de dispersão; quem é contra a inclusão dos dois incisos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quer votar inciso por inciso?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Acho que a discussão é só sobre o inciso II.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Não há dúvida sobre novo mercado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, é inciso II. A questão é saber quem é a favor da manutenção do inciso II e quem é contra.

Mas nós temos de objetivar isso.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – No meu modo de ver, só para encaminhar a votação, a questão é a seguinte: no novo mercado, não me parece que há dúvida. A questão é se toda e qualquer S.A. é aberta para receber o mesmo tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo, que é o inciso II.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não. Só quem tem dispersão e liquidez, Antonio. Vamos colocar o assunto de uma forma correta. Eu acho que o encaminhamento da votação, Ministro, é o seguinte: Ou damos recesso para quem é fechado e vai para o novo mercado direto, e para quem está já como companhia aberta e tem dispersão e liquidez, ou só para quem for para o novo mercado e todo o resto tem recesso, mas lembre-se: é uma companhia aberta, que já integra índices de liquidez.

Ela não é qualquer companhia aberta não. Para essas, tem recesso.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Volta um pouco para cima.

Se não ficar o inciso II, basta esse inciso I, que vai se transformar em §2º.

Quer dizer, vai ser a única exceção.

Pois não, Marcelo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – A minha sugestão é no §1º.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É para encaminhar a votação. Encaminhamento de votação.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não. É de redação. Posso? Para encaminhar a votação antes, porque, se não concordar, já exclui.

“A convenção somente terá eficácia após o decurso do prazo de 30 dias contados da publicação da ata da assembleia-geral que a aprovou”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo. Não há problema. A gente insere ali.

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Outra observação também em relação à redação, essa preocupação da Adriana e não sei se do Zé também, no *caput* do §2º: “O direito de retirada previsto acima não será aplicável...” Não seria o caso de colocar – não sei se seria necessário – “o direito de retirada previsto acima, observado o §1º...”?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Não precisa.

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Não precisa, é redundante, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acho que também não, porque é topográfico.

Vamos votar então, gente?

Só quanto ao inciso II, vou indagar quem é favorável à manutenção do inciso II no texto.

Quem for favorável à sua manutenção...

Eu vou fazer a chamada nominal aqui.

José Antônio, “sim” ou “não”?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Não”.
Caio.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. CAIO CESAR ROCHA – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tucci não está.

Nobre.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Müssnich.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tatiana...
Adriana.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Carmona não.
Eleonora.

A SR^a ELEONORA COELHO – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA MEDEIROS – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Silvia.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Francisco
Maia.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – André.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu vou aderir ao “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – José Roberto.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Marcelo não;
Walton não.

Roberta.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Com um pouco de
dúvidas, mas “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eduardo.

O SR. EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Adacir.

O SR. ADACIR REIS – “Não”.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, 10 SIM; 4 NÃO.

Ficamos com o inciso II.

Passamos agora àquela outra sugestão para fecharmos a Lei de Arbitragem.

Coloque-a na tela, por favor.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Só aquela do “somente”, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não, agora já terminamos essa parte toda técnica. Agora é só a sugestão que eu estava pensando, para inserir, nas Disposições Gerais, esse... Eu tomei o cuidado de colocar ali o “preferencialmente”, para não ditar uma regra. É uma norma programática – eu consultei ali o Dr. Hage – e é apenas uma recomendação que se faz, para lembrar ao Conselho Nacional de Educação, que é vinculado ao Ministério da Educação e Cultura – nós verificamos qual é o órgão lá dentro que faz a grade curricular dos cursos de Direito. Então, se aprovada essa ideia, estamos recomendando que, “preferencialmente”, incentivem-se as instituições de ensino superior a incluírem, em seus currículos, a disciplina de Mediação, como método alternativo.

Qual é a outra, Leandro?

Há uma específica para arbitragem.

“Incentivar as instituições de ensino superior a incluírem a disciplina da Arbitragem como método alternativo de resolução de conflitos”.

E também, no art. seguinte, “recomendando ao CNJ e ao CNMP que, preferencialmente, nas grades curriculares para concursos de ingresso na carreira do Poder Judiciário e do Ministério Público, incluam essa mesma matéria”.

Com isso, eu acho que a gente dá também um incentivo.

Eu estou aberto também, se entenderem que não é pertinente...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – A única coisa que senti falta nisso aí foi também incentivar as procuradorias, porque os entes públicos vão fazer arbitragem também. Então, nos concursos para procuradores, isso também...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas aí há um órgão...



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – O Executivo de cada entidade da Federação. Eu não sei como é que se põe isso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu sugiro, Zé... Na verdade, é uma norma que não precisaria estar na lei; ela é só para fomentar a discussão.

Compete preferencialmente o estímulo, qualquer um pode estimular. Tendo arbitragem agora com o ente público, caberá ao Executivo de determinadas esferas...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – O órgão seria o Colégio Nacional de Procuradores, mas acho que não é necessário dizer isso não.

O SR. ADACIR REIS – Ele está na dúvida se aqui, “competirá preferencialmente”, se não vai dar alguma ideia de competência. A dúvida é se nós não deveríamos falar assim: “recomenda-se”, porque é uma recomendação mesmo, não é? Assumir, na redação, como uma recomendação, porque, com o “competir preferencialmente”, nós estaríamos expondo sobre competência, e não, na verdade, fazendo uma recomendação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Dr. Hage.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE (*Fora do microfone.*) – Eu concordo com o Dr. Adacir. Eu acho que ainda que V. Ex^a coloque “preferencialmente”, na verdade, você fala em competência.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E a recomendação é um termo adequado para uma legislação?

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Não é comum, mas, na verdade, quando você faz um dispositivo dessa natureza, pela competência não pertencer ao Legislativo, já é tomado pelo Executivo, caso a lei seja aprovada, como uma simples recomendação.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Minha outra dúvida também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Vai ser mais simbólico, não é? Um efeito...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Por que não colocar “o Conselho poderá incentivar, deverá incentivar...”?

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A gente...

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu tenho uma dúvida, se o Dr. Hage poderia esclarecer: se é recomendável detalhar tanto



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

o órgão. Por exemplo, a gente já está falando Ministério da Educação, pela Câmara de Educação Superior... E se essas competência mudarem... Eu não sei se, redacionalmente, é aconselhável esse detalhamento.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está certo. Eu acho que basta o Ministério, não é?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Tem que ser uma coisa mais genérica, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tem razão.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – “Caberá incentivar”; “deverá” é muito forte. “Caberá incentivar” é um pouquinho menos forte do que “deverá”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que tem que ser “deverá”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu prefiro “recomenda-se”. Talvez não seja a melhor técnica legislativa...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A ideia foi não perder essa oportunidade para bater nesse tema, não é? Porque, se não, passa isso e...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Presidente, só uma questão que eu acho que é extremamente oportuna, até antes. Eu gostaria de ler um ponto da Carta de São Paulo, que foi concluída na último dia 21, do Colégio de Presidentes das Comissões de Mediação e Arbitragem da Seccional da OAB – entidades nacionais, que diz o seguinte no Item 1, por recomendação inclusive do nosso Presidente da OAB:

Necessidade de implantação obrigatória e urgente, preferencialmente através de textos de lei, nas grades curriculares dos cursos de Direito de cadeiras/disciplinas/práticas jurídicas (autônomas) relativas aos mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos, com o intuito de criar essa cultura nos estudantes.

Inclusive eu gostaria de sugerir o seguinte: em vez de “alternativo” – que é uma palavra que tem sido questionada –, “extrajudicial”. “Método extrajudicial consensual de resolução de conflitos”.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. ADACIR REIS – O ideal é que o Judiciário seja alternativo, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, estão de acordo ali com esse...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Eu só acho que não deva ser “extrajudicial”, porque nós estamos tratando aqui da mediação judicial e extrajudicial. Então, eu acho que lá deve ser também...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Fichtner, desculpe: a mediação judicial é um método extrajudicial. O método. Ele pode ser feito no âmbito multijudiciário.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Não. Não necessariamente.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – O método é esse.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Estamos na arbitragem. Volta lá para cima.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mesmo assim, mesmo que a mediação seja judicial, o método é esse.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Aí. Troque aí também. Faça como você fez lá na outra, está bem?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – O Carmona acaba de enviar um *e-mail* pedindo justamente isso: em vez de “alternativo”, “adequado”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É, o “adequado” é o da moda, mas a gente não sabe...

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu não diria nem um, nem outro.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “Método de resolução de conflitos”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Isso. Eu acho que tem de suprimir tudo. Um “método de resolução de conflitos”.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É só na arbitragem agora. Só na arbitragem.

Então, ficou assim: “incentivará...”

O “incentivará” está bom, ou pensam em alguma outra coisa?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não é melhor colocar “deverá”?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não, não. Dever é muito forte.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Mas faz 10 anos que se tenta incluir isso e não se faz. Então, eu acho que, com o “incentivará”, a gente continua com uma regra sem eficácia.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ministro, a gente tem que incentivar a arbitragem. Não é isso que esta Comissão está fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas o problema aí, o cuidado, Chico, é que não é competência do próprio MEC. O MEC não pode fazer isso, porque isso está no âmbito de cada universidade.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Deverá incentivar”?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ah, o “deverá incentivar”?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “Deverá incentivar”. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está bem.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Isso. Isso. “Deverá incentivar”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está certo.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – ...fazer uma coisa tão deselegante, tão deselegante.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não. Deverá incentivar.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu sou super a favor que todas tenham. É de uma deselegância tremenda.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, lá embaixo também, Leandro; volta lá. “Ao CNJ e ao CNMP”, e podemos incluir aí um genérico.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Ou outro órgão de competência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADACIR REIS – ... Comissão de Educação, não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Se for comissão especial, acho que não, para tratar do tema.

Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público...



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acho que “deverão incentivar” também.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “Deverão incentivar a inclusão.”

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu não botaria “preferencialmente”, não.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O projeto vai para a Comissão de Educação ou alguma coisa por conta disso?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não, se for comissão especial, não; basta comissão especial.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Dá para falar que é disciplina autônoma? Acho que deveria. Acho que dá ideia bem importante da dimensão que isso tem para a gente.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É muito importante. Bem lembrado, Chico.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tira o “alternativo”: método de solução de...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não; método de solução.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Dá para falar em disciplina separado, em específico?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu sou contra, gente. Se for bem dada dentro do Processo Civil ou se for bem dada diante de ente internacional, acabou. O importante é que seja dada.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Gente, vamos dar esse primeiro passo agora, porque já estamos indo muito...

Podemos dar por aprovado esse texto desse jeito? Há alguma divergência? *(Pausa.)*

Com isso, colegas, conseguimos concluir o texto final da arbitragem. *(Palmas.)*

Vai ficar um belo trabalho.

Bem, seguimos em frente porque o nosso tempo está curto. Vou deixar para a gente comentar um pouquinho mais o trabalho da Comissão quando concluirmos tudo.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Vou agradecer muito o trabalho do Caio, do Tucci, da Roberta, que trabalharam muito nisso. Da Silvia, que também ajudou bastante nesta etapa. Para eles uma salva de palmas. *(Palmas.)*

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Ministro, eu queria pedir uma salva de palmas para esta equipe espetacular. Os caras são bacanas pra caramba. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Olha, temos trabalho ainda para fazer, então, eu agradeço ao Caio. Peço que o Francisco, o André e o Marcelo venham à mesa. A Silvia fica, porque secretaria. E agora vamos para a parte da mediação.

Colegas, a questão aqui é a seguinte: eu quero dar a notícia de que acabei de conversar com o Presidente Renan Calheiros e vou até...

O Igor está aí? Ele estava aí. *(Pausa.)* Saiu. Depois vamos até falar com ele.

Mas eu conversei agora com o Presidente Renan Calheiros, que me disse que estava mantida a entrega do nosso trabalho, se concluirmos esta segunda etapa, para o dia 2 agora, quarta-feira – aquela mesma notícia que dei a todos –, às 11 horas, e nos pediu que fizéssemos o nosso trabalho original, ou seja, a ideia de só tratarmos da mediação extrajudicial. E disse mais, que, no dia 9, receberá a contribuição que o Ministério da Justiça tem para lhe entregar e o Parlamento farão depois, se for conveniente, a junção dos dois textos, a adaptação dos dois textos na área da mediação.

Portanto, o que eu proponho aos colegas é que agora nós trabalhemos com o texto que nós havíamos pensado, porque deixou de ser problema nosso essa questão, e eu vou ter que lealmente explicar isso ao Secretário Flávio Caetano, dizer a ele que nós tentamos, que estávamos prontos para fazer, mas o Parlamento chamou para si essa tarefa. Está certo? Há alguma divergência? *(Pausa.)*

A outra questão que eu acho que agora já está bastante madura é no sentido de que se nós tomássemos essa deliberação no começo, creio que não teria sido com tanta segurança. Agora podemos fazer, acho eu, também com muita segurança. São dois projetos, um que vai tratar das modificações, das inserções na Lei de Arbitragem, e o outro que regulará a mediação à nossa óptica, a mediação extrajudicial.

Há alguma divergência quanto a esse encaminhamento?
(Pausa.)

Seguimos nessa linha?



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ELEONORA COELHO – Ministro, só ...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Diga, Eleonora.

A SRª ELEONORA COELHO – ... princípio da concentração de defesa *ad argumentandum um tantum*, caso haja essa consolidação de trabalhos pelo Senado, será que já não seria o caso de nós levarmos uma sugestão, termos entre nós, isso como uma alternativa já pré-aprovada, para que essa consolidação lá, pelo menos se ela vier a acontecer, seja de modo a preservar os princípios que nós entendemos adequados para a mediação, especialmente para a mediação extrajudicial.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos debater o ponto.

A Eleonora pondera, se eu bem compreendi, que nós votemos o nosso projeto e também como alternativa a consolidação.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Eu preparei isso.

A SRª ELEONORA COELHO – Não como alternativa, mas que nós apresentemos comentários a um projeto consolidado e tenhamos, digamos assim, em mãos, e, se for o caso, o Ministro apresentará, se o Plenário vier lhe consultar sobre essa consolidação num segundo momento ... Que tenhamos já essa proposta para que, enfim, não haja uma consolidação ...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Parece razoável.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Presidente, posso só tentar entender.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se me permite, talvez a definição de alguns conceito, não é isso?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Eleonora, só para compreender o que você está propondo. Nós tratamos de extrajudicial, não é? Você está falando do extrajudicial vindo do Ministério da Justiça?

A SRª ELEONORA COELHO – Isso! Na verdade, seguindo a orientação do Ministro, nós aprovaremos o nosso de mediação extrajudicial nos termos inicialmente urdidos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só tratamos dessa.

A SRª ELEONORA COELHO – Tratamos dessa e apresentamos um projeto independente, autônomo, nosso, com aquilo que nós achamos que seria o mundo ideal para a mediação extrajudicial.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Esse é o nosso projeto.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ELEONORA COELHO – Esse é o nosso projeto.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É o anteprojeto.

A SRª ELEONORA COELHO – Mas, partindo do mundo real, em que há um projeto paralelo correndo lá com uma intenção de consolidação, ainda que ele não ocorra neste momento, é possível que ele venha a ocorrer, para que nós também tenhamos uma alternativa em mãos, o que a gente considera adequado do ponto de vista dessa consolidação.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Do judicial?

A SRª ELEONORA COELHO – Porque lá eles estão prevendo tudo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Então, nós não, nós não discutimos nenhum aqui sobre judicial, porque assim nós decidimos.

A SRª ELEONORA COELHO - Sim, sim, sim.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Então, eu só não entendi a proposta, qual seria com relação a esse aspecto do judicial.

O SR. ADACIR REIS -- Eleonora, posso te ajudar aí?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Por favor.

A SRª ELEONORA COELHO – Obrigada.

O SR. ADACIR REIS – Eu acho que nós vamos discutir aqui, vamos tratar da mediação extrajudicial. Não é isso?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Combinamos isso e fizemos esse trabalho.

O SR. ADACIR REIS – Vamos apresentar o anteprojeto.

A SRª ELEONORA COELHO - Isso!

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – O que me parece que a Eleonora está sugerindo, e concordo com essa sugestão, seria: tendo em vista a possibilidade de lá na frente haver uma fusão, nós enunciaríamos aqui alguns conceitos. Por exemplo, eu estou vendo aqui na proposta do Ministério da Justiça ...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – A fusão do extrajudicial com o extrajudicial.

O SR. ADACIR REIS – Isso! Isso pode acontecer lá na frente. Aqui está se equiparando, por exemplo, o mediador a servidor público para efeito penal. Está se dando um tratamento aqui que me parece o não mais adequado em relação a impedimento. Está-se falando que o mediado terá que ser devidamente capacitado. Vai-se exigir um certificado lá na frente? Então, nós não deliberaríamos sobre o texto do Ministério da



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Justiça, mas talvez aqui, ao final, estabelecêssemos alguns nortedores, e aí falando do todo. Não é isso, Eleonora? É o que me pareceu.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Eu acho que o pessoal que fez lá esse trabalho incorreu num equívoco, salvo melhor juízo, porque deu um tratamento genérico aos mediadores, estabelecendo condições que são próprias dos mediadores judiciais. Por exemplo, vou falar de uma experiência própria que eu tive. Está se criando aqui um impedimento de dois anos para quem exerceu a mediação. Na única mediação que eu fiz exitosa - a construção de um porto -, as duas partes eram clientes minhas. Fiz a mediação, levou oito meses a negociação. Chegamos a um resultado.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Fica impedido.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Se aplicar a lei, eu estou impedindo os dois clientes nos próximos dois anos, que é um contrassenso absurdo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – E não é objetivo da mediação.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Admito que seja para o mediador judicial, mas nunca para aquele que pode mediar.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Perfeito, perfeito, perfeito. Então, na verdade, pelo que eu entendi, a discussão é: como nós tratamos aqui de extrajudicial, seria com relação ao extrajudicial vindo do Ministério da Justiça.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Sim...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, não, não. O nosso projeto, Marcelo. Vamos tratar hoje do nosso projeto

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não, Francisco, o nosso projeto é só sobre extrajudicial.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso. Pois é. Nós vamos tratar só disso.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – O que a Eleonora está propondo...

A SR^a ELEONORA COELHO – Além disso, eu estou propondo que nós mantenhamos nosso trabalho, entreguemos nosso projeto tal qual originalmente acordado e façamos este trabalho da melhor forma possível, mas sabendo que existe, no mundo real, uma comissão paralela com uma possível junção de trabalhos, para que a gente já deixe preestabelecidos os princípios ou até mesmo, se possível, concretamente. O



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Adacílio tem razão. Eu acho que o mais importante é traçar princípios, mas, se possível, até concretamente. Eu não sei se isso é possível. Talvez o Francisco Maia, que tem estudado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu tenho uma proposta, Eleonora.

A SR^a ELEONORA COELHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos, então, primeiro cuidar do nosso e, em seguida, a gente examina o que converge, o que diverge. Podemos seguir assim?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – De pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, a gente já tem uma base boa, já começamos. Igor, depois você conversa com o Luciano, que teve um encaminhamento diferente dessa questão. Ele vai lhe explicar – não sei se você estava aqui – para passar para o Dr. Flávio Caetano. Está bem?

Então, o Francisco Maia vai fazer uma síntese do encaminhamento que tivemos.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Nós vamos repassar todo o projeto, Presidente, ou o senhor quer que a gente pontue...?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não, eu acho que temos que...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Passar...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Artigo por artigo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Está! Então, dispõe sobre a mediação extrajudicial.

O Presidente da República faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Para fins desta lei, entende-se por mediação atividade técnica exercida por terceiro imparcial e sem poder decisório que, escolhido ou aceito pelas partes interessadas, as escuta e estimula, sem impor soluções, com o propósito de lhes permitir a prevenção ou solução de disputas de modo consensual.

Alguma coisa?

§1º

Por meio da mediação, as partes em conflito solicitam, na forma prevista nesta lei, a um ou mais terceiros que, na condição de



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

mediadores, atuem com o objetivo de chegar a um acordo amigável para o conflito.

Mudou a gestão redacional.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É só sobre o chegar, porque dá a impressão de que o mediador também está chegando a um acordo. Seria melhor “conduzi-los a um acordo amigável”. Conduzi-los, porque o oblíquo remete às partes. Se você coloca “deixar chegar”, fica parecendo que o mediador faz parte do acordo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – De alcançar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Obter. É, obter, porque esse “atuem”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Gente, “alcançar” é bom. Atuarão com o objetivo de alcançar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É, pode ser.

A SR^a ELEONORA COELHO – Não está um pouco repetitivo, não, o §1º com o *caput*? Não está dizendo a mesma coisa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É necessário esse §1º?

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu estou achando meio repetitivo com o *caput*.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que também pode tirar o *caput*, o parágrafo.

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Não, ele é importante.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, não, não. O *caput* é ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O que há de importante aí?

O SR. FRANCISO MAIA NETO – A questão do “um ou mais mediadores”, Presidente, porque ele já define ali.

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu estou achando um pouco repetitivo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – É só você colocar em cima.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu acho que ele não é prejudicial. Eu gostei da ideia do *fiat* de parar em “acordo”, tirar “amigável para o conflito”.

A SR^a ELEONORA COELHO – Francisco, para resolver essa questão, você pode colocar “exercida por terceiro ou terceiros imparciais”. Aí fica reproduzida.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Imparcial, que lá embaixo trata disso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas mais na frente ele fala dos mediadores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pode ser mais de um.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim, é mediação. Comediador está previsto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho que o §1º pode sair. Não acham?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Pode sair totalmente.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos retirar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos.

A SR^a ELEONORA COELHO – Vamos. Então, mas aí eu sugiro que coloque...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas ela disse que já está lá mais embaixo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mantém na frente o comediador. Está previsto.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – É uma coisa de contrato americano: terceiro, terceiros, parte, partes. É óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, tiramos o §1º, Leandro.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ele está no inciso III do art. 6º.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, art. 2º.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Bom, art. 2º: “Pode ser objeto de mediação toda matéria que admita conciliação, reconciliação, transação ou acordo de outra ordem.”

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O que é reconciliação?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O que é acordo de outra ordem?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Eu acho que pode retirar “reconciliação” e parar em “acordo”.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ELEONORA COELHO – É que essa é uma tradução da lei modelo, na verdade.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É, exatamente. Esse aqui é do original, do texto original da Tatiana.

A SRª ELEONORA COELHO – É uma tradução da lei modelo que ela fez.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Da lei modelo. Tem razão.

A SRª ELEONORA COELHO – Então, na verdade, isso é um pouco a importação, um pouco de anglicismo.

O SR. ADACIR REIS – Nós não poderíamos colocar só “transação”? “Que admita transação”? Porque “conciliação”...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas isso é importante, Adacir, porque é aquela questão de a gente lincar com a conciliação, inclusive como a Mariella falou. Ela falou da conciliação com técnicas de mediação. Eu achei muito interessante.

O SR. ADACIR REIS – Transação remete a um termo técnico que fala de concessões recíprocas. E não necessariamente você vai ter concessões recíprocas para chegar a um acordo.

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA (*Fora do microfone.*) – Mas aí dar confusão, porque tem essa discussão do que é mediação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acordo não seria gênero para tudo, não?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Admita conciliação, reconciliação, transação ou acordo”. Eu acho que esse “de outra ordem”...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que se puser “composição, transação ou acordo de qualquer ordem”. O “de qualquer ordem” é bom, porque pode fazer para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Composição” é o que está sugerindo?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – É.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI (*Fora do microfone.*) – “Composição, transação ou acordo de outra ordem”.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Pode ficar “composição” só, não? Para simplificar. Eu acho que composição é o gênero.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Que admita composição.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – É a questão do direito disponível e indisponível. Não é isso?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que quer dar a ideia de que você pode ser muito abrangente na mediação. Então, para falar vários possíveis.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É, se estamos pegando a lei modelo, também, não acham?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É. Eu acho que a gente deveria seguir o mais próximo.

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu só retiraria “reconciliação”.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “Reconciliação”, só.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – E o “de outra ordem” também, já que surgiu essa...

A SR^a ELEONORA COELHO – “Que admita conciliação, transação”...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ou acordo.

A SR^a ELEONORA COELHO – “De qualquer ordem”.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Vamos perguntar na rua o que é acordo de outra ordem. Estamos com uma dificuldade de explicar.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Gente, não precisa. Não precisa explicar. É qualquer coisa. Eu acho que o intuito é esse. Eu tentaria ser o mais fiel à lei modelo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Só a “reconciliação” eu acho que tem que sair.

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu também acho, eu retiraria só “reconciliação”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Há consenso de ter que tirar a “reconciliação”. “Reconciliação”, Leandro, pode retirar.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Escrever é a arte de cortar palavras. “Composição” e ponto.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu poria “composição, transação ou acordo de outra ordem”. É bem abrangente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos botar aqui: “composição” sozinho ou essa fórmula que a Adriana mencionou.

Quem for favorável só a “composição” levanta o braço. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito.

Quem é favorável a uma cláusula mais abrangente, com outros itens. Um, dois, três, quatro, cinco, seis. Certo. Fica só “composição”. Então, ficou só “composição”, Leandro.

Ali, o §1º, na verdade, é parágrafo único. Os acordos que envolvam direitos indisponíveis deverão ser objeto de homologação judicial. Quando houver interesse de menores incapazes. Eu acho que tem que sair o “menores”. “De incapazes”.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – É, porque é o gênero.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tira o “menores”. “De incapazes – vírgula –, a oitiva do Ministério Público será necessária antes da homologação”.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – “Incapazes” vírgula.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Depois do “incapazes” vírgula. Alguma divergência aí? Algum acréscimo?

O SR. FÁBIO AUGUSTO – Vocês não acham que aí caberiam dois parágrafos em vez de um, não? Eu acho que talvez seja o caso.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – É. Quando houver um e quando houver outro. Eu acho que pode ser bom.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está certo.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Quanto houver o primeiro. E quando houver, o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Boa.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Terceiro. Art. 3º. “Esta lei não se aplica, à hipótese de o juiz, no âmbito de processo de judicial, ou o árbitro, no âmbito de procedimento arbitral, buscar facilitar a obtenção de uma solução acordada entre as partes para o conflito”.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Ok.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Por que não bota "buscar uma solução", "buscar uma composição"?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Acho que está bem a redação.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Uma solução acordada entre as partes. Solução acho que é mais abrangente.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Qualquer coisa que resolva.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Está ótimo assim.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Está bom.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Está bom? Art. 4º. "O início de procedimento arbitral ou processo judicial não implica por si só renúncia a se recorrer à mediação ou à conclusão de procedimento de mediação em andamento". Ok?

Aqui no Capítulo II – André, me permite aqui, nós trocamos uma ideia –, é uma sugestão que estou trazendo, porque nós trazemos o documento final da mediação de acordo de mediação e o documento inicial de termo. Então, eu estou propondo – acredito que o André também anuiu com essa proposta – de o documento final a gente chamar de "termo inicial" e o documento produto da mediação de "termo final", porque há um detalhe, na mediação, você pode ter um documento que não reflita um acordo. Ele pode ser a declaração de que foi infrutífera a tentativa, que nos até incluímos no final. Então, nós estamos preferindo chamar de termo inicial e de termo final de mediação.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Uma dúvida, na lei modelo há esse termo inicial?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não. A lei modelo chama de compromisso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Onde está? Será que precisa disso? Eu achei tão formal. "Deverá obrigatoriamente"... Deverá ter qualquer coisa.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então, vamos tirar a obrigatória, Adriana. Mas deve ter um documento de entrada para ser assinado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu não acho isso, não. Eu acho que, inclusive, deve ser "podem firmar", porque as pessoas podem não querer reduzir a escrito uma conciliação.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Mas olha só: a gente teve essa discussão aqui e não chegamos a um consenso sobre a redação. Mas, nessa discussão, a gente entendeu que deveria ter um marco inicial por escrito da mediação, porque, quando a gente for ler o texto inteiro da lei, você tem algumas repercussões, como a questão da prescrição, que a gente vai ter que discutir. Suspensão de ações em curso. Então, se você fizer verbalmente...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas isso você pode fazer sem ter um termo de conciliação.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Não. Você pode perfeitamente mediar, como você mediou nesse teu caso. Agora, se quiser utilizar os benefícios da lei para esses fins, aí você tem que seguir o mínimo de formalismo. Você tem que ter um termo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Por que não colocar "podem firmar um termo"? Porque você está obrigando, na verdade, todas as vezes em que houver uma tentativa de mediação, que a pessoa reduza por escrito. É muita intervenção.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Coloca "podem". É melhor.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu não sou contra. Eu só acho que lei deve prever.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Muita intervenção e burocracia para um negócio que funciona normalmente.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Então, tudo bem.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu sugiro o seguinte: até o início a instituição da mediação, a gente está usando os parâmetros da arbitragem, que eu dei uma lidinha, e acho desnecessário. Eu acho que a prescrição pode estar interrompida. Se o cara pode ir direto para a arbitragem e tem risco de prescrição, vai para a arbitragem, e a gente não precisa tratar aqui.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Isso a gente vai discutir mais para a frente. Mas a gente não está seguindo o método de arbitragem aqui. Na verdade, eu acho que essa é até uma introdução importante. Nesse texto, a gente está até incorporando muito do que a gente ouviu nas audiências públicas e as deliberações que a gente tomou aqui. Então, não dá para a gente agora pensar em "como diz a



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

lei modelo", "como diz a lei modelo". A gente está chegando a uma realidade nossa, que a gente ouviu nas audiências e que a gente deliberou aqui. Na medida do possível, a gente está seguindo a estrutura da lei modelo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que uma lei de mediação, que deve ser a mais fluida possível, não dever ter uma obrigatoriedade do termo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas “podem” resolve? “Podem”, gente. É só mudar ali. Em vez de “devem firmar”, “podem firmar”.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Sr. Presidente, deixe-me só fazer outra observação aqui, rapidinho, José Roberto.

Será que é necessário “para fins desta lei”?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho que é, sim, Caio, porque é o seguinte, eu estava vendo isso aí.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Já é a segunda vez que está falando “para fins desta lei”. Lá em cima já falou.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É porque as partes que se submetem a essas regras que estão aí têm uma diferença em relação ao sujeito que resolve mediar fora do contexto.

A SR^a ELEONORA COELHO – Está certo. Perfeito.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Este ponto, Ministro, é que eu queria registrar, que é o seguinte. Acho que é importante a gente ter uma inteligência do todo. A gente está criando aí, nesses casos, algumas exceções. Se a gente vai criar prescrição, por exemplo, porque seria uma vantagem você poder negociar com mais tranquilidade, porque seu prazo não está correndo, você não é obrigado a entrar em juízo; se a gente está criando isso, eu queria dizer, André, que estou com você que isso tem que ter algum formalismo. Porque, senão, isso vai ser um buraco sem fundo de problema. Porque amanhã vão dizer: “Ah, não, mas eu comecei a negociar. Eu mandei um *e-mail* para o cara aquele dia”, não sei quê. E você não vai saber...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Pode ser facultativo o formalismo.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não, Zé, eu sei. Mas isso é o que estou aqui tentando ver.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Aí está fora da lei.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Exatamente. Aí está fora da lei. Aí você não vai ter a vantagem da lei. Porque se você resolve...

Esse caso aí que você falou que a gente faz todo dia na vida, que é tentar mediar, às vezes, até o advogado antes da briga...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Chama-se negociação assistida. Isso não é mediação. Desculpe.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Exatamente. Agora, se a gente vai criar alguns vantagens e estimular, a gente tem que proteger o negócio, senão, amanhã, a gente vai ter uma discussão maluca aqui: brigou, não brigou, prescrição. Então, acho que, se a nossa cabeça é essa mediação, a gente vai ter que realmente ter algum formalismo.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Mas, às vezes, Maia, podem interessar para quem se submete a uma negociação assistida os benefícios finais da mediação, entendeu?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Exatamente. Aí, nós temos que ter a formalidade, Caio.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Eu sei. Mas, às vezes, uma negociação pode terminar numa mediação, mas ela não se inicia como mediação. Ela pode se iniciar num contato com uma pessoa em comum, entendeu?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Caio, você tem razão, normalmente, o processo mediacional se inicia pelo negocial. As pessoas negociam e iniciaram um processo de mediação. E aí, ao iniciar, eles formalizam, para obter os benefícios da lei. Pronto. Eu acho que a lógica é esta. É esta pelo menos que nós procuramos construir.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Comercialmente, haverá muitos casos em que as partes não têm interesse em fazer uma mediação.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Aí, meu amigo, é prazo certinho...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É conversar, tentar conciliar, e tal, mas não para os fins desta lei.

Está superada esta questão, Caio?

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Superada.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Podemos seguir.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Para fins desta lei... Não, é “para os fins”, não é?

A SR^a ELEONORA COELHO – Não, “para fins desta lei”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso. Faltou o “o”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não é “os fins desta lei”, não?

A SR^a ELEONORA COELHO – Em cima já está “para fins”.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Então está bom. “Para fins desta lei, as partes interessadas em submeter...”

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Talvez o de cima possa sair, mas este eu acho que é importante ficar, que é o fundamental para dizer que...

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Acho que não tem problema ficar repetido, não.

A SR^a ELEONORA COELHO – Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, vamos para o sexto. Já está definido aí.

A SR^a ELEONORA COELHO – É “podem”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, não, aqui é “podem”, Ministro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, acabaram de dizer...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estou entendendo que é “devem”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, não, mas espere aí. Você falou da prescrição. Você põe lá na prescrição. Para ter os efeitos de interrupção da prescrição, você faz um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não, mas não é só o efeito de interrupção da prescrição.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Vou fazer aqui tudo sistemático, tenho que entender tudo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É que aqui você está falando: “Pô, tô querendo fomentar a mediação”. Eu posso comentar uma mediação na cláusula falando: “Olha...” Eu mando uma notificação para o



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

José Roberto falando: “Eu quero negociar sobre isso”. Está suficiente. Para que a gente vai ter...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas é isso que o Zé Roberto estava dizendo. Tem quer ter o mínimo de formalismo, na visão dele. Vamos votar se é “podem” ou “devem”?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, mas você ponha o seguinte: se você quiser interromper a prescrição e para isso precisar do termo, você usa a faculdade.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Isso traz garantia para todas as partes envolvidas na mediação. Tem aí a remuneração do mediador. Vai ter a declaração do mediador.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – André, desculpe, eu discordo, porque você pode, numa troca de *e-mails*, falar: “O mediador vai ganhar R\$500,00”.

A SR^a ELEONORA COELHO – Mas não pela lei.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Se for somente para o tema da prescrição...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – O mediador vai ter um título para ele poder executar, se ele não receber.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Oi?

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Ele vai ter um título.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, se ele quiser fazer isso, ele fala: “Gente, preciso de um termo”.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Não, eu sei. Mas é por isso que há a lei, para dissipar essas dúvidas que podem ocorrer no informalismo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Qual a desvantagem de ter o termo, Adriana? É isso que não estou entendendo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A desvantagem é que você está criando uma formalidade num procedimento que permite mil formas.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas é tão simples.

O SR. ADACIR REIS – Eu começo uma discussão, Francisco, que culmina numa mediação. Pela lei, eu tenho que voltar e fazer um termo inicial...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, não.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Fazer um termo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, não.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – É, claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você negocia para iniciar a conversa...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – É uma faculdade. Gente, o termo é uma faculdade, para quem quiser interromper a prescrição.

(Intervenções fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Interromper pode.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, mas é pontual.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Essa é a regra da lei modelo...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não, não tem termo. Dessa forma não está na lei modelo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tem o compromisso.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu queria ver a redação, porque não está assim...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos votar se é “devem” ou “podem”? Vamos votar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quem é a favor de manter como está – “devem” – levanta o braço. Quem é a favor de manter “devem”.

Um, dois, três, quatro, cinco, seis.

Quem é a favor do “podem”?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Um, dois, três, quatro, cinco no “podem”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, foram sete votos no primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu vou ter que contar de novo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu pediria isso.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos lá. Quem é a favor de manter o texto com o “devem”? Quem for a favor, fique com o braço erguido.

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete.

Quem é a favor do “podem” levanta o braço.

Um, dois, três, quatro, cinco.

Então, fica o “devem”.

Partimos para o sexto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Para os fins, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu tinha falado nisso, meu xará, mas falaram que lá em cima estava, então, eu... Então, tem que arrumar lá em cima.

Leandro, artigo 1º por favor.

Francisco e Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acho que esse aí pode sair, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É, entende-se, boa ideia.

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só uma observação sobre o uso da expressão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No art. 5º, a impressão que eu tenho... A impressão que eu tenho é que vocês estão querendo utilizar aquela expressão no art. 5º para estabelecer que isso é só para a mediação extrajudicial de que trata a lei. É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só que isso já está implícito, porque a lei, tanto a ementa quanto o artigo 1º, já estabelecem que a lei trata de mediação extrajudicial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pode ser suprimido então?

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que deve. E eu pergunto outra coisa.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não, não acho que deva não. Eu acho que tem uma utilidade, que é a questão da prescrição: eu posso usar parcialmente a lei para fins extrajudiciais. Posso falar: “Olha, eu quero ter os efeitos da prescrição”. Aí, faço um termo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então, pronto. Então...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu choveria no molhado aqui. Eu choveria...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, está resolvido. Tirou lá em cima, ficou aqui embaixo e segue o Francisco no art. 6º

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Artigo 6º: Constará, obrigatoriamente, do termo inicial de mediação:

1 - O nome, profissão, estado civil e domicílio das partes.

2 - O local onde ocorrerá a mediação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nacionalidade não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, e eu acho uma coisa: o problema de pessoa jurídica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É, eu acho que seria melhor “qualificação”. É melhor, porque aí simplifica, você tem razão: “qualificação das partes”.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não precisa. É uma bobagem isso aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tira.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Para saber a lei que vai reger...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Francisco, só uma dúvida.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Vai reger o quê?

O SR. ADACIR REIS – Só uma dúvida. Eu queria só saber se eu entendi.

Começou um processo de discussão. Culmina num acordo...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso não é mediação. Isso é negociação. Pode até ser assistida, mas não é...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Por isso é que, para os fins desta lei, tem que cumprir essa...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. ADACIR REIS – Então, ela não se enquadraria aqui. É isso?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Numa negociação assistida não.

O SR. ADACIR REIS – Ok.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – O 2, então...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O local parecer ser importante para saber se vai poder aplicar... Parece, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A gente está usando... Assim, para a arbitragem, o local é muito importante por outras coisas, para eu pegar um laudo e executar em outro lugar. Mediação não tem... Não, porque a mediação é o seguinte: vai depender se você quer anular a mediação por exemplo.

A SR^a ELEONORA COELHO – Depende da lei.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas depende muita coisa, não é o local que é importante. Pode ser a nacionalidade das partes, onde as partes estão. Então, assim...

A SR^a ELEONORA COELHO – Mas é um elemento de...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho que, fundamentalmente é porque, para poder executar como está lá em cima... Lá em cima diz assim: vai valer para efeito de execução, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas, talvez, alternativamente, Ministro, a gente possa colocar o local no termo final de mediação; talvez não criar...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Não vejo também problema em deixar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele já tem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É, você redige o acordo e aí você diz qual a lei aplicável, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho melhor deixar logo no início, você não acha não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele já cria mais uma etapa se decidida no início, não é?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É porque até está: local onde ocorrerá a mediação. Mas o cara pode viajar para o Chile, viajar para...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – E acontece de...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então suprime-se o inciso II? Adriana, fique com a lei modelo aí para ir fazendo essa comparação, por favor.

Vamos lá. Inciso... O terceiro passa para o segundo. Alguma dúvida com relação a esse inciso II: nome, profissão e domicílio. E também qualificação do mediador, não é?

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Não poderia se transformar em um só: qualificação das partes e dos mediadores?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É bom separar.

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu separaria.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu separaria.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Isso, está certo.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Sr. Presidente, deixe-me ponderar com os colegas sobre a necessidade de a gente incluir se há terceiro. Porque o que acontece? Muitas vezes, se a mediação é feita – o José Antônio até lembrou – pela advogado comum, que às vezes não vai nem cobrar; ou por, sei lá, qualquer outra pessoa de confiança, e eles querem se valer de... Então, você ter, necessariamente, de fixar isso, eu acho que é ruim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Subentende-se que, obrigatoriamente, tem de ser pago.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas isso aí é facultativo, não é?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Eu acho que para isso aí não precisaria haver uma exigência.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pois é, mas a fixação é o seguinte: não haverá honorários.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não tem como mediação por ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem, lá no Rio estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Aí ele diz: a declaração ...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Deixe-me só dar outro dado aqui já da vida. Amanhã, vai haver uma discussão: houve ou não houve o termo inicial de mediação? E aí, as partes não estabeleceram. Mas, como assim, mas como é? Quem são as partes, os elementos essenciais, digamos assim, desse negócio: as partes, o mediador e o objeto que está sendo discutido? E aí não consta despesa e você vai anular esse negócio todo; vai haver uma discussão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Era obrigatório; era obrigatório e não constou. Vai anular depois?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Zé, primeiro é o seguinte: mediação; precisa haver alguma coisa obrigatória? A verdade é essa assim. É por isso que eu falo que na lei modelo não tem esse; não tem.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Nós estamos de acordo; estamos de acordo. Então, eu acho que tira isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas tirando o obrigatoriamente atenderia então?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Não, tirando a declaração de responsabilidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, porque as partes, o mediador e o objeto, isso, sim, é essencial.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A proposta aqui é tirar o inciso III, é isso?: Suprimir o inciso III.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Há consenso em relação a isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não é proibido colocar isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não é proibido; não quer dizer que não se possa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não é proibido colocar isso. Eventual, então; eventual declaração.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Porque o que a gente está querendo estabelecer é quais são os elementos essenciais para que esse contrato exista, digamos assim. E esse elemento não é um elemento essencial; não é. Então, se você colocar, vai ser prejudicial, porque você vai ter uma discussão amanhã.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – O art. 7º fala dos itens facultativos.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Então, pode incluir. Perfeito, André.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Olha só: “poderão as partes, facultativamente, incluir no termo inicial de mediação outras matérias que repute relevantes, inclusive o escopo do dever de confidencialidade aplicável a todos os envolvidos no procedimento.”.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Então uma alteração geográfica.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, só se o inciso III virar parágrafo único do art. 7º, ou incluir nele, jogar para dentro do art. 7º. É isso? Há consenso em relação a isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só estou com uma dúvida aqui.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Posso sugerir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu tenho dúvida se nós deveríamos manter esse art. 7º; é importante manter esse art. 7º?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Sim, eu acho que sim. Posso sugerir, Presidente. Olha, no inciso III, se nós colocássemos no final: “A declaração da responsabilidade pelo pagamento das despesas com a mediação e fixação dos honorários do mediador ou dos mediadores quando for o caso.”.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Se é o caso, não é obrigatório.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então, mas lá não está.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Mas o *caput* é: constará obrigatoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos fazer essa alteração, ele vai para dentro do art. 7º: “poderão as partes incluir no termo de mediação outras matérias que repute relevantes, – ali, agora é...”

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Volta, depois de relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Aí, depois de relevantes. “A declaração da responsabilidade pelo pagamento das despesas ou dos mediadores ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É, o inclusive ficou fora.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – É, o inclusive é o final, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, inclusive tinha que ser ali: inclusive – aí, Leandro –; inclusive tirar o lá debaixo, na penúltima linha à esquerda.

Mediadores....

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA *(Fora do microfone.)* – Vamos tirar esse “inclusive”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Por quê?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA *(Fora do microfone.)* – “Como”, “tais como”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E o escopo?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA *(Fora do microfone.)* – O escopo não seria só “a confidencialidade”?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Seria o “dever de confidencialidade”?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA *(Fora do microfone.)* – O dever de confidencialidade.

O SR. MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA – Então, tira-se o “inclusive” e coloca-se o “como”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Sim. E, depois de ‘mediadores’, coloca-se “e o dever de confidencialidade”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA *(Fora do microfone.)* – Na redação que segue, há um monte de referências sobre a confidencialidade, que já é obrigatoriamente confidencial.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Se você é mediador nos termos da lei, a sua atividade é absolutamente confidencial. Aí, você, facultativamente pode colocar no termo? Não. ela é confidencial.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas, aí, você pode colocar “o dever de confidencialidade” aplicável a todos os envolvidos no procedimento.

(Discussões paralelas.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pode-se quebrar a confidencialidade. Não é obrigatório.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Sim.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É. Tira-se a “declaração de responsabilidade”.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Sr. Presidente, não seria melhor quebrar em incisos para não ficar muito grande? Já que estamos trazendo para cá, não seria melhor quebrar em incisos?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Sr. Presidente, só uma sugestão: poderíamos parar em “reputem relevantes” e pronto. Na verdade, acerca de tudo o que mais for, vamos ficar aqui quebrando a cabeça com milhões de hipóteses.

Olhem só: “Poderão as partes incluir no termo inicial da mediação outras matérias que reputem relevantes” Ponto. Mais é menos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Estamos dando dois exemplos apenas para lembrar a questão da responsabilidade. Ali está bem. Não está exaustivo e está dizendo: “esses são pontos importantes.” Fico com receio apenas de quebrar a lógica do sistema com a lei modelo. É apenas nesse particular. Ali, como está, não estamos amarrando e ainda estamos lembrando esses dois pontos.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Ministro, a lei modelo não tem esse termo, esse compromisso como obrigação. Então, não estamos seguindo a lógica da lei modelo aqui. Estamos seguindo um pouco o que se ouviu nas audiências. Então, aqui...

O SR. ADACIR REIS – André, por gentileza, só uma ponderação. No art. 6º, estamos falando dos requisitos mínimos de um termo.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Isso.

O SR. ADACIR REIS – A meu ver, obviamente, o termo pode tratar de outras matérias relevantes. Sim, vai tratar necessariamente.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Estou aqui achando que...Esse art. 7º é necessário mesmo? Ou seja: dizer que poderão, no termo, tratar de outras matérias? Isso já não seria óbvio?

O SR. ADACIR REIS (*Fora do microfone.*) – Eu acho que ele só se justifica com outros acréscimos, porque ele...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quais seriam esses outros?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
Educativo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Educativo, pedagógico, era isso que eu ia falar. Tem uma função pedagógica, mas a ideia do Zé Roberto talvez seja interessante.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acho que aí não precisaríamos do 7º.

Gente, o termo...

Então, vamos manter, Zé?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
Acho bom, acho educativo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Seguimos, então, para o 8º

O SR. FRANCISCO MAIA NETO –

8º Se, no termo inicial de mediação, as partes tiverem se comprometido expressamente a não iniciar, em determinado prazo ou enquanto não se consumir determinado fato, procedimento arbitral ou processo judicial com relação ao conflito objeto da mediação, o tribunal arbitral ou o Poder Judiciário dará efeito a esse termo, suspendendo o curso da arbitragem ou da ação pelo prazo previamente acordado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Isso inclusive já foi objeto de discussão anterior.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Vamos trocar “processo judicial” por “ação judicial”. E também no art. 4ª

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
“Ação judicial” ao invés de “processo judicial”.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Eu mudaria um pouco a redação do dispositivo. eu diria o seguinte: “Se, no termo inicial de mediação, as partes estabelecerem termo ou prazo...”

É o que estamos falando: “determinado fato” é....

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas está lá.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER Desculpe. Termo ou condição. Porque o que se está dizendo aí, não se consumir determinado fato é uma condição. Então eu colocaria; “Se, no termo inicial, as partes convencionarem termo ou condição para...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos ler?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – “Se, no termo inicial de mediação, as partes” – eu colocaria – “estabelecerem termo ou condição...”

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É “se” ou é “caso”? O que fica melhor? Porque aí parece que foi uma tradução livre do “se”. Sinceramente, não sei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O fato é condição, não é?

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – E se ficar “Em havendo as partes...”

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas tem que ter “no termo inicial”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mariella, a utilidade disso é a seguinte: se, na cláusula, elas tiverem se comprometido, não vale. O cara pode começar a arbitragem imediatamente. Pelo menos, é uma interpretação possível.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas aí eu diria: “As partes não poderão começar procedimento arbitral ou judicial tendo as partes convencionado termo ou condição...”

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O Zé propõe ali: “Enquanto não se consumir determinado termo ou condição”, não é? Porque, em vez de fato, é “termo ou condição”. É termo ou condição, é prazo ou condição.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “...determinado prazo, termo ou condição”? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Depois de “não se consumir determinado termo ou condição.” Fica mais técnico, na verdade.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Há o problema do “termo inicial”, hein, gente? A Sílvia está lembrando aqui.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Aí vai perguntar se o termo é termo inicial?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – É verdade.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – E, se puser “prazo”? por causa da semântica.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Prazo, fato ou condição?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não, fato já é condição.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Prazo ou condição.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Isso! Acho que dá para suprimir isso tudo. Leandro, “determinado prazo ou condição”. Sai o resto todo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso!

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – “Caso tenham”, não é?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Na verdade, fica: “... enquanto não se consumir determinado prazo ou condição”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu só mudaria e inverteria: “... não iniciar procedimento arbitral ou ação judicial enquanto...” Não é “tiverem”; é “tenham”. Na primeira linha: “...as partes tenham...”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pronto? Seguimos? Alguma dúvida quanto ao conteúdo? Estamos dizendo que “...fica suspenso o curso da arbitragem ou do processo enquanto...” É isso mesmo? Mais importante que a forma é o conteúdo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – No final do 8º.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Estamos dizendo que, se tiver prazo ou condição lá naquele termo inicial, a arbitragem para, o processo judicial para pelo termo ou pelo prazo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso! Para fazer a mediação.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – A ideia é de que o processo arbitral ou a ação judicial vai ficar suspensa.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso! Enquanto durar a mediação.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não é motivo de indeferimento, de não conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas está presumido ali que houve acordo também para suspensão.

A SR^a ELEONORA COELHO – Para o Poder Judiciário dará efeito a esse “termo”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É o termo inicial de mediação. Está lá na primeira linha.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não era melhor suspender o termo direto?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Suspenderá o curso da arbitragem.”

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Vocês não querem modificar a

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Se não querem modificar a palavra “termo por instrumento de mediação”...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Aí temos que mexer no resto do...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E ficaria “termo inicial” e “termo final”, Fichtner. Fica muito coerente.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas isso tem, juridicamente, uma acepção completamente diferente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas já era, nós só estamos...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Termo inicial e termo final é o prazo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O instrumento, para mim, tem uma ideia mais formalizada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Termo também é termo escrito. São dois sentidos.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Acho que está bom, gente. O ótimo é inimigo do bom.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Seguimos, então.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Parágrafo 1º: o disposto no caput não se aplica às medidas de urgência em que o acesso ao Poder Judiciário ou à arbitragem for necessário para evitar o perecimento de direito.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Votando ao que ficou definido na lei de arbitragem, talvez valha usar as medidas todas, tanto as que a gente está colocando no CPC... a gente falou em medida cautelar e de urgência e também as de evidência...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tem razão. Acho que tem que entrar medidas cautelares... Você acha que tem que entrar todas do CPC?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Também.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – É complicado, porque o CPC não está aprovado.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Então, põe cautelares e de urgência. Ficou isso ontem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ou de urgência. Teria que ser as duas ao mesmo tempo.

Parágrafo 2º...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A gente usou medidas ou tutelas? Vocês se lembram?

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Parágrafo 2º: “Ficará interrompido o prazo prescricional a partir da data da assinatura do termo inicial de mediação.”

Vamos lá para o Dr. Hage e para o José Roberto.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Redação do parágrafo 1º...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acho que tem que ser mais técnico isso, porque...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Seria melhor colocar algo assim: “O disposto no *caput* não se aplica aos casos em que o acesso ao Poder Judiciário ou à arbitragem for necessário para evitar o perecimento de direitos por meio de medida cautelar” ou alguma assim. Mas, do jeito que está escrito, não está em boa redação.

A SR^a SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – ... nos casos em que o acesso ao Poder Judiciário...

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Em que o acesso ao Poder Judiciário ou à arbitragem for necessário para evitar o perecimento de direitos por meio de medidas cautelares.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas precisa “por meio”? Eu acho que eu não tiraria não. Deixaria assim, Hage. Ficou muito bom. A redação ficou ótima.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas ele é parte. É o nosso anjo da guarda.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

(Intervenções fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já estamos agora no parágrafo 2º. Vai, Zé!

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – A lei, em alguns casos, estabelece que só uma vez pode ser interrompido o prazo prescricional. Se já tiver havido essa primeira interrupção, nós estamos criando uma outra interrupção que a lei atual não prevê.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual é a segunda? Se só vale uma, é só essa aí. Se só vale uma e essa é a primeira, acabou.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Se já foi interrompido antes, foi o primeiro.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Tem que ter clareza do que estamos fazendo, porque alguém vai interpretar...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que não precisa tratar, Zé.

Se é o caso de já ter começado uma arbitragem ou já ter começado uma ação judicial, já interrompeu. Aí a utilidade da interrupção do termo não tem sentido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acho que a gente podia ser mais específico e botar o prazo de prescrição ou de decadência...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Eu acho, Zé, que para ter essa leitura que você está sugerindo só se a lei falasse isso. Como ela não fala, é uma vez só que suspende. Acho que essa leitura seria extraordinária.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ – Tem que refletir também porque a interrupção traz efeitos processuais para o termo inicial de mediação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Nós estamos falando em suspensão ou interrupção?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi decidido interrupção aqui.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ – Mas a gente tem que refletir se realmente é o caso, porque traz efeitos processuais para um termo de mediação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho que tem que ser interrupção, porque, senão, fortalece...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – André, não vejo problema, porque o próprio Código Civil prevê que, quando o devedor discute que tem um valor devido, já há efeito de interrupção de prescrição.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Nós vamos mencionar decadência, também, aqui, ou vamos ficar na...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acho que só para a definição, né?

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Todas as ações, a maior parte das ações anulatórias é submetida a parte de decadência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas aí, gente, não tem jeito. A decadência não pode interromper.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Pois é. Esse aqui é outro problema.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Aí vamos mudar o Código Civil. Até acho uma boa, mas... Não há como aumentar...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Alguma divergência quanto ao §2º, gente? Podemos seguir? Mediadores.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO –

Capítulo III – Dos mediadores.

Art. 9º compete ao mediador buscar o entendimento entre as partes de modo a se obter um acordo amigável entre elas [tira o amigável de novo]... um acordo entre elas como solução para o conflito.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu acho que está repetitivo. Isso já está dito no art. 1º.

“Art. 1º Entende-se por mediação a atividade técnica exercida por terceiro, imparcial...”

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estou de acordo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu vou me permitir, Ministro, já que a Roberta levantou, voltar no art. 1º, na observação que o Dr. Hage trouxe aqui para mim. Ele opinou o seguinte: que nós precisamos explicar que, para fins dessa lei:

“Entende-se como mediação extrajudicial a atividade técnica exercida por terceiro imparcial e sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes interessadas, escuta e estimula sem impor soluções com o propósito de lhes permitir a prevenção, solução



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

e (ininteligível) de modo consensual [vírgula], fora do âmbito judicial.”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É, ou isso ou, então, se define o objeto da lei no art. 1º, que é, por sinal, uma orientação da Lei Complementar nº 98, de 1995, e não foi feito aí nessa minuta.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então, seria a gente tirar. Não mexeria no artigo?

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Poderia não mexer no artigo, mas, no art. 1º, a ser elaborado, se especificaria o objeto da lei... E a arbitragem...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Essa lei se aplica às arbitragens extrajudiciais?

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Arbitragens, não, perdão, mediação extrajudicial...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mediação extrajudicial... Só isso?

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Nos casos em que seriam aplicáveis, ou o âmbito de aplicação da lei, e aí, sim. Essa expressão “para fins”, só voltando a ela, é utilizada justamente para apresentar conceitos que valem para aquele diploma legal específico. Se o “para fins” vai ser utilizado no art. 5º, então ele talvez deva ser utilizado no início de todo artigo da lei, porque eu acho que o “para fins” já está implícito. A lei trata de mediação extrajudicial, e aquela regra do art. 5º vale especificamente e necessariamente e somente para mediação extrajudicial.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, a sugestão é para manter no 1º?

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – No 1º, o “para fins”? Sim; pode manter, porque se está falando de um conceito, está especificando o que é mediação para os fins da lei.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Dr. Hage, por gentileza, o novo art. 1º seria: esta lei aplica às medidas...?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Faz o art. 1º com essa redação e transforma esse em parágrafo único do art. 1º.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – É, pode ser também.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pode ser assim?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Pode.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então, “esta lei aplica às mediações extrajudiciais”, só isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para os fins desta lei.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – E o âmbito de aplicação da lei. Para que situações a mediação extrajudicial vai servir? Ainda que não seja possível fazer um rol exaustivo, pelo menos, algo exemplificativo ou algo genérico; não sei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas a sugestão não era para que no 1º entrasse “para os fins”?

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Como, perdão?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A sugestão não era para que, no art. 1º, entrasse “para os fins”?

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Não; não, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tá bom.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas só isso aí não basta? “Essa lei se aplica às mediações extrajudiciais”? E, “Parágrafo único. Para os fins dessa lei, entende-se por mediação extrajudicial a atividade técnica”...

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Isso.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Deixa eu fazer uma pergunta.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – ... porque aí resolveria.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – A gente está usando a palavra “extrajudicial”, mas é, também, “extra-arbitral”, não é? Extra um, extra outro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Extrajudicial quer dizer fora de qualquer juízo.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – É...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aqui está respondendo juízo.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – É, mais ou menos, você já está interpretando. Será que a melhor expressão é “privada”?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Essa “privada” já foi, nós já tínhamos decidido que seria extrajudicial aqui.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Tá bom.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então “parágrafo único” vai ficar bom ali.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É, olha. Vai ficar bom.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Parágrafo único. Ficou legal.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Aí volta para os fins, não é, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Para os fins...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Para os fins dessa lei... Professor de Português, não é Chico?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Vernáculo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A mediação, não é? Não, acho que não tem o “a” não.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não tem o “a” não. Mediação judicial é a atividade técnica...

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Lei vai ser sempre com letra maiúscula, porque é a própria lei e o “art. 1º, *caput*”, talvez seja melhor “esta lei dispõe sobre a mediação extrajudicial”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Dispõe sobre as mediações...

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Sobre a mediação extrajudicial, genérico.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mediação no singular. A mediação... Ótimo.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Eu tiraria o “a”, deixaria “mediação extrajudicial”.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – É, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tá. Voltando para lá, então.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – A Roberta, então, está sugerindo suprimir o art. 9º?

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Já está dito no art. 1º.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Lá em cima diz qual é a finalidade da mediação. Aqui, agora, é do mediador. Eu acho melhor...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso aí atrapalha? Você acha que é ruim? Porque, às vezes, a pessoa consulta, Roberta, a lei pontualmente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É o primeiro marco legal. É importante.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu acho que é importante, sim, porque, às vezes, a pessoa consulta pontualmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – De enxugar, né?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu também gosto disso, principalmente em contrato, né?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu tiraria “um acordo”, porque pode ser mais de um.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Ter acordo” entre as partes como solução para o conflito”. Ok?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Precisa do “entre elas”?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Compete ao mediador buscar entendimento entre as partes de modo a se obter acordo como solução para o conflito”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Para o conflito, porque ele é pontual.

Podemos ir para o 10?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Art. 10. “Pode ser mediador qualquer pessoa capaz, que tenha confiança das partes e se declare capacitado tecnicamente... *(Pausa.)*

Não, é “capacitada”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Depois, vai para uma revisão de português.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Capacitada tecnicamente para fazer mediação”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Hage, depois vai para uma revisão de português também, né? Nós podemos pedir, né?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu tive uma dúvida aqui. Será que a gente precisa disso: “capacitado tecnicamente”?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Para firmar responsabilidade do mediador.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Exatamente.

Além do que, Ministro, se me permite, eu já disse a vocês que eu busquei conversar com diversas pessoas que atuam na mediação, Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba. E essa é uma forma, como bem colocou o Ministro, de você, de alguma, dar responsabilidade sem ter a amarra do cadastro que foi muito discutida. Então, você linca essa declaração com o art. 19. Não, com o 14, que é a responsabilidade que está inerente à sua função. Ok?

Bom, parágrafo único.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Mas aí ele vai precisar de um termo? Novamente, eu sou muito mais flexível do que como a lei está e do que como está a lei-modelo. Eu acho que passa a ter confiança das partes. Se ele atuar como mediador, vai estar no termo inicial que ele é o mediador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não está dizendo que é por escrito, não.

A SRª ELEONORA COELHO – Então, mas pelo que estou entendendo, Adriana, basta uma declaração dele, que ele se sente capacitado.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Se ele aceitou, ele está aderindo à lei, gente.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – E precisa disso?

A SRª ELEONORA COELHO – Isso é importante.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que não.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Não seria o caso de, em vez de “se declare”, “se considere capacitado”?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Claro. Eu acho melhor. É isso.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Tudo bem.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Porque esse “se declare”...

A SRª ELEONORA COELHO – Eu acho importante haver uma declaração.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – “Se considere” é muito subjetivo.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ELEONORA COELHO – Basta uma declaração.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É muito subjetivo.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Sr. Presidente, só uma questão aqui. A gente tem que ter na cabeça, quando a gente está fazendo, que esse é o marco regulatório, Que não houve até agora uma norma tratando disso. Então, algumas coisas que, para a gente, são óbvias, talvez não sejam para quem está examinando isso pela primeira vez.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A parte escolheu ele.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – *Ça va sen dire.* De o cara assina um termo...

A SRª ELEONORA COELHO – Adriana, é diferente da arbitragem. Arbitro, diferentemente de mediador, é justamente bom para ser escolhido pelas partes porque ele goza das confianças das partes e porque ele é bom em alguma coisa específica. O mediador, pela essência da função, tem de ter uma capacitação. É diferente da arbitragem.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu acho que não.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Se ele aderiu ao termo... Se ele declarou.. Nem que seja verbal.

A SRª ELEONORA COELHO – Por isso eu sou favorável a que se mantenha, a que ele se declare...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso ele já declarou, gente.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Por isso não precisa estar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Com a declaração de vontade... Alguém vai tentar criar algum problema.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Vão anular a mediação porque ele não se declarou. Não há uma declaração.

A SRª ELEONORA COELHO – Mas a lei tem certos...

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Pessoas, vocês estão esquecendo o seguinte... Desculpa. Só vai sair alguma coisa da mediação se tiver consenso, ninguém vai questionar isso. É diferente da arbitragem, que tem uma imposição.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Mas pode questionar depois; pode questionar depois...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Mariella, eu concordo com você. Por isso que eu acho que você colocar formas, colocar que o



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

“cara” precisa se declarar, eu tiraria essas coisas porque, primeiro já tem o termo, que fui voto vencido, que precisa ter. Então, o fulano está assinando o termo. Gente, ele está se declarando...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não, tem uma questão, Adriana, que é a seguinte: a gente está trabalhando em um ambiente absolutamente informal, num ambiente *(falha na gravação.)* do que judicial. Então, isso também é quase que uma chancela de que a pessoa, apesar de não ter... Como eu não vou cobrar dela o cadastro, que é o critério de confiança pura, que ela chegue e fale: “Olha, eu posso cuidar disso”, e se responsabilize.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Isso é uma responsabilidade objetiva que ela assume, não é que ela se considera.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não atrapalha em nada! Acho que não atrapalha em nada!

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Objetiva, não. Subjetiva.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Tudo bem, tudo bem. Vamos lá: o que eu quis dizer é que o parâmetro tem de ser objetivo.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – André, eu só faço uma observação: se for o “considere”, se ela se considerar capacitada, você pode subentender que ao assumir o encargo de mediador pode estar subentendido que ela se considerou, agora, se for “declare”, você não pode subentender. Tem que ter um ato de declaração.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Deixe-me, nessa linha, sugerir o seguinte: eu estou de pleno acordo com o Caio, mas eu queria suprimir mais. Vejam: “(...) capacitadas tecnicamente (...)” vai ser um problema. Vamos admitir que amanhã alguém confie, por exemplo, no Caio para uma questão de um banco, um negócio altamente técnico, que exige um conhecimento em economia, mas que eles entendem que o bom senso do Caio é suficiente para, naquele caso, sirva como mediador. Vai ser uma discussão. Na minha sugestão é: “(...) mediador qualquer pessoa que tenha a confiança das partes”. Ponto. Acabou.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Roberto, mas você está pensando em uma mediação altamente sofisticada. São muitos tipos de mediação e pessoas humildes.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Exatamente.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Mas um rabino não vai ter o conhecimento... Quer dizer, aí vai...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Ele tem a prática; tem consequências aí...

O SR. FRANCISO MAIA NETO – José, essa história do rabino saiu lá no Ministério da Justiça e a Eugênia Guida, que está participando, que é judia, ela explicou e disse-nos que também não serve de exemplo para mediação não, que ele não faz mediação, ele faz negociação assistida. É diferente.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – (*Fora do microfone.*)

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Ele pode. Mas ele não faz, porque quem faz, Roberto – e, aqui, a Mariella pode me ajudar muito, porque ela trabalhou isso nesses anos todos –, a mediação é técnica. E o Chico foi muito feliz nessa intervenção agora de dizer o seguinte: eu não preciso saber nada de banco. Nada. Mas eu preciso saber a técnica de mediação, porque ele é um processo de autocomposição.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – De novo a gente está usando o parâmetro do julgamento.

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Isso. Que é heterocomposição.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Esse conhecimento técnico você precisa, que você está falando, é para julgar. O conhecimento técnico de um mediador é da técnica de mediação. Não tem nada a ver com conflito.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – É processo, não é matéria.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu não preciso saber de feira para mediar feirante.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – De novo: acho que aquela pessoa tendo uma confiança das partes e fazendo a mediação da forma como ela entender melhor, da forma como ela conseguir levar, vai ser suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Gente, vamos votar?

A proposta é: ou ficar do jeito que está, ou suprimir essa parte. Fica até a confiança das partes para uns e mantém para outros.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. ADACIR REIS – Ministro, a proposta do Caio de trocar o “declare” por “considere”, aí não haveria um consenso?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Há consenso se botar “considere”?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu prefiro... Eu também tiraria “tecnicamente”. “(...) se considere capacitado”. Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “(...)se considere capacitado” dá consenso?

O SR. ADACIR REIS – Não, não, não, porque eu acho a intervenção do José Roberto muito importante. Mas ela só é mitigada pelo fato de “considere capacitada tecnicamente para fazer mediação”.

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Repito: isso foi construído por pessoas que praticam a mediação de forma a ter o mínimo de garantia de que aquela pessoa tem uma capacitação técnica.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Gente, eu discordo. Vou pegar o exemplo do Luis Olavo fazendo uma mediação. Ele é um cara que é contratado para...

A SR^a ELEONORA COELHO – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Então, mas ele não tem capacitação técnica.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Gente, vamos votar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Não, não, não. Eu vou explicar, por favor. Eu olhei. Você pode fazer, hoje, um curso de mediação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas ali está dizendo que se considere capacitada. Gente, três propostas: a primeira original. Volta ali, por favor, só para eles verem. Volta no que estava antes. Não. Volta antes, como estava.

Então, temos. Declara... Olha como está ali. Declare capacitada. Tem o considere capacitada e tem o sem nada. Até confiança das partes. Então, declara, considere ou nada. Declara, considera ou nada.

Quem quer declara, levanta o braço. Declara. Um, dois, três, quatro. Vamos terminar aqui.

Considera. Quem quer considera? Um, dois, três, quatro.

E quem não quer nada?

Então, quem não quer nada, confiança das partes.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Pera, pera, pera. Então, tá bom. Pode ter sentido mesmo. Primeiro quem aceita que tenha confiança das partes. E o outro quem entende que tenha capacitação tecnicamente.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Agora que eu entendi, ele tem razão.

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Aí depois a gente decide pelo...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A começar pelo nada.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Exatamente. Nada ou completa. E depois vai ser declara ou considera.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, quem é a favor de manter parando ali no confiança das partes, sem nada? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito. Oito.

Então, agora, vamos somar os dois – considera ou nada – para ver se... Perdão. Considera ou declara para...

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – A versão cheia.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A versão cheia, primeiro. Quem quer a versão cheia. Depois a gente vê qual dos dois. Quem quer a versão cheia.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – O todo que pode ser modificado...

A SRª ELEONORA COELHO – Não, gente. Então, isso. Você tem...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Você já voltou até confiança das partes.

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Você foi contra... Isso. Agora nós vamos ver quem é que quer declara ou considere primeiro. Declara ou considere levante o braço, por favor. Declara ou considere.

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Foco, Eleonora, foco, foco, foco, foco.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe) – Um, dois, três, quatro, cinco, seis. Seis. Mas também não dava, Chico, porque é oito a seis. Então, mesmo que você mude o voto...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Empata, sete a sete.

A SRª ELEONORA COELHO – Não. Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos, Chico...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Caio... Caio, você não...

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Pera, pera, pera...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Você não acha necessário...

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Olha lá... Tem as duas opções...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tem as duas opções ali: o “a” ou o “b”. Vamos fazer uma nova votação para ver se tiramos...

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Olha, Francisco, tem a opção “a” e a opção “b”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Opção “a” e opção “b”. Quem é a favor da opção “a”? Vamos lá, levante o braço. Opção “a”.

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Chico...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Opção “a”... Opção “a”... Opção “a”. Um, dois, três...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Olha os conchavos. Olha os conchavos aí, Chicão. Faça nada. Você que faz.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Calma, gente. Agora não, agora não.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – E todo o resto da Comissão.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Gente, gente, por favor...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Chico, seja educado. Seja educado.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos providenciar...

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Isso é desnecessário, gente, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vou tomar de novo a votação e por último, hein...

A SRª SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Dá para sentar, ficar quietinho, bom menino, para a gente poder votar isso?!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quem é a favor da opção “a” levante o braço? Um, dois, três, quatro, cinco. Cinco. Caiu um voto.

Quem é a favor da opção “b”? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito.

Venceu a opção “b”.

Agora, entre a opção “b”, quem é a favor do “declare”? Quem é a favor do declare levante o braço. Espere aí. Levante o braço quem é a favor do “declare”.

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete pelo “declare”. Contei.

Quem é a favor do “considere”?

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Voto de minerva será do Ministro Luis Felipe Salomão pela primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não. Eu acho que eu não contei.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Acho que o Ministro não me contou. Quem é pelo “considere”, de novo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho que vou fazer de novo a contagem.

Vamos levantar o braço, então, de novo.

Quem é a favor de “declarar” habilitado levante para eu poder contar.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Vamos aí. “Declarar”... Quem quer “declare”...

Fichtner, você é “declare” ou é “considere”?

Adacir?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Fichtner e Adacir, por favor, está repetindo a votação.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Declare” ou “considere”? Agora é “declare”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos fazer nominal.

A SR^a SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – É melhor assim.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está muito disperso.

Fichtner, declare ou considere?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Declare, né? Caio, declare ou considere?

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Considere.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Considere. José Rogério não está. Marcelo.

O SR. MARCELO HENRIQUES RIBEIRO DE OLIVEIRA – Considere.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Considere. Tatiana não está. Adriana.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Considere.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Carmona não está. Eleonora.

A SR^a ELEONORA COELHO – Declare.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Declare.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Silvia.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Considere.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Francisco.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Declare.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – André.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Declare.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – José Roberto.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Considere.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Marcelo não está.

Walton não está.

Roberta.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Declare.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eduardo.

O SRª EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM – Considere.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Adacir.

O SR. ADACIR REIS – Considere.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito para “considere”.

Um, dois, três, quatro, cinco, seis para “declare”.

Ficou “considere”.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Ministro, eu gostaria ainda de verificar se alguém me acompanha em tirar a palavra “tecnicamente”, deixar só “capacitado”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso já passou, Adriana.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Passou o que?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, Adriana, nós votamos isso.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não, não votamos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ministro...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Por isso que eu quero tirar a palavra “tecnicamente”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Perfeito. Eu estava explicando esse negócio. Só para explicar o que vai acontecer, gente. Tem muitas pessoas, aliás, a Eleonora acabou de me dizer que é uma delas, que entendem que essa é realmente uma questão técnica. Podem dizer: “Eu me considero médico, eu sou seu médico”. Você fez medicina? “Não, mas eu sou médico.” Não. Você não é médico. Para ser médico, tem que fazer o curso. Então, essa é a discussão que a gente vai ter daqui para a frente.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Quando a gente coloca “capacitar tecnicamente”, vai chegar amanhã e dizer: querido, você pode se achar um astronauta, se achar um super-homem, só que você não é nada disso, porque para ser você vai ter que ter o curso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas você não tem o curso.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Esse é o risco que a gente está correndo.

A SR^a ELEONORA COELHO – Mas, José, a consideração é pessoal. O mediador vai dizer: “Eu me considero capaz”. Não é que ele vai ter que comprovar...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Então, mas a palavra “capaz” não precisa ser acompanhada de “técnica”.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu respeito. Eleonora, é porque eu respeito a sua opinião que eu estou com esse medo.

A SR^a ELEONORA COELHO – Chico, você quer ouvir? Deixa só eu falar... Chico, posso falar? Quando eu comecei a tratar do assunto mediação, inclusive, bati muito na tecla de que mediação deveria ser... Eu tinha a mesma opinião de vocês, de uma leiga que sempre trabalhou com litígio e arbitragem que nunca tinha estudado mediação na vida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu não sou leigo.

A SR^a ELEONORA COELHO – Talvez você não tenha se informado como eu me informei. Fomos conversar com estudiosos, com doutrinadores, com grandes mediadores internacionais e com pessoas que já fizeram mediação aqui no Brasil e, de fato, uma mediação demanda uma capacitação diferenciada. Não é qualquer pessoa que pode fazer uma mediação. Não é.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Só acrescentar uma coisa. Acho que está perfeito o que você disse. Se a redação fosse: pode ser mediador qualquer pessoa capaz que tenha confiança das partes que comprove ser capacitada tecnicamente. A partir do momento que colocamos um aspecto subjetivo “se considere”, não se pode exigir da pessoa uma habilitação.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – É o exemplo que te falei, eu me considero médico, mas não fiz medicina; eu me considero um grande chef, mas não fiz faculdade...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, você está falando em profissão regulamentada, é diferente. Se tivéssemos feito algum...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Acho que aí é o texto da lei.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – O que a Adriana está sugerindo é, pelo menos, tirar o tecnicamente.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Capacitada, se vocês querem essa ideia, o tecnicamente está dentro de capacitada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está faltando votarmos.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Capacitada é o seguinte: eu tenho habilidade, eu me considero com habilidades suficientes para ser uma mediadora em um caso? É isso. Tecnicamente, o que quer dizer isso? Dependo de uma chancela?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Você detém a técnica de mediação, Adriana, ainda que seja de...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Francisco, nós já votamos é que...Já discutimos imensamente...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Voltamos a votar...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Precisamos sair disso. Espera aí, deixa o Caio falar, daqui a pouco você faz a sua pergunta.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Só um adendo, seria, também corroborando com o que o José Roberto colocou, a questão do tecnicamente, acho que ficou um pouco complicado, seria para fazer mediação ou para fazer a mediação? Porque para fazer mediação, o sujeito tem que se considerar capaz para fazer qualquer mediação, e fazer a mediação é aquela mediação específica. Acho que seria mais apropriado, porque, às vezes, uma pessoa...Como?

A SR^a ELEONORA COELHO – Técnica de mediação, Caio, serve para qualquer tipo de litígio.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É aquela mediação específica, é naquele caso específico, não é genérico.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Posso mediar uma briga...Eleonora, eu posso mediar a briga dos meus vizinhos, mas posso não ser capaz...

A SRª ELEONORA COELHO – A técnica é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Chico.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Sr. Presidente, por que ao invés de usarmos a palavra tecnicamente, uma sugestão conciliatória, o meu espírito conciliador, considere capacidade e capacitada e com experiência para fazer mediação. Experiência de vida...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos votar. Quem é a favor do tecnicamente ou de retirar o tecnicamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tira o tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É essa a votação.

Quem é a favor de manter o tecnicamente levanta o braço.
(Pausa.)

Dois.

Quem é a favor da retirada do tecnicamente. (Pausa.)

Suprime ali, por favor.

O Caio insiste na questão do ao ou já superou?

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Acho que seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Para fazer a mediação.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – A mediação específica.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Há alguma oposição de se incluir o a?

Superamos então.

Parágrafo único.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Parágrafo único: no desempenho de sua função, o mediador deverá proceder com imparcialidade, independência, competência, diligência e discrição. São princípios.

Art. 11 As partes poderão, de comum acordo, nomear um ou mais mediadores para o procedimento de mediação, podendo ainda, para esse fim, adotar as regras de uma entidade especialidade.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Art. 12 Estão impedidas de atuar como mediadores as pessoas que tenham, com as partes ou com o conflito que lhes for submetido, alguma das relações que caracterizam casos de impedimento ou de suspeição de juízes.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Essa não dá, porque o advogado da parte não pode fazer a mediação. Extrajudicial, desculpe.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Sou totalmente contra. O que é importante é que faça o *disclosure*, faça revelação. Uma pessoa impedida pode ser mediador, basta que as partes saibam..

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Vou dar o exemplo mais comum, família. Você é advogado de uma família há muitos anos. Sou advogado de várias. Há uma briga dentro da família. Os irmãos, várias vezes, já me chamaram para ser mediadores. Estamos fazendo isso inclusive.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Volto a dizer, eu já fiz uma mediação enorme, dois clientes meus, por ter confiança dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A proposta é suprimir o *caput* e manter só o parágrafo como art. 12.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Exatamente, porque na verdade a pessoa indica e, evidentemente, ela precisa ter sido escolhida pelas partes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem que ter a confiança das partes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu já tenho confiança. Ele está capacitado, sem precisar ser tecnicamente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Esse impedimento tem que ser para mediação judicial, e não para extrajudicial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Perfeito.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Tem consenso no art. 12 assim?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então, passaria a ser com essa redação o art. 12: “As pessoas indicadas para funcionar como mediador têm o dever de revelar, antes da aceitação da função, qualquer fato que denote dúvida justificada quanto à sua imparcialidade em relação às partes e ao conflito”.

O.k.?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Perfeito.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –

Isso.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então está bom.

Art. 13. Salvo acordo em sentido contrário entre as partes, o mediador não poderá atuar como árbitro em procedimento arbitral pertinente a conflito que:

I - Seja ou tenha sido objeto de procedimento de mediação em que tenha atuado como mediador.

II - Tenha como origem o mesmo contrato ou relação jurídica pertinente a procedimento de mediação em que tenha atuado como mediador.

III - Tenha como origem contrato ou relação jurídica conexa ou relacionada a outro que tenha sido objeto de procedimento de mediação em que tenha atuado como mediador.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Só um minutinho.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Acho muito amplo, também.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Relação jurídica é sempre um contrato.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – É, mas imagine o seguinte.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Conexa, relação jurídica conexa.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Imagine que a pessoa tenha feito uma mediação em 2006 sobre um determinado acordo de acionistas. Agora, sete ou oito anos depois, ela não pode ser árbitra?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Salvo acordo em sentido contrário”. Está no *caput*. Sobe um pouco.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – O inciso II está incluído no primeiro. Qualquer coisa em que ele tenha atuado como mediador não pode ser árbitro, salvo um acordo entre as partes. Pode tirar o segundo.

A SRª ELEONORA COELHO – Sobe um pouquinho aí por favor, Leandro e Guilherme.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Leandro e Guilherme, sobe um pouco. Nós estamos no art. 12.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Gente, é só o primeiro. Os outros estão contidos no primeiro.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Também acho.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – É que o objeto pode ser mais específico.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A verdade é a seguinte: a pessoa não pode atuar como árbitro se tiver sido mediador. Acabou. Salvo acordo em contrário.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas do mesmo conflito, né? Porque o contrato tem duração longa. Não pode ser...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Claro, claro. Evidentemente.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Mas aí é resumido ao objeto daquela mediação específica.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu acho que o primeiro congrega tudo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Claro, porque é a arbitragem relacionada àquela mediação. Óbvio.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Aí ela passa a ser o *caput* todo: “conflito que seja ou tenha sido objeto”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Há consenso nisso, de suprimirmos os incisos II e III?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Talvez a gente melhore a redação.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Vai ficar com um inciso só?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não, vai jogar para o *caput*.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ele entra no *caput*.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Olha, eu tenho uma sugestão de redação. “Salvo acordo em sentido contrário entre as partes, o mediador não poderá atuar como árbitro em procedimento arbitral pertinente a conflito em que tenha atuado como mediador”. Suprime.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Perfeito.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – “Pertinente a conflito em que tenha atuado como mediador”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Te ensinei muito de arbitragem esses meses todos, Chico.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “Conflito que” até “mediador”, Guilherme.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não. Volta, Guilherme.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – De “seja” até “mediação”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso.

Art. 14. Os mediadores e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos funcionários públicos para o efeito da legislação penal.

Capítulo 4 do procedimento de mediação.

Art. 15. Considera-se instituída a mediação na data em que for firmado o termo inicial de mediação.

Parágrafo único. Caso o convite formulado por uma das partes à outra para iniciar procedimento de mediação não seja respondido no prazo estipulado em contrato ou, na falta deste, no prazo de 30 dias da data de recebimento do convite, a ausência de resposta será considerada rejeição ao convite para mediar.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tem muito “convite” aí.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – A redação.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – A festa é grande.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Primeiro, no art. 15. Qual é a utilidade de ter uma data de instituição da mediação?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Como é?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Qual é a utilidade da instituição, de uma data de instituição para mediação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Para a prescrição.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Não precisa. Lá em cima já está. A prescrição é o termo, ela não está com a instituição da mediação. É o termo inicial de mediação. Não precisa ter esse *caput*.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Exatamente. Quando ela está constituída? Quando se firmar o termo de mediação.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Tem que amarrar, porque se começar a cortar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Caso o convite formulado por uma parte a outra...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ele amarra o procedimento de mediação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não precisa do convite.

Na data de seu recebimento.

A ausência de resposta será considerada rejeição. Rejeição para mediar.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Art. 16.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Uma dúvida de procedimento. Esse termo de iniciar obrigatoriamente precisa da participação de todos, certo? Das partes e do mediador.

A gente fala da assinatura do termo e depois fala do convite para mediar. Estou querendo entender. Não entendi se está amarrando, porque você está falando o seguinte: a arbitragem está extinta com o termo. Só que depois no parágrafo único você está falando de uma coisa que deve ter acontecido antes do termo.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Uma questão temporal.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Porque deve haver uma sequência lógica do procedimento.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Claro. Não está na sequência.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Você está querendo julgar o parágrafo antes...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não, o art. 16 tem que ir para depois do termo de mediação.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – O convite é antecedente ao termo, e isso é evidente.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O termo é o art. 5º. Este convite teria que ser antecedente.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Então não precisa de convite, pode ser termo sem convite.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Seria antes do capítulo II, onde a gente fala do termo de mediação.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então o parágrafo único iria...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Qual, o 16?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – O 15.

A SRª ELEONORA COELHO – Pode ter termo sem convite. Então não precisa pôr antes.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Na verdade o 15.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A Eleonora está sugerindo que se mantenha.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Estou de pleno acordo com a Adriana, a ponderação dela está perfeita, não tem uma sequência lógica. Mas, além disso, será que a gente precisa explicar isso? Caso o convite não seja respondido, rejeitou. É preciso dizer isso? É fundamental dizer?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – José Roberto, eu acho importante, porque às vezes há umas cláusulas... Primeiro, tem que ser anterior ao termo claramente. Porque o termo interrompe a prescrição e se você se obrigar no termo a suspender, perfeito. Agora há cláusulas de mediação que falam que há prazo, então isso aí dá um norte de quando é que antes da assinatura do termo inicial você já vai poder, sem o risco de prescrição, correr para o Judiciário ou para a arbitragem. Acho que dá uma tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Para dar por superada esta questão, estou correndo um pouco porque alguns colegas vão viajar, e se não terminarmos isso, pelo menos não revejo o texto todo. Vou dar uma sugestão. O Dr. Hage vai dar uma olhada nessa parte de compatibilização, topografia, português, para sugerir para nós se há necessidade de alteração ou não e nós faremos isso depois. Pode ser assim?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Art. 16: as partes poderão, em comum acordo...

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Esse 16 já está no 11, eu acho. As partes poderão, de



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

comum acordo, nomear (...) podendo ainda. Aí o 16: As partes poderão, de comum acordo, estabelecer o procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Aqui é a forma de procedimento.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Aqui é o procedimento.

Art. 16: as partes poderão, em comum acordo, estabelecer o procedimento para mediação, adotar o procedimento de uma entidade especializada ou delegar ao mediador a definição desse procedimento.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Estou de acordo com a Roberta que pode suprimir o *caput*, e o art. 16 ser o parágrafo primeiro que trata de procedimento.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – mas ele delega também ao mediador, gente.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Então, o §1º também.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “Caberá ao mediador discipliná-lo, tendo em conta as circunstâncias do caso, os interesses expressados pelas partes e a necessidade de uma solução.”

É dizer a mesma coisa em menos palavras. Acho que não tem problema.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas ele aqui dá também à parte o poder de estabelecer, que no 11 não tem. São três hipóteses. A parte estabelece um regulamento de uma instituição ou delega o ato.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI (*Fora do microfone.*) – O mediador.

FRANCISCO MAIA NETO – O mediador, perdão.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE (*Fora do microfone.*) – É, isso não tem em lugar nenhum.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Então, mas se não tem... Isso é importante. Mas não é... Estou dizendo que o *caput* é que está inserido...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pois é, quem sabe a gente não coloca assim: “não estabelecendo as partes”... Estou falando em...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Esquece o *caput*. Já tem uma câmara, já tem o procedimento; não tem uma câmara, é o “não



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

havendo estipulação acerca do procedimento, caberá ao mediador discipliná-lo”.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Isso. Ou então, “caso as partes não tenham escolhido a câmara” ou qualquer coisa assim...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pode deixar assim, se vocês acharem que está suprido. Ficaria assim?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Isso.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Não havendo estipulação acerca do procedimento, caberá ao mediador discipliná-lo, tendo em conta as circunstâncias do caso, os interesses expressados pelas partes e a necessidade de uma solução expedita para o conflito.” Está o.k?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Parágrafo 1º agora. “Serão sempre respeitados no procedimento de mediação os princípios da autonomia da vontade das partes, da igualdade das partes, da confidencialidade, da boa-fé e da imparcialidade do mediador.”

Parágrafo 2º.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Parece-me que não precisa...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Das partes” duas vezes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – ... “das partes” duas vezes.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Autonomia da vontade e igualdade das partes?”

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Isso.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Está bem.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Não precisa falar da imparcialidade do mediador porque a gente já falou lá em cima.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ali, Guilherme, “vontade e igualdade das partes”, no §2º, que virou 1º.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Presidente, a gente vai terminar de ler até o final agora?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Espero que sim.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Mas vamos almoçar e voltar?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos ver até onde a gente consegue caminhar até 1 hora.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Para saber se anticipo o voo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Uma hora a gente delibera isso. Vamos ver até onde vamos andar.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Agora dois, §2º:

Salvo disposição em contrário, o dever de confidencialidade se aplica às partes, seus advogados, assessores técnicos e outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, se estendendo a todas as informações produzidas ao longo do procedimento, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – De acordo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Art. 17. Poderá o mediador se reunir com as partes, em conjunto ou separadamente, ouvir testemunhas e solicitar das partes informações que..”

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu tenho uma dúvida.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pois não.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – O teor das informações produzidas no procedimento não pode ser utilizado para outra coisa?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Salvo disposição...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – E o processo judicial em seguida, a pessoa não pode...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso, nós temos aqui uma disposição no art. 18, Fichtner, sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acho que realmente não pode mesmo não...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Seria bom a gente ser claro para ser...

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Há uma lógica que o mediador...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu entendo a lógica, a questão é só o que abrange o termo informações.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – É exatamente o que vou dizer, porque mais para frente a gente vai falar do mediador, ele só pode revelar informações confidenciais que ele obteve em sessões privadas se for autorizado pela parte.

Nas reuniões abertas, com todas as partes, o que a parte revelar... É isso que a gente tem que discutir, o que está coberto por essa confidencialidade ou não. O que é informação sigilosa, em que a parte quis manter o sigilo, o mediador não pode revelar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Então eu lhe pergunto uma coisa: se ela quiser evitar ser interrogada em juízo sobre determinado assunto, basta que ela faça essa declaração na mediação?

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Como assim?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Não poderia. O mediador é que não pode ser arrolado. A parte...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Essa confidencialidade é ampla, aqui não é só do mediador. É ampla. Só estou preocupado com o seguinte: interpretado esse dispositivo ao extremo, se eu quiser vetar a interrogação de um determinado assunto no processo judicial posterior, basta que eu exprima a existência desse tema na...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – É.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Mas como está ali é, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, o mediador que não vai poder levar esse tema...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Mostra o 18, por favor.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Está se referindo às partes.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Zé, dá uma olhada no art. 18, como ele está, e aí...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Só vamos ver aquele dispositivo ali.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não, não! Só para a gente esclarecer embaixo se isso não complementa a sua dúvida do 16.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas só volta um ponto para eu entender o que... *(Pausa.)*

Eu estou um pouco assim, preocupado...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Volta lá no 17.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Vai para o 16.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Art. 16 §2º.

O SR. FRANCISO MAIA NETO – O dever de confidencialidade se aplica às partes, seus advogados e assessores, estendendo-se a todas as informações produzidas ao longo do procedimento. As partes estão inseridas aí.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Não, podem ser, de repente, informações das quais ele teve conhecimento no processo. Se ele é parte, vamos lá, e é arrolado numa ação judicial, ele vai poder depor sobre fatos de que ele tem conhecimento.

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Dele.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Dele. Mesmo que essas informações tenham sido...

O SR. FRANCISO MAIA NETO – É eu acho que a ideia do André é muito interessante.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Agora, em função do processo de mediação, enfraqueceria a mediação se a parte sentir que qualquer informação que ela vá revelar, depois, vai ser utilizada contra ela.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas não pode; para fortalecer a mediação...

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Aqui: recebidas em vez de produzidas, talvez, André

(Intervenções fora do microfone.)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Isso é perigosíssimo.

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Mas, com recebidas, você acha que não...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Isso é perigosíssimo.

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Não, tem que pensar, gente! Mas, aí, entra mesmo a questão...A confidencialidade é pedra de toque da mediação.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Para falar recebidas, é preciso falar recebidas da outra parte. Por quê?

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas dá o mesmo efeito, Chico.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Na verdade, se não estou enganado, o que o José Antônio está querendo dizer é o seguinte: se tirar as partes, está tudo certo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Mas as partes estão sujeitas...

O SR. FRANCISO MAIA NETO – Mas o cara recebe uma informação da parte contrária, e ele vai lá e se utiliza disso... É isso o que estamos querendo...

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É isso o que eu estou falando.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Se as partes resolveram fazer essa conciliação, essa mediação, se as partes que resolveram sair falando é porque elas não querem mais...

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é uma loucura.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – André, o risco de isso ser mal utilizado é...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Eu, para afastar o argumento, ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É, mas na hora em que você abriu mão...

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Aí, você tem como...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Na hora em que você falar...

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – O limite da confidencialidade você vai estar declarando. Você vai dizer que não quer confidencialidade. É um bom senso...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – A gente tem que pensar dois valores aqui: em um, a gente está preservando a mediação, a integridade do procedimento de mediação; no outro, a gente...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Está protegendo a poda.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS –...não pode permitir que a norma seja mal utilizada num processo judicial.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – A parte vai virar para o juiz e dizer: “Não, estou aqui amparado pela lei de mediação, e não vou falar”?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então, ele não vai para a mediação; se ele tem essa dúvida, ele não pode ir, gente!

(Intervenção fora do microfone.)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Sempre vai ter esse poder de delimitar isso.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Aqui, ele está falando de depois, né?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Sim, Marcelo, mas o problema é o seguinte: nós estamos numa dúvida. A cláusula pétrea, digamos assim, da mediação é a confidencialidade.

A SR^a ELEONORA COELHO – Posso dar uma sugestão? Todas as informações obtidas em decorrência da...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Permita-me só uma coisa. Se tiver um documento muito sensível numa relação litigiosa e for aplicado esse dispositivo, para que esse documento não seja utilizado em juízo, basta que eu abra esse documento na mediação. Isso é um absurdo!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vai ser usado contra a verdade.

A SR^a ELEONORA COELHO – Não, mas veja: no juízo...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Não há razão lógica para beneficiar a mediação como instituto que justifique isso.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Bom, então, você quer tirar o dever de confidencialidade?

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Não, não, não.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Estou só perguntando.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Não, eu só estou preocupado...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Nós temos que partir para...

A SR^a ELEONORA COELHO – Mas José Antônio, na verdade, você não é naturalmente, independentemente de estar previsto isso ou não, no processo em que você for parte, ou na arbitragem, você não é obrigado a produzir um documento contra você mesmo, certo? Você só vai ser obrigado a produzi-lo se a outra parte solicitar ao juízo e esse juízo, seja judicial ou arbitral, deferir essa apresentação. Portanto, não vejo como isso venha a interferir.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Estou falando do contrário, Eleonora.

A SR^a ELEONORA COELHO – Por mais que você apresente na mediação, você...

Não, não. A outra parte não vai poder usar aquilo...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Será que o art. 18...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Mas você não ia detectar em qualquer hipótese...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Será que o art. 18 já não supre isso?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Eu acho que o art. 18 esclarece isso, e talvez nem fosse necessário ter isso.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Eu tenho uma ponderação a fazer.]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Desculpe, olha só...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Não, mas sem a necessidade de...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – A hipótese de que estou falando é a seguinte: está no meio de uma mediação, eu não tenho...

(Intervenções fora do microfone.)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER —...eu já decidi que não vou fazer um acordo e apresento um documento sensibílissimo, que pode ser decisivo na briga judicial e ele não pode...

(Tumulto no recinto.)

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI — Gente, só uma sugestão. Como o 18 estabelece tudo o que pode e o que não pode, a gente pararia o §2º no “procedimento de reação”. Ponto. Tira o “se estendendo” e a gente vai regular o que pode e o que não mostrar no 18.

Caio.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA — Faz sentido exigir da parte confidencialidade, a meu ver, enquanto a mediação estiver em curso e no caso da mediação ser exitosa, da parte. Do mediador, em todas as situações. Por que a mediação não exitosa...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI — Pra parte também pra sempre.

A SRª ELEONORA COELHO — Lógico que não; senão, você nunca faz mediação na sua vida, porque senão aquilo que você apresentou lá na mediação, se ela não tiver sucesso, vai ser usada pela outra parte no litígio contra você. Quem vai querer se submeter à mediação?

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA — É que a mediação, Caio, pressupõe que as partes se desarmem e tragam todo o litígio, todo o conflito para ser discutido.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI — Senhores, a possibilidade de se excluir do “se estendendo para frente” ajudaria? Seria consenso? Excluindo isso seria consenso?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI — Tem “direta ou indiretamente participar do procedimento de relação”. Ponto. Aí, depois, no 18, a gente vai falar o que pode e o que não pode.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO — Eu acho que ficou ótimo.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI — Consenso?

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA — Consenso.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO — Bom, art. 17.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI — Espera só um pouquinho.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Gente, art. 17: “Poderá o mediador se reunir com as partes em conjunto ou separadamente, ouvir testemunhas e solicitar das partes informações que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos e para facilitar o entendimento entre as partes.” §1º...

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Vamos só voltar... Na verdade, “ouvir testemunhas” eu acho ruim, porque ouvir testemunhas parece que está levando a julgamento. Seria melhor não colocar: ouvir terceiros. Testemunha é um termo muito de julgamento.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Ouvir terceiros”, pronto.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “[...] em conjunto ou separadamente, ouvir terceiros e solicitar das partes informações”. Isso.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – §1º: “O mediador apenas poderá revelar as demais partes informação obtida em sessão privada se a parte prestadora dessa informação autorizar expressamente sua revelação.”

“§2º Exceto se as partes decidirem de forma diversa, toda informação relativa ao procedimento de mediação deverá ser tida como confidencial em relação a terceiros, salvo quando sua divulgação for exigida por lei ou for necessária para o cumprimento do acordo de mediação.”

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Olha só, desculpe interromper – estamos aqui rápido, eu sei que a gente tem pressa – , mas é o seguinte: essa questão do mediador dar informação, qualquer que seja ela, eu acho que as duas partes têm que estar de acordo com isso. Por quê? A gente sabe, muitas vezes, que nesse caminho o mediador às vezes fica até mais propenso a ajudar uma parte mais do que a outra e você pode querer se valer disso e dizer: então, mediador, eu quero que você vá a juízo para você falar o eu disse. Quando pode ser que as partes digam: eu não quero que esse mediador diga nada.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Está falando de qual, Zé? Do §1º?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Do §1º: “Se as partes autorizarem [...]”



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – O mediador só vai poder falar o que todas as partes quiserem que ele fale. Não é uma parte só aceitar.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Não, não. Porque isso daí é a lógica que, às vezes, a parte passa várias informações do caso para o mediador em sessão privada. E o mediador só vai revelar aquela informação na reunião conjunta se ele tiver autorização da parte. A outra parte não tem ingerência sobre isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Mas o meu ponto é: o mediador só pode falar a terceiros quando as duas partes aceitarem que ele fale. Entendeu?

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – A terceiros. Então não é o §1º.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – “O mediador apenas poderá revelar às demais partes informações...”

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – É o §2º: “Exceto se as partes decidirem de forma adversa...”

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Francisco, tem uma regra proibindo para funcionar como testemunha?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Tem, está no 18, Fichtner.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – “Deverá ser tido como...(ininteligível).. quando sua divulgação for regida por lei ou necessária para o cumprimento do acordo de mediação.” Está certo, gente?

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – É que “exceto salvo” está ruim. Precisava melhorar só um pouquinho a redação.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – A doutora age de guarda...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Bom, artigo 18...

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI *(Fora do microfone.)* – Parágrafo terceiro.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ah, desculpa. Perdão.

§ 3º. Salvo acordo das partes em sentido contrário, o mediador não poderá ser intimado ou arrolado como testemunha em procedimentos



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

judiciais ou arbitrais para depor sobre fatos por ele conhecidos em decorrência da sua atuação como mediador.

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu não acho que deveria nem ser arrolado, deveria figurar como testemunha.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Para mim é a mesma coisa.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI (*Fora do microfone.*) – Não poderá figurar como testemunha, independentemente de ser intimado ou arrolado.

A SR^a ELEONORA COELHO – Não poderá figurar como testemunha.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Figurar.

A SR^a ELEONORA COELHO – Poderia falar: “Eu não arrolei e ele compareceu espontaneamente”.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Fica :”Não poderá figurar como...” Tira o “ser intimado ou arrolado”.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Eu tenho uma ponderação a fazer aí. E se a arbitragem for justamente uma decorrência da inexecução do acordo, será que o mediador não é importante como testemunha na arbitragem, para...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Salvo se houver acordo.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Não, mas não vai ter acordo. Aí não vai ter acordo.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Eu acho que ele não pode. Ele não pode.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não pode.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Senão ele não será um bom mediador.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Art. 18. As partes no procedimento de mediação, o mediador e outras pessoas relacionadas à administração do procedimento de mediação não poderão, no âmbito do procedimento arbitral ou processo judicial...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Ação judicial.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ação judicial. Muda. ...invocar ou apresentar prova ou testemunhar acerca do seguinte.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
Ou ação judicial. Não. Processo judicial...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas se o mediador não pode ser testemunha, ele não precisa figurar no 18, entendeu? Para limpar o texto, entendeu?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
É. O mediador já está em cima.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Tiraria o mediador?

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Tiraria o mediador.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É. Porque ele não pode figurar em nada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É. Mas aqui embaixo está maior, está mais amplo: “... invocar ou apresentar prova, ou testemunhar.” Está mais amplo.

Eu acho que é melhor deixar, porque lá eu acho que é mais intenso. Vamos dizer assim: olha, não pode ser testemunha.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Mas lá tem acordo no sentido contrário das partes.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E lá tem acordo no sentido contrário.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então:

I. Convite de uma das partes para iniciar um procedimento de mediação ou um fato de que uma das partes estivesse disposta a participar de um procedimento de mediação.

II. Opiniões emitidas ou sugestões formuladas por uma das partes da mediação a respeito de um possível entendimento para o conflito.

III. Declarações formuladas ou fatos reconhecidos por alguma das partes no curso do procedimento de mediação.

IV. Propostas apresentadas na mediação.

V. Declaração de uma das partes sobre sua aceitação a uma proposta de acordo apresentada ao mediador.

VI. Qualquer documento preparado unicamente para os fins do procedimento de mediação.

§ 1º. O disposto no *caput* se aplica inclusive a procedimentos arbitrais ou judiciais relativos a conflito que seja ou tenha sido objeto do procedimento de mediação.

§ 2º. As provas apresentadas em desacordo com o disposto no *caput* não serão admissíveis em procedimentos judiciais ou ações judiciais.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
É. Escrever processos por ações judiciais.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É. Ali faltou um
“ações” também no § 1º, antes de judiciais: procedimentos arbitrais ou
ações judiciais. No § 1º, na primeira linha. Sim.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
A procedimentos arbitrais ou judiciais.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ou ações judiciais.

Não, mas estou usando sempre procedimento arbitral ou ações
judiciais, para ficar coerente com o texto.

§ 3º. O disposto no *caput* não se aplica nas hipóteses de
apresentação da prova ou de informação documental sobre ela ser exigida
por lei, ou ser necessária para fins de cumprimento ou execução do acordo
de mediação.

Art. 19. Termo ou fim da...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ótimo, André. Termo
final de mediação.

Art. 19. O procedimento de mediação estará concluído:

I – ao chegarem as partes a um acordo, na data em que esse...

“Na data em que foi celebrado”, não é?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
“Ao chegarem as partes a uma composição”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não é melhor
“obtido o acordo”? É só uma questão de redação.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Na data em que foi...

II - por declaração do mediador indicando, depois de consulta
às partes, que já não se justificam novos esforços em prol da mediação, na
data em que essa declaração foi prestada;

III - por declaração das partes ao mediador dando por
encerrado o procedimento de mediação, na data em que essa declaração foi
prestada.

IV – por declaração de uma parte à outra ou às outras partes e,
caso aplicável ao mediador, dando por terminado o procedimento de
mediação na data em que essa declaração foi prestada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – No inciso I,
não seria melhor “obtido o acordo, na data em que foi celebrado”?



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Na data de assinatura do termo final de mediação”.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Ao chegarem as partes a um acordo na data de sua assinatura”?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “No ato de assinatura do termo final de mediação”.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Obtido o acordo...”

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, “obtido o acordo, na data em que ele foi celebrado”.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Está bom assim?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Na data de assinatura do termo final de mediação”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – O Dr. Hage quer fazer uma consideração.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Só por uma questão de paralelismo em relação aos outros incisos, talvez fosse melhor “por obtenção do acordo, na data de assinatura do termo...”

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Está certo.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – É bobagem, mas...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Por obtenção do acordo, na data de assinatura do termo final de mediação.”

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ali tem mais um detalhe.

Pode tirar isso. *(Pausa.)*

“Por declaração do mediador indicado, depois de consulta às partes, que já não se justificam...”

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Aí é “indicado”. Não é “indicando”. *(Pausa.)*

Desculpe. É “indicando” mesmo. Perdão, Leandro.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Por declaração das partes ao mediador dando por encerrado o procedimento de mediação, na data em que essa declaração foi prestada” ou “na data em que foi recebida”.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – “Na data em que foi prestada”? É bobagem... Está bem.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Aí não tem a data. Se comuniquei que eu não quero mais, acabou. Não preciso ter a data.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – A sugestão poderia ser “por declaração das partes ou de qualquer das partes ao mediador” e se poderia colocar o III e o IV juntos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Isso. “Por declaração das partes ao mediador...”

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não. “Por declaração das partes” ou “de qualquer das partes” ou “de uma delas individualmente”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Está certo.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – “Declaração unilateral ou em conjunto das partes”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Por declaração unilateral ou em conjunto das partes”.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – E elimina o III e o IV.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Perfeito. “Dando por encerrado o procedimento”. E elimina o IV, Leandro. *(Pausa.)*

Aí está tudo o.k. Só elimina o IV, Leandro. *(Pausa.)*

Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Por declaração unilateral...”

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Mas é que você manda para o mediador e não para a parte.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Porque é ele que está conduzindo.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O mediador? É mais fácil a outra parte fazer isso e não o mediador.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Acho que... Chico, está impregnado aqui...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Chico, não vai acontecer. O mediador não vai sumir.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Falta um artigo para terminar esse capítulo e preciso falar uma coisa desse artigo.

Esse artigo foi discutido e votado. Não volto atrás. Perdemos a votação. Mas, no Ministério da Justiça, construímos outra redação e vou me permitir aqui invocar o Pedro Paulo e a presença do Aldemar. Ontem, estivemos com o Presidente do Conselho Federal da OAB, que se disse satisfeito com a redação que foi feita no texto do Ministério da Justiça, que é um pouco diferente, mas produz o mesmo efeito.

Vou me permitir ler para vocês, se vocês consensam conosco em introduzir aquela redação, que é um pouco diferente desta, mas que produz o mesmo efeito. O nosso texto é o seguinte: “Art. 20. As partes poderão ser assistidas por advogados responsáveis pela assessoria jurídica e redação do acordo, se houver”.

No Ministério da Justiça foi construída uma solução de consenso, que foi a seguinte: “As partes deverão ser assistidas por advogados”... Houve lá “defensores públicos”, mas não é o caso aqui. Então, ficaria: “As partes deverão ser assistidas por advogados, salvo renúncia expressa daquelas”.

Eu pergunto...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Salvo renúncia expressa de quem?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Daquelas, das partes.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – As partes podem renunciar. Quer dizer, devem estar assistidas.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Podemos...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu não gosto. Eu não gosto. Eu acho que é bem diferente. Eu acho que é um protecionismo ter advogado. E aí tem que renunciar? Olha, tem que renunciar! É grave isso.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu sou terminantemente contra.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Puxa, eu também não gosto. Talvez, o seguinte...

O SR. JOSE ANTONIO FICHTNER – É a mesma solução, porque aqui é facultativo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É. Essa redação é mais forte.

A SR^a ELEONORA COELHO – Na arbitragem, você produz título executivo judicial e não precisa. Nessa, você vai produzir um título executivo extrajudicial.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ELEONORA COELHO – É. Não, ponto. Ponto.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – As partes poderão ser assistidas por advogados. Ponto.

A SR^a ELEONORA COELHO – As partes poderão ser assistidas por advogados. Ponto.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Chico, de acordo com a sua estranheza, as partes poderão ser assistidas por advogados. Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acham que fica melhor do que aquela outra?

A SR^a ELEONORA COELHO – Sim, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Olha, tira ali, Leandro. Para no “assistidas por advogados”, ponto.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Olha só, eu quero só fazer uma pergunta *(Inaudível)*...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu acho que está na cara, não é?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Sim, você falou isso aqui. É, você comentou isso aqui, sim.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu não acho que isso seja uma tendência de se criar um *(Inaudível.)*. Eu só estou dizendo o seguinte: o advogado é um mal necessário para esse tipo de coisa também. *(Inaudível.)* Eu acho que a renúncia... Se a parte está escolhendo um cara para fazer a mediação, se ela disser: “Eu não quero ser assistida por advogado porque eu não quero”, qual é o problema de ela dizer, no termo inicial: “Eu não vou ser assistida, eu não quero”?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Mas eu notei isso, na arbitragem, Chico. Na arbitragem, eu não tenho a



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

obrigatoriedade de estar com advogado. Os advogados estão assessorando lá o tempo todo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não tem coerência.

O SR. ANDRE CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Mas ouvimos de alguns mediadores que, no momento da celebração do acordo, o mediador não gosta de redigir. Porque isso não...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ele não redige?

O SR. ANDRE CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Ele não redige.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ele não redige, inclusive. Isso que eu ouvi.

O SR. ANDRE CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ

MARTINS – E tem uma questão de responsabilidade do mediador...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Exatamente.

O SR. ANDRE CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ

MARTINS – ... no procedimento. Como você vai traduzir juridicamente aquele acordo de uma forma que pode ser levada ao Judiciário para execução.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Mas, André, esse advogado, esse mediador que não redige, ele já vai orientar as partes a estarem com advogado para a redação. Porque não é o normal. O normal é o mediador redigir.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas não é uma obrigação.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – O mediador que faz o curso vai aprender a redigir, decerto, não é?

O SR. ANDRE CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ

MARTINS – Não, na extrajudicial não é normal redigir, não.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Com capacidade técnica...

O SR. ANDRE CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ

MARTINS – Na extrajudicial o comum é não redigir. O comum é não redigir.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu acho até que quem...

O SR. ANDRE CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ

MARTINS – Na extrajudicial.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu acho que...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. ANDRE CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Ouvimos muitos mediadores aqui. A International de Haia, aquela corte de mediação de Haia, o Paul Mason veio aqui, e vários disseram que eles não se envolvem na redação do acordo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas, bom, se houver necessidade de colocar tudo isso em acordo, e, evidentemente, gente, se eles se sentirem... Se eles falarem assim: “Olha,...” Vamos dizer assim, tanto no pequeno caso... Se for um caso de vizinho, uma coisa muito simples, as partes vão falar: “Olha, então, tá, eu te entrego R\$100,00”. Resolveu o litígio. Aí vai precisar de advogado para isso? E outra coisa, se for uma coisa grande, as partes... Gente, a regra na arbitragem é não precisar ter advogado. Não existe nenhuma arbitragem sem advogado. Então, quando precisar,...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Só ponderar aqui uma questão...

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Isso é Country Clube Isso é Country Clube. Sinceramente...

A SR^a ELEONORA COELHO – Tudo bem. Mas, do ponto...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Você sentiu a provocação?

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Isso é Country Clube, não é? Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Você sentiu? “Isso é um Country Clube”, ela disse.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Bom, aqui é o Country Clube da arbitragem. Agora a Roberta inova com o Country Clube da mediação. Pronto.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu sou terminantemente contra. Eu acho isso uma aberração. Sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A gente pode...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Só ponderar uma questão?

O SR. PRESIDENTE – Claro, claro.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Nós estamos com o Mota aqui, que está até dando aqui uma...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – E o Pedro Paulo também, que é nosso Conselheiro Federal.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – ... informação do pessoal da Ordem. Nós temos que pensar que isso aí vai para o Congresso e o Congresso vai ter também o pessoal da Ordem, que vai evidentemente opinar. Eu acho que essa redação.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É. É o que eu... Por isso nós construímos uma solução de consenso.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Exatamente. Nessa linha de consenso.

Eu estou de pleno acordo com o que você estava falando e também com a Adriana e a Roberta, mas eu acho que essa redação a que vocês chegaram, que imagino que tenha sido também já muito, muito, muito pensada, refletida, conversada, também não é de todo ruim, não, porque as partes podem renunciar.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Renunciar.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Coloca o texto ali embaixo, junto com a proposta.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Então, para esse fim, para a questão...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Bota os dois, por favor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Pela percepção da redação do Ministério da Justiça, a regra é ser obrigatório e a exceção é não ter o advogado. Aqui estamos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – A nossa opção era outra.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Era a regra ser facultativa e a exceção ter o advogado.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Além disso, na renúncia, há interpretação...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Na redação original está dizendo expressamente “renuncia”? Está dizendo expressamente “renuncia”?

Talvez a gente possa tirar o expressamente.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – E também tirar “renuncia”, porque a interpretação de renúncia é muito estrita. Eu prefiro até voltar se o principal é ser facultativo ou depois...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Já votamos essa parte.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Exato, já votamos.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, não. Eu falei... Não, mas esperem aí. Desculpa.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Claro.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – A primeira coisa que eu falei – eu quero agora, por favor – foi que esse assunto foi votado, fui voto vencido e fiz uma declaração expressa.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Espere aí, está trazendo uma tentativa e nós temos aqui tido o hábito de votarmos.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ministro, eu faço minhas as palavras do José Roberto, acrescentando o seguinte: essa minha tentativa é porque eu receio que a Frente Parlamentar de Advogados, que tem mais de 400 membros, troque “poderão” por “deverão” no nosso texto. E o nosso tem ainda a válvula de escape da renúncia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que esse é um ponto importantíssimo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É isso o que eu estou fazendo. Eu estou construindo uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Leandro, tira a parte de cima. Para em advogados. No art. 20, para em advogados. Ali, responsáveis pela assessoria. Bom, então, bota em outra cor. Isso. Não. Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se a gente tirasse o expressa...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Apaga isso, Leandro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tira o expressa.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Tira a renúncia também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, a renúncia é fundamental.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não. Então, parece que é uma coisa que você está obrigado a ter. Você precisa renunciar. Tem que se expressa, gente.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – E se não falar nada?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem renúncia tácita também.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – E se não falar absolutamente nada?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Boa. Boa, Roberta.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Aí vai aparecer essa...

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Pois, é mas aí fica...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas vai aparecer. Roberta...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – E vai parecer a discussão.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Oh, Roberta, eu temo por isso. Aí é muito fácil. É só acrescentar um parágrafo. Faz parte. Eles deverão ser assistidos por advogado.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Nós estamos encarecendo o instituto. Só isto: encarecendo o instituto.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não encarece, Roberta. A parte tem a faculdade da renúncia.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – O advogado não é barato, não é Francisco?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Roberta, mas ela tem a faculdade da renúncia. Está claro. Tira os defensores públicos, Leandro, fazendo o favor, porque aqui não é o caso, porque lá abrangia... Aí, isso. Salvo renúncia expressa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A gente deveria inverter as partes. Salvo renúncia... Salvo renúncia deverão ser assistidos por advogado.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Gente, pelo seguinte, cada parte individualmente... Uma parte pode estar com advogado e a outra não estar.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Esse é o pior dos mundos.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas pode. Mas pode. Então, também não tem que ser renúncia das partes, pode ser assim...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, mas as partes... As partes, salvo renúncia expressa, deverão ser assistidas...

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Essa renúncia expressa é o quê? É por escrito?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu tirava o “expressa”.
Eu tirava o...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pode ser declaração,
no termo inicial de mediação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O “expressa” tem que
ser por escrito.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pois é, Ministro...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Salvo se não quiserem.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – No termo inicial de
mediação consta... Roberta, no termo inicial de mediação consta: “Eu não
quero ser assistido por advogado”.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu acho que já está
decidido.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Pode. Salvo se não
quiserem. Não, mas é interpretação de renúncia estrita. Código Civil.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Aí a gente está criando
também uma redação sem...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
Salvo disposição em contrário.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não é renúncia.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Nós temos
três propostas ali, sendo que a última tem ainda a proposta de supressão do
“expressa”. Então, todo mundo está vendo ali quais são as três
oportunidades que temos de votar.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
Antes de votar, para atender a todo mundo, salvo renúncia expressa ou
tácita...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tem que ser expressa.
Eu acho que tem que ser expressa.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Então, salvo renúncia,
só que tem que ser expressa.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não gosto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Aí vamos
votar a supressão do “expressa” por último. Se vingar, é essa a fórmula.
Vamos votar quem é a favor da primeira, da segunda ou da terceira.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH –
A primeira está malredigida. A primeira não dá nem para entender.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu acho que está malredigida ali. Vamos deixar só assim.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – A primeira não dá nem para entender direito.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, é A ou B, porque sai a...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – É isso aí, é A ou B.

A SR^a ELEONORA COELHO – É “poderão” ou “deverão”?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Quero falar outra coisa. Acho que é um ponto importante isso, porque vai acabar no Congresso. Talvez, pudesse ser um intermediário. Em vez de “só podem”, poderia ser “convém que as partes sejam assistidas”.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Mas continua sendo livre.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas, com as duas, é livre. As três...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, mas, Adriana, essa construção...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – É o seguinte: para a gente evitar que o Congresso diga que é obrigatório o advogado...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso!

A SR^a SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – É melhor deixar à disposição.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu tenho a certeza de que ele dirá isso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Acho que não!

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu não tenho essa certeza.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu acho que há essa perspectiva, mas...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu não acho.

A SR^a SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Eu não vejo problema...

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – O que você acha, Mariella?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Quem está perguntando?

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Eu sou totalmente a favor da facultatividade, mas acho que esse argumento que foi trazido quanto à questão da negociação na hora da votação é muito relevante.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Mas é uma hipótese.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Então, pelo risco, talvez, eu fosse para a segunda.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Como é que você escreveria a B?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Tem meu voto, Mariella.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Espera aí, gente! Tudo bem! É uma juíza, é uma opinião muito interessante, mas eu, pessoalmente, não gosto dessa expressão “salvo renúncia”. Eu não gosto disso. Acho que poderia ser “salvo”...

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – “Manifestação em contrário das partes”, uma coisa mais simples.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Acho que fica ótima a palavra “manifestação”. Assim, fica bom.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – A palavra “renúncia” foi construída junto com o verbo “deverão”. Estou trazendo, gente, mais uma informação. Não estou defendendo isso com unhas e dentes. Estou defendendo o consenso, que foi construído arduamente no Ministério da Justiça. É uma pena que o Igor não esteja aqui, mas o Aldemar participou da Comissão do Ministério da Justiça comigo. Nós construímos esse consenso com muito trabalho. E, ontem, tivemos a oportunidade de conversar com o Marcos Vinícius, e ele está de acordo. Acho que isso aí resolveria.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas, Chico, há um probleminha aqui. Veja, até mesmo com a expressão “manifestação das partes”, se uma das partes não concordar...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Fica a outra.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A outra é obrigada a contratar um advogado.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não! Não é, não!

A SR^a ELEONORA COELHO – Poderia ser “as partes, salvo renúncia expressa [...]”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso! Pode ficar: “[...] deverão ser assistidas por advogado.”

A SR^a ELEONORA COELHO – Muda a redação.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso! Ficou ótima! Fica a redação: “As partes, salvo renúncia expressa, deverão ser assistidas [...]”. Ponha essa, por favor, Leandro!

O SR. ADACIR REIS – Mas a preocupação da Adriana...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “As partes, salvo renúncia expressa [...]”.

O SR. ADACIR REIS – Adriana, sua preocupação é se vai precisar de consenso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É, a minha preocupação, além disso, é a seguinte: se uma das partes tiver advogado, a outra está obrigada a contratar advogado.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas há um termo inicial para isso, Sílvia.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Sim, está escrito!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Fica a C.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Basta haver um termo inicial. Isso é claro.

A SR^a SÍLVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Mas aí restringe.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pois é, no termo inicial!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos votar?

O SR. ADACIR REIS – Eu queria só, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Diga Adacir!

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Em vez de “renúncia expressa”, poderia ser “salvo acordo diverso”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Acordo com quem?

O SR. ADACIR REIS – Francisco, essa redação...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Salvo entendimento diverso.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. ADACIR REIS – Quanto à redação B, quero um esclarecimento.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Entendimento com quem?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – São as duas partes.

O SR. ADACIR REIS – Eu não preciso do consenso das partes.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não! Mas sai a B. Vamos ficar só com a A e com a C. Concordo com a C.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Vota pela cor.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ficam a A e a C, gente!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas sem “expresso”. Acho que a palavra “expresso”...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Vamos votar, primeiro, e, depois, discutir o termo “expresso”.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É, depois a gente vota o termo “expresso”.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Eu acho que deve haver um acordo aqui antes. A gente não deve nunca achar que, se uma não tiver, a outra não precisa ter.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Isso!

O SR. ADACIR REIS – É essa redação que tem de ser ajustada.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – As partes...

A SR^a ELEONORA COELHO – Salvo renúncia...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – “Qualquer das partes poderá ser assistida por advogado.” Hage, depois, corrija-me...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, não é “poderá”, não. É “deverá”.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Mas aí acho que tem de mudar: “As partes, salvo renúncia expressa, serão assistidas [...]”.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Gente, desculpe-me! É uma coisa que sou contra.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Demorou meia hora para discutirmos isso no Ministério da Justiça.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Para mim, é o A, e acabou!

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Para discutir se é “serão” ou se é “deverão”?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Serão” ou “deverão ser”.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Ah, não acredito!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, o negócio é o seguinte: há a sugestão de se colocar “qualquer das partes”. Vocês concordam? Isso está na B.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Está claramente...

O SR. ADACIR REIS – Não, aqui, é outra ideia, é outro conceito. Pressupõe-se que a renúncia seja das partes ou de uma das partes?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não é de nenhuma parte.

O SR. ADACIR REIS – Então, essa ideia tem de ficar clara.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Qualquer das partes...

O SR. ADACIR REIS – Eu concordo com a redação sugerida pelo Francisco, mas não que haja a necessidade da renúncia das duas partes.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Houve dúvida?

O SR. ADACIR REIS – Aí há como equacionar a redação.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Estou perguntando: houve dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas, se você colocar “qualquer das partes”...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Acaba com a dúvida, resolve!

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Aí, nesse caso, acho que tem de ser expressa, porque há o princípio da igualdade das partes.

O SR. ADACIR REIS – É melhor ficar “as partes, salvo renúncia expressa de qualquer delas”.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – O Hage está dizendo que resolve.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Qualquer das partes, salvo renúncia expressa, deverá ser assistida por advogado.”

A SR^a ELEONORA COELHO – Aí dá certo!

O SR. ADACIR REIS – Não, não, é o contrário: “As partes, salvo renúncia expressa de qualquer delas [...]”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então, está certo! “Salvo renúncia expressa de qualquer delas [...]”.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – O que você prefere, Hage?

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Eu acho melhor começar com “salvo renúncia expressa”, para não ter de interromper a frase.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Perfeito!

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Deixe-me só fazer uma ponderação: “Qualquer das partes, salvo renúncia expressa, deverá ser assistida por advogado.”

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então, quer dizer que, se uma parte renunciar e a outra não, uma é assistida e outra não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Salvo renúncia expressa, qualquer de partes deverá ser assistida por advogado.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Não é qualquer das partes que deverá ser assistida. As partes deverão, salvo renúncia expressa . . .

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É, eu também acho.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Salvo renúncia expressa por qualquer delas...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Qualquer delas...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – ...as partes deverão ser assistidas por

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não, aí, eu acho que tem que começar pela afirmação “as partes ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Deverão ser assistidas por advogados, salvo renúncia expressa de qualquer delas.”

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É isso.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pronto.

Vamos lá, Leandro.

“As partes deverão ser assistidas por advogados, salvo renúncia expressa de qualquer delas.”

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pronto. Ai, agora, está resolvido.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É consenso?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – “Expressa” eu não acho bom.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas tem que ser.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Felipe Salomão) – Então, vamos votar só o “expressa”. Espera aí.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Vamos lá.

“As partes deverão ser assistidas por advogados, salvo renúncia expressa de qualquer delas.”

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Calma, gente.

Nós vamos votar isso, porque o “expressa” é importante. Porque, se for uma delas, tem que ser “expressa”.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – E pode ser no termo inicial de mediação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Sai a primeira, não é?

O SR. LEANDRO BUENO – Se você faz um termo e já não coloca advogado, para mim, está renunciado.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas “expressa”...

O SR. CAIO CÉSAR ROCHA – Realmente, mas ela tem que anuir que está abrindo mão. Se tem o princípio da igualdade das partes, depois ela pode alegar que foi uma situação favorável.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Já está bem maduro para a gente votar.

Com “expressa” ou sem “expressa”? Com “expressa” ou sem “expressa”? É assim que a gente está votando. Formou-se consenso em torno disso.

Quem é a favor de colocar o “expressa” levante o braço.
(Pausa.)

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, com “expressa”.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

Sem o “expressa”? (*Pausa.*)

Um, dois, três, quatro, cinco , seis, sete, oito, sem o “expressa”.

O SR. LEANDRO BUENO – Eu só queria justificar porque eu acho que é importante tirar o “expressa”, só para justificar. O argumento é o seguinte: se a gente coloca esse “expressa” e amanhã não tiver o advogado, por alguma razão, você....

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ficou aquela sem “expressa”, Leandro.

O SR. LEANDRO BUENO – ...ah, houve aqui um problema, não teve o advogado, era necessário uma renúncia expressa, quando é uma renúncia tácita que vai acontecer na maioria das vezes.

O SR. CAIO CÉSAR ROCHA – Eu queria agora dar outro argumento.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Colegas da Comissão, nós já superamos esse ponto.

Agora, uma consulta. São 13h15. Faltam poucos artigos para a gente terminar tudo. É melhor terminar. Eu acredito que terminaremos antes de 14h, e já nos liberaríamos. Pode ser assim?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Vamos lá.

Do Termo Final de Mediação.

Art. 21. O termo final de mediação será expresso em documento escrito e firmado por todas as partes, seus advogados e pelo mediador ou, caso aplicável, pelos mediadores.

Art. 22...

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Calma, Chico.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas tem alguma coisa nisso? (*Pausa.*)

Mera formalidade.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Mas fala advogado também...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – “Caso aplicável”.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Está bom.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Art. 22. São requisitos obrigatórios do termo final de mediação: I - o relatório que conterá os nomes das partes e o resumo do conflito.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, esperem. Vamos devagar, por favor. Nós estamos correndo demais e é super sério o que estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Boa, boa.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Por favor, eu gostaria de voltar ao 21. Está só caso aplicável entre mediador e mediadores. Não está caso aplicável para advogado.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Então, se a gente colocar lá – porque, para mim, se não tem advogado no procedimento, então, não teria, mas, tudo bem – “caso aplicável pelos mediadores e advogados”, por exemplo? “Advogados das partes”, por exemplo, no final da frase?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Você quer que mediador obrigatoriamente assine ou não?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É importante porque dispensa a testemunha. Está amarrado com o artigo do título judicial.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Gente, precisa colocar “seus advogados” aqui? É super... Já está se dizendo que é obrigatório, salvo renúncia. O advogado não precisa, a gente assessora o cliente, constar do acordo. Não precisa.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – O advogado não precisa constar do acordo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu acho que tem, é obrigação. Isso é segurança jurídica.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO – Advogado, é importante que o advogado leia o termo final...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Então, não precisa “seus advogados, se houver”.

A SR^a ELEONORA COELHO – Esse “será expreso” não está esquisito não? “O termo final de mediação será expreso”?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Gente, precisamos nos concentrar aqui, porque, senão, não vamos terminar. Vamos nos concentrar. Como disse a Adriana, é importante. Se tivermos que voltar, voltamos.

A SR^a ELEONORA COELHO – Podemos colocar “constará de documento escrito”, por exemplo, “e firmado por todas as partes”.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Tudo bem. Então, tira o “será expresso em documento escrito” e coloca “será firmado”.

A SR^a ELEONORA COELHO – “...mediação constará de documentos firmado por todas as partes, seus advogado e pelo mediador.”

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – “Seus advogados, se houver, pelo mediador...”

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Leandro, arruma lá para nós, fazendo o favor.

Então, “o termo final de mediação será firmado...”. Tira o “expresso em documento escrito, Leandro, por favor.

A SR^a ELEONORA COELHO – É só suprimir de “expresso” até “escrito”.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso.

A SR^a ELEONORA COELHO – Há dois “firmados” agora.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Tira o segundo. “...será firmado por todas as partes, seus advogados, se houver, e pelo mediador”. Está bom assim?

São requisitos obrigatórios do termo final de mediação: 1 – o relatório., que conterà [aqui podemos colocar a qualificação das partes?] o nome das partes e o resumo do conflito. No nº 2 fizemos uma sugestão porque o termo de mediação pode não ter chegado a um acordo. Então, seria: 2 —“os termos do acordo, com a designação das correspondentes obrigações das partes, conforme entre elas acordadas ou a declaração de tentativa infrutífera”.

Isso, José Roberto, foi também discutido no Ministério da Justiça. Existe um momento em que a pessoa quer que haja um termo final dizendo: “não foi possível chegar a um acordo.”

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Só para eu entender: ambas as partes vão pedir para o mediador dizer e escrever isso?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, isso vai constar. Só.

A SR^a ELEONORA COELHO – Por que, ao invés disso, não se coloca: “os termos do acordo ou a tentativa infrutífera”. Não precisa falar isso.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Gente, por que precisamos do art. 22? O 21 já diz que já tem um acordo. O que for relevante vai constar lá.

A SR^a ELEONORA COELHO – Olhem lá: “os termos do acordo... [não precisa também constar o “conforme entre elas acordado”] ou a declaração de tentativa infrutífera.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Tudo bem. Ótimo.

Para mim, não há problemas.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu tiraria o art. 22 como um todo.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Aquilo que tiramos no termo inicial combinamos que colocaríamos no termo final.

A SR^a ELEONORA COELHO – Vocês concordam em suprimir essa frase? Concordam?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Uma sugestão seria falar no 21: o acordo de mediação será expresso na data e local preferido. Levaríamos isso para o art. 21.

A SR^a ELEONORA COELHO – Leandro, suprima o trecho que está iluminado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É. Leandro.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Resumo do conflito também não é necessário, não é? Às vezes, as pessoas nem querem falar sobre a razão do conflito.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Constitui título executivo, independentemente de assinaturas de testemunhas, bastando as partes e mediadoras assinarem, e ele tem que ter alguns requisitos.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Estou com o Zé Antônio nisso também. A vida como ele é. As pessoas vão ficar dez anos para escrever o resumo do conflito, quando é desnecessário.

Na verdade, fizeram um acordo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Gente, mesmo o relatório. O 21 já diz que há um acordo.

(Discussões paralelas.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, por que não tiramos o 22 e colocamos: “..., contendo o Inciso II e o Inciso III”?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Perfeito.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Contendo obrigatoriamente, não é, Ministro?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não precisa...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu acho que não precisa do obrigatoriamente... Agora, Zé...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Zé, você não acha que um acordo... Zé, você não acha que um relatório...

A SR^a ELEONORA COELHO – Suprime o *caput* do 22.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – O relatório, se ele especificar o litígio, isso daí não pode ser depois alegado em juízo, numa ação?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – A gente está tirando do relatório.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu sei, só estou pensando no outro lado da moeda. Por questões de coisa julgada, de um acordo homologado em juízo, por exemplo. Se a parte quiser ajuizar uma ação, e esse acordo foi amplo, envolveu inúmeras situações que, no final, chegou-se a um consenso por um valor que me parece...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Mas isso é facultativo, André.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – ...ínfimo diante da magnitude do litígio.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Quem quiser ter essa proteção, põe, mas, quando você obriga a pôr, a pessoa tem que colocar ali o histórico...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Tudo bem, mas aí...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – ...do litígio que, às vezes, as pessoas querem evitar.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu entendo, só que tem o outro lado da moeda.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A questão é não botar obrigatório.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Você, quando vai fazer um acordo de separação de um casal, não coloca no termo as razões que levaram o casal a se separar; decreta-se a separação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E, se ao invés de colocar no 21, podendo constar, inciso I, o relatório...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Melhor, melhor.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas, local e a data...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Porque ajuda...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Aí fica a critério da parte. Se também não quiser colocar a data e o local, o problema é dela.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Também é ótimo. Aí...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não é importante constar as obrigações?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, mas também, sim ou não. Depende... Se está fazendo um acordo...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – O termo do acordo são as obrigações que vão ser executadas por cada parte. Então, é o termo do acordo.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas por que declaração infrutífera. Não entendi.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Porque pode ser que eles não cheguem a um acordo.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas aquela declaração lá de cima acabou. Não precisa ter termo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Já terminou a mediação, não é?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não...

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ficou bom assim? O que acham ali.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Isso aí é só para solução positiva. A solução negativa acaba pela declaração lá em cima.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Zé, o processo está suspenso...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas precisa do termo final, você tem que...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Lembra que o processo... Vamos pensar, o processo judicial suspendeu porque tem uma mediação em andamento. Eu preciso ter alguma coisa aqui para...

(Manifestações fora do microfone.)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Basta a declaração de uma parte, falando que acabou a mediação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está criando dois elementos...

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Mas vamos imaginar que se deu um incentivo, por exemplo, em custas, dizendo que quem tentou a mediação prévia fica isento de custos. O importante é ter a declaração do mediador e não das partes propriamente.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – E, como é o primeiro marco legal, é preciso também ter cuidado para isso e tem que ver se está lá na lei modelo também. Acho que...

O SR. FRANCISCO MAIA – Não, isso não está. Foi exatamente, talvez, com essa ideia da Mariella. Eu acho que não tem mal nenhum. Então, eu deixaria porque não tem mal e pode ter benefícios.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Maia, deixe-me dar uma sugestão aqui, para a gente andar. O termo final de mediação será firmado por todas as partes, seus advogados, se houver, pelo mediador, constando os termos do acordo ou declaração de declaração de iniciativa infrutífera. Ponto.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Pronto. Boa redação.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Porque aqui o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – ...podendo constar; se quiser, consta; se não quiser, não consta.

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Educativo, educativo.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Aí fica o 22, educativo.

O SR. FRANCISCO MAIA – O lado pedagógico, gente, é importantíssimo no nosso marco legal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já está convencido. Pronto.

O SR. FRANCISCO MAIA – Obrigado.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Seguimos para o 23.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vinte e três: cada uma das partes receberá uma via original...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, não, podendo constar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Porque os termos do acordo não é pode constar, desculpas... Os termos do acordo têm que constar.

(Manifestações fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sem termos de acordo, não tem nada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ou manda constar ou não manda.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Tem que constar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Constando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, olha só, gente. A gente está aqui, os termos do acordo têm que constar. O resto pode não constar.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Sinceramente, até isso é facultativo, porque a parte pode não querer que o termo do acordo venha a ser conhecido.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Deixe-me fazer uma ponderação aqui. Zé, Roberto, a sua preocupação já está endereçada, porque o termo constará... Não, devem constar os termos do acordo, essas outras são adicionais. Além disso, pode constar no lugar sede...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Isso. Então, ao invés de podendo, devendo...

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não, não precisa nem... O termo do acordo conterà os...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Podendo constar; e se a parte não quiser que não conste, não consta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acho que a parte pode inclusive suprimir os termos do acordo. Pode querer manter aquele reserva. Não vai ter eficácia, não vai ter executividade. Não pode.

O SR. PEDRO PAULO – Presidente, mas é um perigo um termo desse circulando sem origem. É um perigo (...)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não consigo compreender como foi acontecer isso.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – É um perigo um negócio desse circulando sem você saber a origem. Daqui a 10, 15, 20 anos chegam com um termo desse, de onde veio? Qual a origem? Saber pelo menos o número, seria o número dos autos, algo assim.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas gente, qual o mal de ficar a proposta que o Ministro fez podendo constar dois ou três...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Qual o argumento para não colocar a data e o local?

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – A origem também, acho que a origem factual tem que existir.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu também votaria...

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu acho que o Pedro Paulo tem razão.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – ... um, dois ou três.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Podendo constar os três incisos. Não é isso?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Um, dois e três é a redação que o Ministro sugeriu: podendo constar.... Isso, gente. Que mal há nisso aí?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Ninguém é contra.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É, ninguém é contra. Podemos passar para frente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Então pode não constar a data. É isso?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Sim, pode não constar.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Pode.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Quais são... Nós temos acordo?

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Mas ainda acho que tem que voltar para o “constando”.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Tira “podendo constar” e põe “constando”.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Eu acho que é isso.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O relatório não.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
Eu acho que resumo do conflito é demais.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos votar.
Vamos tirar o...

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS –
Resumo do conflito. Tira o relatório então. Resumo do conflito.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
Eu tiraria o inciso I dali. Aí ficariam os termos do acordo, a declaração e a data.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Por que não joga o III para o *caput*?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
Tiraria inciso I. Põe “constando” e tira o inciso I.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É, tirar o inciso I é uma boa, gente.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
“Constando”, e tira o inciso I. Aí viram I e II os outros dois.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Por que não joga o III...

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –
É óbvio, a pessoa vai assinar está qualificada no termo.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Olha só, deixem-me só dar uma sugestão: o termo final de mediação será datado e firmado por todas as partes, seus advogados, se houver, pelo mediador, podendo constar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Constando.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Porque é o lugar André.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Porque é o lugar.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – O lugar tem a vantagem de onde você vai cumprir a obrigação. Pelo Código Civil....

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Eu acho que é importante.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – ... eles pedem o lugar onde foi assinado para esse fim. Entendeu?

Então, eu acho que está boa assim essa redação.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL (*Fora do microfone.*)

– Não, já tem, a qualificação já está nos termos da inicial.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –

Isso, então põe lá na qualificação das partes, os termos do acordo, a tentativa, a data e o lugar em que foi proferido. Acomoda? O inciso I vira qualificação das partes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem vai ficar no I?

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –

Qualificação das partes.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não, mas já há no termo inicial.

A SRª SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI –

Então tira.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Aí é com o inciso I ou sem inciso I. Olha, gente, primeiro vamos votar: “podendo constar” ou “constando”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Constando.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Certo?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não dá para tirar o “se houver” dali também? Atrás de advogados?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, pode. Tem que ter.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Mas pode parecer que estamos exigindo a presença do advogado, o que não é o caso.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, se houver.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Tem que deixar “se houver”, porque senão fica parecendo que estou exigindo a presença do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Espere aí, gente, para que a gente possa avançar. Primeiro, a votação sobre “podendo constar” ou “constando”. Depois, se fica o inciso I ou se sai o inciso I.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Está bem assim? Está bem encaminhada.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Mas o I pode ter uma redação interessante de que o Caio falou: tira-se só o relatório, mas deixa o resumo e a qualificação das partes.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos proceder a essa votação. Primeiro quando ao “constando” e “podendo constar”, está bem?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O. k.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quem é a favor de “podendo constar” levante o braço. Não vem não, Caio, não vem não. “Podendo constar”: um, dois, três. “Constando”. (*Pausa.*) Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito. Então, ficou “constando”. Agora, vamos ver o que se quer constando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – São contrárias as outras.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Eu retiraria o inciso I.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Tira só o relatório que conterà, o resto fica.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não, resumo do conflito, você não precisa dizer.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Não, tira o relatório que conterà.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Acho que deveria haver um resumo de conflito por uma questão processual.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – O relatório que conterà, o resto fica.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não pode.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – André, referência ao conflito.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS (*Fora do microfone.*) – Quando se levar ao juízo, tem-se que ter os limites da homologação, você tem que saber sobre o que aquele acordo versa.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Aperte aí. Hage, nós não estamos ouvindo.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Perdão, eu não sei se isso pode ser resolvido colocando ali no inciso I, no início: alternativamente, o relatório, que conterà...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Alternativamente?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – É, opcional.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Poderia começar com o nome das partes e o resumo, vírgula...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Olhem só, a mediação tem essa característica de, às vezes, surgido um litígio, o mediador consegue ir para outras controvérsias das partes e resumir aquilo tudo num acordo.

O SR. CAIO CESAR ROCHA (*Fora do microfone.*) – Sim, mas ela pode fazer se quiser.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu sei, mas é questão processual...

O SR. CAIO CESAR ROCHA (*Fora do microfone.*) – Não é obrigatório.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Eu não sei se é obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Qual é a sua proposta, Caio?

O SR. CAIO CESAR ROCHA (*Fora do microfone.*) – ... inciso II e inciso III e no inciso I a qualificação das partes.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – E um resumo.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – E um resumo do confronto.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Resumo tem que haver.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – É necessário.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Não, não tem que haver resumo, Pedro. Eu não tenho que dizer que o camarada disse isso ou que disse aquilo.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Mas tenho que limitar factualmente o que estou decidindo.

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – Você tem que dizer o acordo a que você chegou.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O impasse é ter ou não resumo.

A SR^a ADRIANA BAGHETTA – Um resumo tem de ter.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Agora, gente, o que é resumo? Um resumo pode ter duas linhas.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu não tenho de ter resumo, Pedro. Não tenho de dizer que o camarada disse isso ou aquilo. Vocês têm de dizer o acordo que vocês tiveram.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O impasse está em ter ou não resumo.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Olha, gente. A votação agora vai ser: constando o resumo do conflito ou não constando o resumo do conflito. Esse é o impasse que estou percebendo. É isso?

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – É o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não. O relatório é que engloba...

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Não, porque uma coisa é o relatório, e outra é o resumo. Acho que o relatório é dispensável; e o resumo, não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, você vota para manter o resumo.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – E depois nós vamos votar o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não. O relatório, não.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Essa é uma questão redacional. Olha só, deixe-me dar um argumento aqui de ordem civil. É o seguinte: na transação, você interpreta restritivamente, e a transação é um contrato curiosíssimo, porque, se não houver alguma coisa que não funcionar, ela toda rui. Ela é um monólito.

Então, é muito importante o cara entender o que está sendo transacionado, porque, daqui a pouco, há alguma coisa que dá errado, e isso pode comprometer tudo.

Quando você negocia – Olha, estou dando-lhe isso aqui, porque você está-me dando aquilo lá, entendeu? –, acho que isso é importante.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Então, acho que o resumo é fundamental, para o cara entender o que está sendo discutido, porque, senão, amanhã, isso se perde totalmente.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Só que acho que pode ou não pode convir ter o resumo.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Eu sei, mas aí você tem um risco muito grande.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos votar? Quem acha que tem de constar o resumo levanta o braço. *(Pausa)*

Quantos foram?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Sete.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quem acha que não precisa constar o resumo. *(Pausa.)*

Seis.

Pronto. Então, fica o resumo e tira o relatório. Fica, então, somente resumo do conflito.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas já tem no termo inicial.

Então, fica a qualificação das partes e o termo do conflito.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É isso. A parte A disse isso; e a parte B disse aquilo. É isso. Fulano chegou aqui para separar, e a outra concordou em separar. Acabou.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Gente, vamos seguir agora para o 22 remunerado.

Esse 22 pode sair, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, é porque isso aqui... Nós fomos deixando muita coisa. Foi o seguinte. Tira! Tira! Não há problema algum!

Vamos lá! Isso é que é importante! O termo final de mediação constitui executivo extrajudicial, devendo ser assinado pelas partes, seus advogados, se houver...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Já está lá em cima.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Independente da assinatura das testemunhas.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Vamos pensar um pouquinho se é isso que a gente quer, ou se a gente deixa a validade de ser título ou não para o CPC?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Ah, não! Acho que isso é fundamental.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Não. Acho que nas grandes mediações... Perfeito! Só que vamos ter mediações ...

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Não! Não! Não! Tem de ser independente de testemunhas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Tem de ser independente de testemunha. Acho que está certo ali. Constitui título executivo, independentemente da assinatura.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu acho. A redação é essa.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acha? Desculpe. Como é que fica melhor?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – No do §1º?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 22.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – 22.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Reportar assinaturas de testemunhas depois de termo final ou obstar?

A SR^a ELEONORA COELHO – Pra que esse §1º, hein?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Assim está bom.

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu sou contra esse §1º. Homologação de termo final de judiciação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não. Isso é importante.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ele *linka* lá com o *(ininteligível)*.

A SR^a ELEONORA COELHO – Esse §1º eu sou contra. Homologação de vários termos finais de mediação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não. Para transformar em judicial. Isso é importante.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas se eu quiser fazer título judicial, como é que faz?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ELEONORA COELHO – Mas, escuta, como é que você vai requerer uma homologação de um...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Claro. Todo dia, tem isso.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Hoje, é assim que funciona.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Mas precisa homologar?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Mas precisa homologar?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Para virar título executivo judicial, sim.

A SRª ELEONORA COELHO – Se ele é extrajudicial, ele já tem todos os efeitos que a lei dão a ele de extrajudicial.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas ele pode querer que vire judicial, porque restringe as hipóteses de impugnação.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas essa é uma faculdade, gente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Posso pedir a falência no caso de não cumprir. Tem um monte de intercorrência...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E restringe as hipóteses de impugnação, sendo título judicial.

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Só uma correção de português ali, “constituir título”: é “a título de constituir”, e não constituir.

A SRª ADRIANA BRAGUETTA – Talvez aqui “homologação judicial ou arbitral”, quanto tiver uma cláusula...

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – “A fim de constituir”, tem um erro de português aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas a arbitragem pode só homologar?

(Discussão no recinto.)

A SRª ADRIANA BRAGUETTA – Não convém, verdade, não convém.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então, não tem jeito.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Vamos para o segundo.

§ 2º Nos casos que envolvam direitos...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Só um momento. Pode, vem um Ministro, acontece ordinariamente, sobretudo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas homologa dentro do litígio já instaurado, não vai ser só para homologar.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – É, porque aí você faz uma mediação. Pois é, só para homologar não dá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Porque aí desvincula.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Homologar é o juiz *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É, aí é regra de competência de CPC.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Gente, vamos seguir.

§ 2º Nos casos que envolvam direitos indisponíveis, as partes deverão requerer a homologação do termo final de mediação com a devida oitiva do Ministério Público quando se mostrar obrigatório.

Art. 25...

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Quando se mostrar obrigatória, eu acho que está... “Nos casos que envolvam direitos indisponíveis, deverão...”. Se já consta “deverão”, então é obrigatória.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Indisponível, tem o quê?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Isso. Está certo. Pode tirar o quando se mostrar obrigatório.

Art. 25 A parte interessada poderá pleitear ao órgão do Poder Judiciário competente a decretação de invalidade do termo final de mediação nos casos previstos na legislação em vigor, cuja ação seguirá o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil e deverá ser proposta no prazo de até 90 dias da celebração do acordo.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Quais são os casos previstos na legislação em vigor?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acho que é art. 144 do Código Civil.

A SR^a ROBERTA NARIA RANGEL – Não, mas quais são? Quais são?

Porque aí você leva... Aí eu tenho dúvidas se leva para o árbitro ou se leva para...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É caso de nulidade de ato jurídico.

(Discussão no recinto.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Simulação ou fraude.

A SR^a ADRIANA BRAGUETTA – Então, não precisa, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então tira “nos casos previstos”.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Porque é o seguinte: eu acho muito grave aí, você está mudando prazo prescricional que está no Código Civil para anular o ato. E aí o competente é o juiz ou o árbitro, dependendo da cláusula originária...

(Discussão no recinto.)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Não, você pode ter um contrato, você pode ter uma mediação decorrente de um contrato que tem cláusula arbitral, e você vai anular...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que, nesses casos previstos na legislação em vigor, realmente, eu acho que pode se suprimir, porque será sempre os casos de nulidade.

A SR^a ADRIANA BRAGUETTA – E o prazo para declarar a nulidade é o prazo do Código Civil.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Aí eu acho que nós podemos mudar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E pode ser a arbitragem também, não tem por que...

A SR^a ADRIANA BRAGUETTA – Isso, pode ser a arbitragem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não tem que falar de procedimento aí, eu acho.

(Discussão no recinto.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Poderá pleitear a decretação de validade, tirar o órgão.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

(Discussão no recinto.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Tirar o “órgão do Poder Judiciário”, pode ser “poderá pleitear”...

A SRª ADRIANA BRAGUETTA – Houve um paralelo. Uma pequena ponderação: parece que isso é um paralelo aí do que se faz na arbitragem. Não tem necessidade. Na arbitragem, tem o controle justamente porque é um procedimento arbitral que é título executivo judicial. Por isso que pode ter um controle mínimo do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas se você não dá o caminho para a parte, pode parecer que aquele termo é... Você modifica o sistema do Código, porque não possibilita a anulação. Então, você tem que dizer que ela tem o direito...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Não, ela é tratada como um ato jurídico qualquer que vai ser anulado ou por arbitragem, se as partes preferirem assim, ou através de juízo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que reduzir o prazo é um fortalecimento ao instituto, porque na hora em que você coloca... Tem que tirar “ao órgão do Poder Judiciário competente”.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Tira isso, por favor. E depois, também: “cuja ação seguirá o procedimento previsto no CPC”.

A SRª ADRIANA BRAGUETTA – Ministro, vamos levar em consideração que vamos usar mediações, nós temos 200 milhões de pessoas que terão mediações fraudulentas, terão pessoas que foram levadas em erro, terão pessoas que terão o prazo de 90 dias para fazer alguma coisa. Não sei se...

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Então, mas, por exemplo: no caso de erro, a gente está dizendo que é da celebração do acordo, e não do conhecimento do fato.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – É verdade.

A SRª MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Então a gente já criou um impasse aí.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pois eu acho que é exatamente isso, porque, se deixar isso em aberto, você não fortalece o negócio. A idéia que norteou a elaboração do dispositivo é essa.

Como está a lei modelo?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Acho que não tem nada... Eu vou checar. Se o senhor quiser passar para outro, deixar isso em vermelho...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então vamos passar para outro, que é a mediação pela internet.

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Só uma ponderação aqui, Ministro.

Nos casos em que, eventualmente, o termo final seja homologado judicialmente, a decretação de validade será sempre feita judicialmente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Quanto a isso, eu acho que não há dúvida.

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Está subentendido.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos lá, vamos lá.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu vou pedir ao Marcelo Nobre para ler o capítulo, porque a obra é sua, Marcelo, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É engraçado. É nossa. Você quis dizer que a gente não está incluído também?

O SR. FRANCISCO MAIA – Não, não. É porque, especificamente, essa foi uma grande contribuição que você deu.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vai, Marcelo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Da mediação via internet para transações *on line*.

Art. 26. Já não é mais 26; agora é 24.

Art. 26. A mediação poderá ser utilizada por meio de solução de conflitos via internet nos casos de comercialização de bens ou prestação de serviços via internet.

Art. 27. A mediação via internet terá o objetivo de solucionar quaisquer conflitos de consumo no âmbito nacional.

Parágrafo Único. Quando uma das partes estiver domiciliada no Brasil, pode haver acordo para a aplicação das disposições desta lei à resolução de conflito oriunda de transações internacionais celebradas através da rede mundial de computadores ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância.

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Marcelo, não há uma contradição entre o 25 e o 24, não? O 25 parece que está mais amplo do que o 24: “A mediação via internet terá o objetivo de solucionar quaisquer



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

conflitos de consumo...” enquanto no 24 está dizendo que só poderá ser utilizada como meio de solução de conflitos via internet os casos de comercialização de bens e prestação de serviços...

O SR. MARCELO NOBRE – Na verdade, houve um acréscimo e ele não foi retirado.

A nossa redação original tinha dois artigos que se transformaram em um e um parágrafo. Depois, quando veio aquela discussão com o Ministério da Justiça, inseriram esse a mais.

Acho que sim, acho que você tem razão.

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Estou achando que o 24 está limitando aos casos de comercialização de bens e prestação de serviços via internet. E o 25 está dizendo que tem o objetivo de solucionar quaisquer conflitos.

O SR. MARCELO NOBRE – E o 25 pode ser... Tira-se o 25, não é? Fica o parágrafo único do 24.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Não, mas a ideia é restringir só para os casos de comercialização na internet?

O SR. CAIO CESAR ROCHA – O título diz isso.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – É isso?

O SR. MARCELO NOBRE – É, a mediação via internet...

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Eu entendi que a mediação é a via, mas... Se eu contratei em particular e quero negociar, mediar pela internet, eu posso?

O SR. MARCELO NOBRE – Pode.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Mas aí não está dando a entender isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então tem que corrigir o título, não é? Seria “Da mediação via internet”.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – A internet é um instrumento, não é? Você está querendo... (*incompreensível*) das vendas feitas...

O SR. MARCELO NOBRE – Não, já tem várias. A Sky faz isso, planos de saúde fazem...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não, não. Eu digo: a lei aqui está tratando das vendas *on line*...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ou da mediação via internet?

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Não, é da mediação...

O SR. MARCELO NOBRE – Não é da mediação via *on line*. É isso que estou dizendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Para vendas *on line*.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Não...

O SR. MARCELO NOBRE – Não, para o que quiser. Por exemplo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então por que o título é assim?

O SR. CAIO CESAR ROCHA – Então tem que retirar “para transações *on line*” do título e o art. 24.

O SR. MARCELO NOBRE – “Da mediação via internet”?

O SR. CAIO CESAR ROCHA – É. E tira o art. 24. Vai só para o 25, não é?

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Isso, isso.

O SR. MARCELO NOBRE – É, é o contrário. E o 25 vira 24 com o parágrafo único, não é?

Deixem-me só falar uma coisa para vocês.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – São só de consumo os conflitos?

O SR. MARCELO NOBRE – Não, não é só relação de consumo, não.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Ah, então tem que tirar o consumo, não é? Se quer conflitos...

O SR. MARCELO NOBRE – Pelo seguinte. Deixem-me... Ah? É por isso que o 24 falava, não é? O 24 é mais amplo. Talvez deixar o 24 em vez do 25 e colocar...

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Mas parar no conflito: “A mediação poderá ser utilizada como meio de solução de conflitos via internet”.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A mediação poderá ser utilizada como meio de solução de conflitos via internet...



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Ponto final.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ponto.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Em qualquer conflito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aí tira o 25.

O SR. MARCELO NOBRE – E tira o 25. Por quê? Tem sido muito usado pela Embaixada do Brasil no Japão, porque muitos casais, lá no Japão, quando se separam, um deles vem para o Brasil. E aí como é que você consegue resolver alguns conflitos lá? Ou quando casa com um japonês ou com uma japonesa.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Eles estão separando pela Internet?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Eles fazem acordo, com o pagamento de pensão e tantas outras questões afeitas à relação do casal.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Marcelo, não ficaria mais adequado... Chico, não ficaria mais adequado, digamos: “a mediação poderá ser realizada via Internet como meio de solução de conflito”?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu já fiz mediação por videoconferência, por telefone.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Por meio eletrônico.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Marcelo, uma pergunta. A Internet é só ferramenta, não é?

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Não presencial. Não presencial.

Sabe lá o que vem pela frente aí?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas todos vão ser eletrônicos.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Mas você entende, nesses casos dos japoneses, eles celebram um acordo, por escrito, final?

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Uri Geller era extrasensorial.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Não, ali o capítulo é da mediação não presencial.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Que o mediador da embaixada japonesa faz.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – E manda...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É mediação não presencial.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Você sabe que a Sky, Adriana, está fazendo acordo via Internet?

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Eu tenho uma ponderação que...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Plano de saúde também.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Eu tenho uma dúvida. Ministro, eu tenho uma dúvida. Como é que a gente faz...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Via Internet ou outra forma de comunicação a distância.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Gente, precisamos criar exceções em relação às outras regras da mediação quanto a assinatura de termo, etc. É preciso excepcionar isso.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Esse mediador **online**, ele vai assinar, vai dar fé.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – E hoje tem assinatura eletrônica.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Mas a gente necessita regulamentar como vai funcionar isso em decorrência das outras disposições legais, que exigem termo inicial, termo final.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E destacar todas as outras regras que não se aplicam aí.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Mas aí o mediador faz o termo inicial com os dois e faz o termo final, e ele ali se responsabiliza, até porque a gente está colocando...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Não, mas como é que ele vai assinar?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – A gente está falando em assinatura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas aí o mediador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim, mas aí pode ser assinatura eletrônica.

A SRª ELEONORA COELHO – Eu entendo, mas eu sugiro que façamos uma disposição, ainda que genérica, excepcionando, no que couber, disposições que demandem presença física.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Por isso tem um capítulo.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas meu estou confuso, sinceramente, porque começou dizendo que era para vendas online, lá em cima,...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – ...como comércio eletrônico. Aí mudou. Agora virou...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É que também previa.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Virou uma outra coisa que é um simples instrumento de como fazer, que não precisava, em tese, estar aí. Posso fazer pessoalmente, posso fazer por Internet, videoconferência, telefone.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele também previa o comercial.

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Isso não necessariamente teria que estar aí.

Ou nós estamos tratando de um meio de mediação para os negócios feitos na Internet, ou não precisa estar aí.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não, mas não é para meio via Internet, não é para esse fim, é que...

O SR. JOSÉ ANTONIO FICHTNER – Mas então não precisa estar aí, porque eu posso fazer pela Internet, por telefone, por videoconferência.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Eu imaginava que era para contratos eletrônicos.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Na verdade, hoje já existe. Planos de saúde já fazem isso com seus clientes, e a Sky já faz.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Marcelo, é a forma, não é a natureza.

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Será que precisa estar na lei?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – A mediação, ela usa o Sky, e tal, para esse tipo de produto, porque é um produto de abrangência nacional. É como se você pudesse... Eu entendo a questão. Talvez... Eu acho que existe (ininteligível) dizer o seguinte: a mediação poderá se dar de forma presencial ou não presencial.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – É verdade, porque parece que é uma outra mediação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Por isso eu sugeri que ele talvez ficasse...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É só um meio.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – É verdade, é só um meio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Essa é uma coisa que a gente tem que decidir. Eu só trouxe... A questão está posta, que já estão discutindo...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Essa sugestão que o Chico deu é ótima.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E a gente tem que tentar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Colocar que a mediação poderá ser não presencial, adequando-se as regras desse procedimento... A mediação não adequando-se às regras previstas.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Gente, e se a gente colocasse o art. 24 inteiro nas disposições finais?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Pode ser, como está sugerindo o Caio, no procedimento.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – No procedimento. É.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Mas levaria o artigo Inteiro. Eu acho que se deveria levar o artigo, porque ele é interessante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (ininteligível) não consegui entender direito.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Essa é aquela que você permite fazer...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Esse é o japonês. É o lance do Japão.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É aquela que permite que a embaixada do Brasil no Japão faça a mediação. Não é para eles fazerem. É para todos que queiram fazer.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Caio, faz um favor para mim. Assume ali e diz para o Leandro onde vai entrar esse dispositivo para a gente avaliar, e vai suprimir esse capítulo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Do procedimento, Caio, é no capítulo IV.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Entraria depois do 20, ou antes do 20, não é?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos seguindo para o 28 enquanto ele está ajeitando. A gente já volta para ele.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Ministro, se eu quiser voltar para aquele do controle de 90 dias...

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Agora é 26?

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Caio, pode ser 21 e parágrafo.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Como está não tem absolutamente nada a respeito. Fala somente que é válido.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Eu também acho que não... É um tema... Não fala de nada. Fala assim: o acordo é *binding and enforceable*.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Ou seja, não fala em anulação.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É como um documento privado. A gente faz milhões de contratos. Me parece que a gente deveria deixar os efeitos à regulação do Código Civil: o prazo para anular...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos terminar. A gente volta para esses dois. Tem três pontos para a gente ver. Vamos terminar para o 28?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Mas a gente vai lendo aqui a mediação na Administração Pública, para a gente não perder tempo, enquanto eles estão...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Sobre esse ponto, primeiro, a gente tem que definir se vai ter mesmo mediação na Administração Pública. A gente não chegou a deliberar sobre esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Essa redação, foi conversada com...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Não. Essa redação a gente não chegou a conversar.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O que está dizendo aqui é que os órgãos da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão submeter os litígios em que são partes à mediação pública; que, para o exercício da mediação pública, poderão ser instituídos núcleos de mediação em cada entidade ou órgão público; que poderá haver mediação pública em conflitos envolvendo entes do Poder Público, em conflitos envolvendo o Poder Público e o particular, coletivo, em litígios relacionados à prestação de serviços públicos; e que a submissão do litígio à mediação pública ocorrerá preferencialmente antes da judicialização do conflito.

Isso aqui é que eu acho que...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – A nossa sugestão é de tirar esses parágrafos, inclusive o segundo e o terceiro, para isso ser regulamentado no âmbito da Administração.

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Então, tiraria o parágrafo único do 28 também, que está dizendo como vão fazer. Também não compete, eu acho.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, a ideia é suprimir o parágrafo único do 28 e §§ 1º, 2º...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – E o § 3º também.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – ...e 3º.

O SR. ADACIR REIS – Presidente, não podemos deixar só o art. 28? Só o *caput*?

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Para deixar o mais livre possível para que eles regulamentem.

O SR. ADACIR REIS – Só o enunciado geral. E suprimiríamos parágrafos...

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Acho que o 29 é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Porque, só com o 28, você não resolve o problema do particular e do...

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ROBERTA MARIA RANGEL – Acho que o 29 é interessante.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Acho que o 28 e o 29.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Há necessidade de a gente conceituar mediação pública?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – É porque eles não vão topar...

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Também ouvi uma crítica em relação ao termo “mediação pública”. Talvez a gente pudesse falar “mediação com Administração”, e não tratar de Administração Pública.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Simplesmente “mediação”.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, sairiam os parágrafos e suprimiríamos a expressão “pública”, tanto em um quanto em outro. É isso?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E no 30?

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Talvez, Ministro, no 29, poderá haver mediação envolvendo a Administração Pública...

O SR. ADACIR REIS – Eu também suprimiria.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Também não precisa. Não tem necessidade.

O SR. ADACIR REIS – Melhor suprimir, não?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – E o 30? “Eventuais procedimentos adicionais para mediação pública serão estabelecidos em ato...” Precisa disso ou...

O SR. ADACIR REIS – Não precisa.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Só o 28 e o 29 já dão um norte.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, vamos voltar aos pontos pendentes. Vamos lá.

Primeiro, art. 20. Primeiro na sua parte, Caio. Vamos lá.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – A gente trouxe....o final dos procedimentos.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – O final, o capítulo dos procedimentos.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – *(Intervenção fora do microfone.)* Estava em discussão aqui, Sr. Presidente, se mantém o Parágrafo único ou não.

Não consegui entender muito o alcance disso.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Na verdade, é uma busca...

Uma oportunidade que estamos tendo de incluir uma situação que já existe.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É, uma situação de fato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos entender, vamos decantar...

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Já consolidada...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(Inaudível.)* o Brasil, não sou eu, pode haver acordo. Acordo com quem? Com a outra parte no exterior para aplicação da...na resolução do conflito. Quer dizer, eu, brasileiro, comprei um negócio na Internet, estou brigando com a página no exterior e vou fulminar com ela para resolver o conflito por mediação de acordo no Brasil? *(Incompreensível.)*

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Qual é o prejuízo de tirar...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Essas são as ações internacionais. Não tem um conflito de competência?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se você resolver dessa forma porque é o que tem acontecido..

(Intervenções fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas continua...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A parte vai ter sempre a liberdade de fazer se quiser.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Marcelo há prejuízo em retirar o Parágrafo único?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A gente está falando em mediação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Marcelo, há prejuízo de interpretação se tirar o Parágrafo único?



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É, você tira essa possibilidade que já está consolidada...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim, mas lá está falando em comunicação não presencial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ali você está dizendo que a mediação pode ser realizada por Internet ou por qualquer outra forma de comunicação não presencial.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Eu acho que a supressão do parágrafo não traz prejuízo nenhum.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que a ideia do Marcelo é uma ideia boa. É uma ideia que existe de fato.

(Intervenções fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ah, eu estou gostando dessa do Caio aqui inclusive em transações...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Gente, mas não há nenhuma...

(Intervenções fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Então, tira o Parágrafo único.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E no sistema se você coloca...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Sim, Leonora, é a questão do didático, do pedagógico que a gente tem também que pensar.

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Marcelo, está também de acordo com a supressão do parágrafo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O ponto dele é válido, mas eu acho que, de fato, é um direito...

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Estão todos de acordo com a supressão?

Há controvérsia quanto à supressão?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Então, está resolvido só com aquele dispositivo 21?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está.

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Passamos para...

(Intervenção fora do microfone.)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito*

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Outra forma não-presencial.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Eletrônica. É verdade. É importante.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – É, eu defendi o eletrônico e agora estou...*(risos.)*

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Pode abrir um campo muito grande o não-presencial.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – A sugestão, Mariella, é para colocar forma de comunicação eletrônica não-presencial, é isso?

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Isso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não, a mediação poderá ser realizada via Internet ou por outra forma de comunicação eletrônica não presencial?

A SR^a SILVIA RODRIGUES PEREIRA PACHIKOSKI – E por que não tira comunicação e coloca qualquer outra forma não-presencial?

Então, qualquer outra forma não-presencial.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – E pode servir à carta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu fico com essa redação aí.

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Há divergência quanto a essa redação?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Seguimos.

É preciso voltar no art. 20 porque o Dr. Hage nos disse que a redação que estava “as partes deverão ser assistidas por advogado, salvo renúncia de qualquer delas...”

Pois não, Dr. Hage.

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – A renúncia de uma delas faz parecer que o dever da outra parte cai também.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Quando uma delas renuncia parece...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Mas é a possibilidade da outra estar lá, de querer...

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Ele sugere a seguinte redação: “Cada parte deverá ser assistida por advogado, salvo renúncia”, ou seja, cada parte deverá ser assistida por advogado, salvo renúncia.

Alguma divergência?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Acho que é uma boa redação.

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Então, ficamos com a segunda redação, Leandro.

Agora, voltamos para a questão da ação de nulidade.

(Intervenções fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só uma pergunta: “salvo renúncia”. De novo, aqui, não me sinto confortável para... *(Incompreensível.)* mantendo a ideia de que cabe...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Salvo dispensa.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não, renúncia já foi votada.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – É uma redação melhor.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – pelo amor de Deus, não volta nisso, não.

(Intervenções fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, não estou voltando. É só para deixar claro que uma parte do...

O SR. LUIS FELIPE SALOMÃO – Seguimos...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Era o antigo 25.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Não, não está claro mesmo não.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Leandro, o antigo 25.

A SRª ROBERTA MARIA RANGEL – Dá a entender que as duas têm que renunciar.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA – Sr. Presidente, vamos fazer um parágrafo único.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – “Salvo renúncia de todas as partes envolvidas.”

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – E se só uma, Pedro Paulo? E se só uma renunciar, a outra não?

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Coloca assim: “Salvo renúncia.” Ponto. “A renúncia de uma parte não implicará na renúncia da outra.”

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – É parágrafo, não é?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Parágrafo. Tem que ser parágrafo único. Dr. Hage, tem que ser parágrafo único?

O SR. FÁBIO AUGUSTO SANTANA HAGE – Tem que ser parágrafo único.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Tem que ser parágrafo único.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não implicará na renúncia da outra.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Esperem. A renúncia de uma parte não acarretará que a outra não possa ter advogado.

O SR. ANDRÉ CHATEUBRIAND PEREIRA DINIZ MARTINS – Isso.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Isso.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Isso.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – É isso. Melhor.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não acarretará que a outra seja assistida por advogado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Não impedirá que a outra seja assistida por advogado.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Não impedirá que a outra seja assistida por advogado.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Acho que aí é bom.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Continua com escolha da parte.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Ô luta!



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

A SRª ADRIANA BRAGHETTA – Todos terão advogado, a gente sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Bom, mas a renúncia pode ser retratável. *(Risos.)*

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Pelo amor de Deus, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos lá, gente, vamos voltar aqui. “A parte interessada poderá pleitear a órgão do Judiciário [...]”. Voltem lá. Antigo 25. A sugestão da Adriana, ela verificou na lei modelo, não existe prazo que modifique esse contexto. Então: “A parte interessada poderá pleitear a decretação de invalidade do termo de mediação e deverá ser proposta no prazo de até 90 dias.”

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – O que deverá ser proposta?

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A ação para tal.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – É bom escrever.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A proposta, a discussão aqui é a seguinte. Em primeiro lugar, deverá constar no texto essa regra da ação para a anulação ou isso é do Direito comum?

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Deixe-me fazer uma ponderação. Na verdade, a mediação é um meio, mas o que as partes vão fazer é uma transação. A transação não tem essa regra, logo, a gente vai criar uma regra maluca para transação. Eu não faria. Acho que é um negócio que vai... O Direito Civil vai tratar daquela prescrição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – A proposta é de supressão do dispositivo.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Supressão.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Há alguma divergência quanto à supressão?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – André, Marcelo, Francisco...

(Intervenções fora do microfone.)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Então, suprimimos. E, por último, aquelas disposições transitórias...

Suprime-se o 24 inteiro.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Leandro, e lá nas disposições finais e transitórias, entra aquele mesmo texto da mediação, o que entrou para arbitragem, entra para mediação.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Sim, das escolas. E...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – O Luciano te ajuda.

Há alguma divergência para constar também da mediação aquela mesma proposta?

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – De maneira alguma. Louvável, Ministro.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Louvável, muito boa.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu queria voltar à societária. Eu queria voltar ao tema societário, que não ficou bem definido.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Da lista, vamos falar da lista.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Eu queria voltar ao societário.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – A redação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Estamos chegando ao final.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH (*Fora do microfone.*) – Eu ficaria de olhar todos aqueles prazos que a Adriana colocou, de cinco dias, porque eu não fiquei satisfeito com cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Vamos, vamos fazer.

Quero passar a palavra a cada um, para um comentário de cada um, agradecendo a participação de todos, para encerrarmos.

Vamos começar pela Adriana.

Cada um dá sua despedida.

Antes, preciso cumprir o Regimento e perguntar se estão aprovadas as atas relativas à reunião anterior e a esta. Alguma objeção? (*Pausa.*)

Aprovadas.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Então, cada um fala um pouquinho.

Adriana.

A SR^a ADRIANA BRAGHETTA – Acho que é uma honra cada um de nós ter sido escolhido para prestar essa contribuição. É difícil. Foi um trabalho longo, difícil, envolve brigas e diferença de opinião, isso faz parte do exercício democrático do Direito. Estou muito honrada de ter participado e ter contribuído. Não me incomodo com os pontos em que fui vencida não, acho também muito razoável.

Obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Adriana.

Elonora.

A SR^a ELEONORA COELHO – Eu gostaria de agradecer a condução dos trabalhos, Ministro. Já lhe disse pessoalmente que, graças a essa condução muito democrática e aberta, tivemos o diálogo facilitado e uma pluralidade de opiniões pôde convergir para alterações pontuais na Lei de Arbitragem – com exceção de uma pequena em que nós discordamos. Todas as outras, acreditamos, são realmente muito positivas. Quanto à mediação, acho que estamos contribuindo para um marco legal muito importante para o nosso País.

Sinto-me extremamente lisonjeada por ter participado, tanto pela contribuição social que pudemos dar, como pela convivência com todos aqui, com as características que contribuíram para enriquecer os debates e tudo o que vivemos.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Eleonora.

Vamos seguindo: a Mariella, que participou conosco embora não seja integrante.

A SR^a MARIELLA FERRAZ DE ARRUDA POLLICE NOGUEIRA – Essa é, aliás, a maior razão para o agradecimento. Tenho muito a agradecer por, mesmo não sendo membro da Comissão, ter podido acompanhar seus trabalhos como observadora, palpitando algumas vezes. Realmente foi um prazer e, certamente, acrescentou muito para o meu conhecimento conviver com todos vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Zé.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER – Quero agradecer, primeiro, ao Senado, à Presidência do Senado especialmente, pela deferência, pelo convite, pela oportunidade. Quero agradecer também a essa assessoria maravilhosa que nos ajudou nesses meses todos e a todos vocês, colegas queridos, por essa troca de experiências maravilhosa durante esses meses. Acho que compusemos um trabalho especialmente digno de ser levado à deliberação tanto na Câmara quanto no Senado, o que contribui para a evolução da arbitragem e da mediação no Brasil.

Sr. Presidente, meus parabéns pela condução dos trabalhos. Não é fácil mediar essas questões todas que foram debatidas aqui. Então, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado.

Adacir.

O SR. ADACIR REIS – Presidente, quero primeiro parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, o que fez de forma sempre serena, sempre objetiva. A própria sistemática de organização aqui dos trabalhos foi muito produtiva e muito eficiente.

Quero agradecer a cada um dos colegas desta Comissão, me senti honrado de fazer parte desta Comissão e fazer parte desse espírito de construção, desse espírito de contribuição. Eu acho que demos um passo importante e espero que realmente frutifiquem as ideias aqui plantadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Adacir.

Caio.

O SR. CAIO CÉSAR VIEIRA DA ROCHA – Presidente, quero agradecer a todos. Para mim foram momentos de muito aprendizado. Foi muito honroso e motivo de muito orgulho para mim poder ter participado desta Comissão com membros tão ilustres ao meu lado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Caio.

Zé Roberto.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES – Também queria começar agradecendo a todos os meus colegas aqui da Comissão. Foi um processo muito agradável, de muito aprendizado, discutimos bastante, mas de uma forma muito transparente, muito democrática – e



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

nisso eu acho, Ministro, que o senhor tem uma responsabilidade grande, sua condução foi muito feliz.

Acho também que o Senado, como mencionou o Zé Antônio, tem que ser parabenizado, porque é responsável por dar início a esse valioso movimento, propiciou o início dessa conversa, tanto sobre a arbitragem – algumas questões podiam ser aprimoradas – como sobre a mediação – acho que vai ser interessante. Sinto-me muito honrado realmente por ter podido contribuir, ainda que pouco, para isso.

Torço para que essa lei vá adiante. Acho que agora temos que nos ajudar para que esse nosso esforço não seja em vão, devemos unir esforços nesse sentido, já que temos muita fé de que estamos fazendo uma coisa boa, honesta. Que isso frutifique.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Zé Roberto.

Chico.

O SR. FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH – Também queria agradecer ao Presidente da Comissão a maneira sempre gentil, elegante e republicana pela qual tratou todos os membros desta Comissão.

Quero agradecer pelas novas amizades que tive oportunidade de fazer aqui. Vou sentir saudade desses embates.

Quero dizer que me portei com lealdade com todos os integrantes da Comissão durante todo o tempo e respeitei todas as normas que criamos para nós próprios em matéria de confidencialidade e comportamento. Achei isso muito importante.

Vou sair daqui tendo sido vencido em algumas questões e, mesmo tendo vencido vou defender este projeto, como se a integralidade dele fosse minha porque acho que essa é a atitude correta, quando a gente cria um consenso. E acho que é importante também um exercício assim de enorme aprendizado com tantas pessoas inteligentes, preparadas e de convívio muito agradável.

Para mim, foi uma experiência espetacular ter participado desta Comissão, não posso deixar de me referir ao Guilherme e ao Leandro, pessoas que estiveram aqui desde a primeira hora, nunca faltaram com a gente absolutamente em nada, sempre estiveram disponíveis para nos ajudar em tudo, são pessoas educadas, grandes colegas.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Obrigado a você também, obrigado a todos vocês, e levo daqui uma certeza de que todos nós fizemos o melhor de cada um para conseguir chegar nesse consenso, um grande consenso, uma grande experiência humana.

Obrigado a todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Chico.

Lá, na ponta, Arruda Alvim.

O SR. EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM –

Eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer a oportunidade de ter estado aqui com os colegas sob a Presidência de V. Ex^a, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos, não é fácil domesticar tantas inteligências em ebulição. Gostaria, também, de dizer que foi uma experiência altamente enriquecedora do ponto de vista técnico, aprendi bastante, tive o prazer de reencontrar figuras com as quais convivo quase que diariamente, como o Professor Tucci, ao mesmo tempo em que tive oportunidade de conhecer inteligências privilegiadas como a Adriana, como Eleonora e como o meu amigo, hoje amigo, Chico Müssnich, o Castro Neves, enfim, pessoas das quais levo daqui a melhor impressão, e tive o prazer de aprofundar o relacionamento no âmbito pessoal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado.

Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS – Sr.

Presidente, colegas da Comissão, penso que todo cidadão que tenha a oportunidade de ser chamado a opinar sobre a forma com relação à qual esta sociedade deve se portar no futuro tem que se sentir extremamente lisonjeado. É uma oportunidade que poucos têm e terão, e tive, daí porque fico extremamente lisonjeado por esta oportunidade que me foi entregue pelo Senado Federal, instituição a qual agradeço, e, da mesma forma, agradeço a oportunidade de ter convivido com esses brilhantes colegas com quem, hoje, podemos chamá-los não somente de colegas, mas de amigos, e sob a Presidência muito tranquila de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado.

O SR. PEDRO PAULO GUERRA DE MEDEIROS - ...o

que, em regra, não é muito comum essa serenidade com que V. Ex^a conduziu esta Comissão não se evidencia em todas as demais, participei de algumas outras. Por isso é que todos podemos aqui expressar nossas



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

vontades, nossos entendimentos por vezes vencidos, mas porque tínhamos a certeza de que, uma vez apresentados, esses entendimentos seriam por V. Ex^a tranquilamente aceitos e passados aos demais para apreciação. Daí porque, republicanamente, V. Ex^a presidiu com o beneplácito, e, com muita honra, digo que participei da Comissão, agradecendo a V. Ex^a pela formosura com que nos tratou.

Aos meus amigos, espero poder revê-los, ainda que não pessoalmente, mas espero que o faça, pela menos eletronicamente, por meio não presencial, por e-mail ou qualquer outra forma.

Obrigado a todos pela oportunidade de conhecê-los.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Pedro Paulo.

Chico Maia.

O SR. FRANCISCO MAIA NETO – Quando a Comissão foi instalada, Ministro, me vi numa situação parecida com esta, porque fui um dos últimos a falar, e lembrei-me de um ditado lá, da minha terra, eu, que sou o único mineiro aqui, que diz que, quando o rouxinol canta, o sabiá se cala. Então, a este modestíssimo pardal, só me resta, agora, referendar tudo o que vocês falaram. Faço minhas as palavras de todos, mas eu queria pontuar realmente, primeiro, o Senado Federal, por ter nos dado esta oportunidade, acima de tudo, de aprendizado. Acho que isso foi uma experiência, já após os 50, de um garoto de primeiro dia de escola.

Depois, quero destacar, como todos colocaram, Ministro, mas eu não poderia deixar de fazê-lo, e até coloquei isso no e-mail que lhe enviei, a forma da condução dos trabalhos. Foi exemplar, talvez o maior aprendizado que tive de como conduzir ideias diferentes, que eu queria destacar um ponto: vocês falaram nos antagonismos, mas tivemos uma unidade, a unidade da firmeza de propósito de construir algo muito bom. E, no início, lembro-me que estou olhando para o Fichtner ali, a gente falava, nós dois sentados ao lado, para que não desvirtuássemos a Lei de Arbitragem. A Lei de Arbitragem foi lapidada, aprimorada e se manteve a espinha dorsal. E nós, também...Desculpe-me até por estender-me um pouco, Ministro, mas tive uma experiência que tenho de relatar para vocês.

Há 3 ou 4 meses, participei de um seminário em Belo Horizonte, do Simpósio Internacional de Mediação, que me deu extrema emoção. Foi a primeira vez que pude falar no auditório da nossa Vetusta Casa de Afonso Pena, que é a Universidade Federal de Minas Gerais. Dizia isso. No final, disse a eles: vocês tenham certeza de que este ano o Brasil



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

terá um projeto da Lei de Mediação. Vi não só ceticismo nas caras das pessoas, mas até a ironia de alguns. Ao final me disseram: “Olha o que você está falando aqui.” Então, dia 2 essa realidade se fará presente.

Luciano, Guilherme e Leandro, muito obrigado. Sem o apoio de vocês isso não seria realidade. Muito obrigado, de coração, a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, Francisco.

Então, agora o André, depois o Marcelo.

O SR. ANDRÉ CHATEAUBRIAND MARTINS – Gostaria de agradecer, também, ao Senado, por essa oportunidade de ter participado da Comissão. Quero agradecer ao Ministro a condução dos trabalhos. Como o Francisco disse, também foi um aprendizado observar V. Ex^a - que conduziu bem opiniões diferentes - e ter feito parte deste grupo. Acho que a gente fez um time, no final. Foram meses de trabalho intenso. Participamos de audiências públicas, ouvimos vários representantes da sociedade. A gente sempre levou muito a sério as sugestões que vieram, incorporamos várias no texto. Acho que a gente chegou a um texto, a dois textos muito bons, mantendo aquele princípio inicial de que iríamos alterar pouco a Lei de Arbitragem.

Queria agradecer, também, ao Leandro e ao Guilherme pelo suporte, nesse período. Saio daqui com vários novos amigos. Quero agradecer, mais uma vez, a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado, André.

Marcelo.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Não sobrou nada.

Quero agradecer imensamente ao Senado Federal pela extraordinária oportunidade que me deu de poder participar desta Comissão, com pessoas brilhantes, que muito me ensinaram nessa troca de conhecimento que nós tivemos aqui por vários meses.

Quero agradecer, também, ao Dr. Fábio Hage. Muito obrigado pelas sempre oportunas contribuição e orientação para que o nosso trabalho ficasse sempre melhor.

Quero agradecer ao Leandro, ao Guilherme e ao Luciano pelo apoio sempre próximo, sempre nós auxiliando, sempre nos ajudando, para que a gente fizesse o melhor, para que déssemos a nossa melhor contribuição.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Quero agradecer também, Presidente, ao senhor, pelo exemplo de habilidade que demonstrou nesses meses todos, com tantas dificuldades. Algumas vezes eu lhe confidenciei que ficava li olhando e me perguntando: o que o Presidente vai dizer agora, numa situação tão complicada? Apreendi muito com a forma como o querido amigo se livrava dos foguetes e mediava as divergências. Quero dizer, de coração, que foi um aprendizado muito grande e uma alegria muito grande poder ser presidido por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão) – Obrigado.

O SR. MARCELO ROSSI NOBRE – Quero agradecer a cada um dos meus colegas aqui presentes e dizer-lhes que foi uma enorme satisfação poder ficar com amigos que já possuía, de muito tempo, e de conhecer outros que eu não tinha a oportunidade de conhecer melhor, que só conhecia de forma distante e que, aqui, a gente pôde estreitar. Quero agradecer também a outras pessoas tantas que eu não conhecia e tive o prazer inenarrável de conhecer. Espero que a gente continue convivendo e ombreando as lutas da vida daqui para frente.

Quero dizer, por fim, Presidente, que a nossa dedicação foi total, porque cada um de nós sabia e sabe a responsabilidade que tem para com o que nós estamos aqui a fazer. No fundo, no fundo, o que nós estamos fazendo aqui é história.

E essa história se resume no nosso anteprojeto, naquele que estamos oferecendo, na oportunidade que o Senado nos deu, do anteprojeto da lei de arbitragem e do marco legal da mediação no Brasil. Isso é uma história que se vai propagar por toda a nossa vida e também depois dela. Depois dessa nossa vida humana.

Eu não podia deixar de fazer esses registros e dizer a todos vocês o meu muito obrigado pela compreensão dos meus erros e pela ajuda na melhora daquilo que a gente trouxe com o melhor dos intuitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão.) – Bom, gente, a Tatiana se juntou a nós, agora.

Eu preparei um discurso de uma hora e meia que vou tentar resumir em meia hora, se puder. É muito rápido o que eu queria dizer para vocês.

Primeiro, alguns avisos de natureza prática. Nesses dois anteprojetos que nós decidimos elaborar, alerta-nos o Dr. Hage que os dispositivos que temos de revogar precisam ser expressos. Não podem constar naquela cláusula genérica: “revogam-se os dispositivos em sentido



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

contrário”. Então, ele mesmo vai fazer um exame, agora, de quais os pontos que vamos revogar, e temos de fazer isso também, porque aí já entra o segundo aviso: Guilherme e Leandro, agora vocês consolidam esses dois textos e os mandam para a gente. Não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Felipe Salomão.) – Para um último pente fino, antes de a gente entregar. Está bem assim, Dr. Hage?

O segundo aviso é de que, no dia 2, faremos a entrega ao Presidente Renan. Ainda não está definido o horário, mas, ao longo da segunda-feira, confirmamos isso.

Bem, para além dos números frios do relatório que vamos elaborar na nossa Comissão, queria dizer para vocês – até já externei isso – que esses agradecimentos que fizeram, esse reconhecimento, e eu só tenho a agradecer, é fruto, muito, da generosidade desse grupo, que efetivamente contagiou a todos nós. Foi uma ligação muito forte que surgiu, independentemente das divergências. É o que se chama de um bom astral e que resultou num trabalho excepcional, de excepcional qualidade, de interesse público.

Eu vi aqui gente empolgada, idealista, trabalhando em prol do melhor e, com isso, com esse nível de desenvolvimento da arbitragem e da perspectiva que temos para mediação, tenho certeza de que a minha jurisdição, a minha maneira de trabalhar nunca mais será a mesma. Nunca mais será igual depois desse convívio que tivemos aqui. Estava acostumado a pegar os litígios que envolvem arbitragem e julgar como juiz, como desembargador e, agora, como juiz integrante do Superior Tribunal de Justiça. Mas eu não tinha a menor noção de como isso funcionava, da qualificação dos profissionais que estão atuando nisso, da qualidade, do nível. Fiquei, assim, encantado.

Então, esse resultado veio muito por força desse sucesso de vocês. Então, na verdade, o resultado que estamos colhendo é a qualidade do grupo que se formou aqui. Por isso, um especial agradecimento ao Presidente Renan e ao Senado, e um especial agradecimento também ao Guilherme, ao Leandro, ao Luciano, ao Hage. Sem vocês, realmente, o nosso trabalho não conseguiria ser realizado.

A todos os colegas que integraram esta Comissão, dos quais falei a todos da qualificação de cada um, os que estão aqui, os que não vieram e os que precisaram se ausentar.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Por último, quero falar para vocês apenas uma passagem de um mito grego que acho muito interessante. Vou perder só uma meia hora, mas será rápido. Falo do mito do Orfeu e da Eurídice. É um mito muito interessante, porque tem uma simbologia muito forte.

Orfeu era um exímio tocador de harpa grega, e a Eurídice, por quem Orfeu se enamorou, foi picada por uma cobra e veio a falecer. Ele quase enlouqueceu, deprimiu e, por intermédio da harpa dele, conseguiu enganar o Creonte, o barqueiro – para todos que faziam a passagem, era preciso botar uma moedinha debaixo da língua do Creonte –, e conseguiu ir ao portão de Hades, o senhor da vida e da morte. Chegando lá ele explicou que não estava conseguindo sobreviver, que precisava levar a Eurídice de volta. Com a música dele, ele conseguiu superar a dificuldade e fez um acordo com Hades, que lhe disse: “Você vai, e a Eurídice vai atrás. Agora, há uma condição: não olha para trás; você tem de confiar no que estou dizendo.” E assim ele foi, mas, no meio da travessia, ele se perguntou: “E se ele o Hades me enganou? E se a Eurídice não veio?” Aí, ele olha para trás e se concretiza o mito grego: ela volta para o mundo dos mortos, e ela vai para o mundo dos vivos, porque ele desconfiou e descumpriu a regra. Com a música dele, ele voltou a encantar milhares de pessoas.

Isso é utilizado até hoje para dizer que esse mito tem duas vertentes: a primeira é a da inevitabilidade da morte, o que todos nós sabemos; ele é bem simbólico nisso. O outro aspecto é o da imprevisibilidade da vida, porque, se ficarmos presos ao passado, se ficarmos sempre olhando para trás, não conseguimos avançar, não conseguimos vislumbrar um futuro melhor.

Às vezes é preciso a gente conhecer a história e conhecer bem. O que estou falando aqui é que, para encarar esse desafio que tivemos de mexer ou de propor a mexida num projeto que vai muito bem sobre a Lei de Arbitragem, tivemos a coragem de olhar para frente e de não ficar presos ao passado. Tivemos também a coragem de arrostar os perigos na questão da mediação e tentar enxergar um mercado, um marco, que, do ponto de vista da cidadania atual do nosso País, significa muito.

E para o Judiciário também. Temos a perspectiva de ter, dentro do mundo civilizado, dois instrumentos, duas ferramentas muitíssimo importantes para reforçar – isso é um marco civilizatório – as formas de composição de conflitos.

Eu tomei o tempo de vocês para dizer que a vida é imprevisível mesmo. É a vida que não tem limites e não, a morte. A gente



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

achava que era improvável que tudo desse certo, diante das dificuldades iniciais, com tantos pensamentos difíceis. Efetivamente, foi exatamente o contrário. Daí é que surgiu essa diversidade de pontos de vista, essa riqueza, as qualidades de todos vocês. Essa foi a fórmula do sucesso. Então, só posso agradecer.

Aprendi horrores nesse período. Eu não teria como pagar, se tivesse de pagar honorários, porque são todos advogados de muito bom quilate. Aprendi muito e acho que quem ganhou, no fundo, no fundo, com esse anteprojeto que apresentamos ao Parlamento foi a cidadania brasileira.

Então, muito obrigado e uma salva de palmas para vocês e para os colegas da nossa Comissão. (*Palmas.*)

Obrigado, gente.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.

*(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião
é encerrada às 14 horas e 32 minutos.)*

Ministro Luis Felipe Salomão
Presidente